



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

QUERLI MARIA BEZERRA MOURÃO

**PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A
PERCEPÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
DA UFPB**

João Pessoa - PB

2023



QUERLI MARIA BEZERRA MOURÃO



**PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A
PERCEPÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
DA UFPB**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Gestão Governamental e Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho.

João Pessoa - PB
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M929p Mourão, Querli Maria Bezerra.

Práticas sustentáveis na administração pública : a percepção de servidores técnico-administrativos da UFPB / Querli Maria Bezerra Mourão. - João Pessoa, 2023.
140 f. : il.

Orientação: Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Sustentabilidade. 2. Administração pública. 3. Servidores técnicos-administrativos. 4. Ensino superior. 5. Entrevista fotográfica. I. Coelho, Ana Lúcia de Araújo Lima. II. Título.

UFPB/BC

CDU 502.131.1(043)



FOLHA DE APROVAÇÃO



QUERLI MARIA BEZERRA MOURÃO

**PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A
PERCEPÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS
DA UFPB**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Gestão Governamental e Social.

Orientador(a): Profa. Dra. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho.

Data de aprovação: 25/07/2023

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ANA LUCIA DE ARAUJO LIMA COELHO
Data: 28/08/2023 18:13:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho
Orientadora/ Presidente da banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 ANA CAROLINA KRUTA DE ARAUJO BISPO
Data: 30/08/2023 11:19:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Carolina Kruta de Araújo Bispo
Examinadora Interna (PGPCI/UFPB)

Documento assinado digitalmente
 GABRIELA TAVARES DOS SANTOS
Data: 30/08/2023 16:05:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Gabriela Tavares dos Santos
Examinadora Externa (MPGOA/UFPB)

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória acadêmica no PGPCI foi guiada pela seguinte frase: “se eu vi mais longe, foi por estar sobre os ombros de gigante”. Entre esses gigantes gostaria de destacar alguns para agradecer:

A Deus por ter me fortalecido nas horas angustiantes e por ter me dado equilíbrio emocional para concluir essa pesquisa, a qual chamo de “milagre”.

À minha mãe por ter compreendido a minha ausência física e pelos sumiços constantes por dois anos, pelas palavras de ânimo quando o cansaço aparecia. Eu sei que “a mãe” sente-se igualmente realizada com a conclusão deste trabalho.

À minha orientadora, profa Ana Lúcia, pela sua disponibilidade, confiança depositada, pelos ensinamentos e por ter mostrado uma visão da docência até então desconhecida, na qual tenho uma enorme identificação: o mundo das metodologias ativas.

À menina Palloma Vasconcelos, carinhosamente chamada de minha “auxiliar de pesquisa”, o meu braço direito. Nossos momentos de amizade e companheirismo serão guardados com muito amor. Agradeço, ainda, por me receber em sua casa para estudar e pelas suas contribuições para a conclusão da pesquisa. À menina Brenda Dominguez, meu braço esquerdo, pelas palavras de motivação e pelas ajudas cruciais em vários momentos do mestrado.

Às professoras Ana Carolina Kruta e Gabriela Tavares pelas importantes contribuições na fase de qualificação deste trabalho.

Aos colegas TAEs participantes da pesquisa que se disponibilizaram a contribuir para que ela fosse possível e me receberam tão gentilmente. Vocês foram facilitadores na temida fase de entrevistas.

A todos os meus amigos e colegas que fizeram torcida por mim e que me ajudaram de alguma forma. As vivências e aprendizados adquiridos serão sempre lembrados.

Tudo isso me fez GIGANTE!

*"Se você tem metas para um ano, plante arroz
Se você tem metas para 10 anos, plante uma árvore
Se você tem metas para 100 anos, então eduque uma criança
Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o Meio Ambiente."*
Confúcio

RESUMO

As Instituições de Ensino Superior (IES) são vistas como ambientes que reúnem conhecimentos múltiplos e interdisciplinares, podendo ser considerados instrumentos catalisadores do processo de institucionalização da sustentabilidade. No caso brasileiro, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) precisam incorporar políticas direcionadas à sustentabilidade enquanto órgãos da Administração Pública Federal (ADF), dentre as quais destaca-se o Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS). Observou-se que dentre as pesquisas realizadas que abordam a relação das IES e a sustentabilidade, aquelas que tratam da visão dos membros da comunidade acadêmica dessas instituições acerca dessa temática ainda representam pequena parcela desses estudos, sendo as existentes concentradas na percepção de outros atores, a exemplo de discentes e docentes, além de serem, em sua maioria, metodologicamente quantitativas. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender a implementação de práticas sustentáveis na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da percepção de servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) lotados no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), à luz do PLS. Especificamente, objetivou-se contextualizar as ações direcionadas à sustentabilidade no contexto do *Campus I*, descrever o entendimento desses TAEs a respeito da temática em seus ambientes laborais, bem como identificar as práticas sustentáveis vivenciadas por eles nestes ambientes. Para tal, empregou-se um estudo de caso qualitativo de caráter descritivo, com uso de entrevistas semiestruturadas e auxílio da entrevista fotográfica com 14 TAEs. Como resultados, observou-se que os TAES possuem baixo conhecimento a respeito do PLS e de outros instrumentos relacionados à temática, podendo representar uma limitação para sua aplicação plena. Além disso, as principais práticas sustentáveis identificadas, a exemplo de substituição de copos descartáveis por outros utensílios duráveis e desligamento das lâmpadas e ar condicionados, são oriundas de iniciativas individuais dos referidos servidores ou geradas por imposição legal, como é o caso da implantação dos processos eletrônicos. Embora reconheçam a existência de ações pontuais visando à qualidade de vida no ambiente de trabalho, notou-se fragilidade nos instrumentos de comunicação da gestão para disseminá-las. A partir da análise dos principais instrumentos normativos da UFPB, percebeu-se a inexistência de orçamento específico destinado às práticas sustentáveis, apesar de ser identificada em seus instrumentos normativos internos como prioridade. Nesse sentido, concluiu-se que, apesar da temática ser contemplada em suas políticas institucionais, não existe, ainda, uma política efetiva.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Administração Pública. Servidores Técnicos-Administrativos. Ensino superior. Entrevista Fotográfica.

ABSTRACT

Higher Education Institutions (HEIs) are seen as environments that bring together multiple and interdisciplinary knowledge, which can be considered catalyser instruments in the process of institutionalization of the sustainability. In the Brazilian case, the Federal Institutions of Higher Education (IFES) need to incorporate policies aimed at sustainability as bodies of the Federal Public Administration (ADF), among which the Sustainable Management and Logistics Plan (PLS) stands out. It was observed that researches that addresses sustainability from the perspective of members from the academic community in IFES still represents a small share of the theme and thereby are concentrated on the perception of other actors, mostly using quantitative methodologies. In this sense, this research sought to understand the implementation of sustainable practices at the Federal University of Paraíba (UFPB) based on the perception of technical-administrative servants (TAEs) working at the Centre for Applied Social Sciences (CCSA), considering of the PLS. In particular, the objective was to contextualize the actions aimed at sustainability in the context of the campus I, to describe the understanding of CCSA's TAEs regarding the theme in their work environments, as well as to identify the sustainable practices experienced by them in these surroundings. To this end, a qualitative case study of descriptive nature was used, with the use of semi-structured interviews and support of photographic interview with 14 TAEs. As a result, it was observed that the TAES have limited knowledge about the PLS and other instruments related to the theme, what may be an obstacle to its full implementation. In addition, the main sustainable practices identified, such as replacing disposable cups with other durable utensils, and turning off lights and air conditioning, come from individual initiatives of TAEs or are generated by legal imposition, as the case of the implementation of electronic processes. Although they recognize the existence of specific actions aimed at quality of life in the work environment, it was noticed some weakness from the communication instruments used by the institution to disseminate them. Based on the analysis of the UFPB's main normative instruments, it didn't become clear if there was a specific budget for sustainable practices. In this sense, it was concluded that, although the theme is contemplated in its institutional policies, there is still no effective policy.

Keywords: Sustainability. Public administration. Technical-administrative servants. Higher Education. Photo Interview.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marco histórico com influência direta e indireta na evolução da temática de sustentabilidade (1962 a 2022)	31
Quadro 2 - Principais regulamentações relacionadas com a sustentabilidade no Brasil (1973 a 2020)	34
Quadro 3 - Dimensões de Sustentabilidade propostas por Sachs (2009)	38
Quadro 4 - Dimensões e Práticas Sustentáveis nas IES	41
Quadro 5 - Modelo de universidade sustentável	50
Quadro 6 - Práticas sustentáveis e de racionalização de materiais sugeridas pela IN nº 10/2012	55
Quadro 7 - Objetivos estratégicos do PLS/UFPB referências da pesquisa	68
Quadro 8 - Codificação dos servidores participantes	78
Quadro 9 - Desenho da pesquisa	79
Quadro 10 - Plano de ação de Logística Sustentável (UFPB)	83
Quadro 11 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2019)	85
Quadro 12 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2020)	86
Quadro 13 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2021)	88
Quadro 14 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2022)	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referência do Quadro de Servidores TAEs/UFPB	69
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de gestão Triple Botton Line (TBL).....	37
Figura 2 - Principais fluxos em um <i>campus</i> universitário.....	43
Figura 3 - A contribuição das IES na disseminação da sustentabilidade	44
Figura 4 - Principais Declarações, cartas e iniciativas focadas na sustentabilidade no Ensino Superior de 1990 a 2014.....	47
Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	49
Figura 6 - Índice de Avaliação das ações de Sustentabilidade na Administração Pública Federal - IASA	60
Figura 7 - Território do <i>Campus</i> I (João Pessoa).....	65
Figura 8 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	66
Figura 9 - Organograma do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB)	70
Figura 10 - Processo da etapa de escolha dos servidores TAEs participantes	73
Figura 11 – Etapas da coleta de dados nas entrevistas	75
Figura 12 – Categorização dos dados das entrevistas.....	77
Figura 13 - Estrutura organizacional da UFPB	81
Figura 14 - Organograma da PROGEP	107

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Jardim de entrada do CCSA (roseira)	92
Imagem 2 - Árvore antiga localizada no CCSA	93
Imagem 3 - Impressora coletiva do bloco "C"	93
Imagem 4 - Folha de rascunho.....	98
Imagem 5 - Impressora coletiva do bloco "D"	98
Imagem 6 - Saco de lixo reaproveitado	101
Imagem 7 - Garrafa de água utilizada por participante	102
Imagem 8 - Ambiente com lâmpada desligada	104
Imagem 9 - Ambiente do CCSA associado à qualidade de vida	108
Imagem 10 - Coletores de coleta seletiva.....	111
Imagem 11 - Baterias de computadores	115

LISTA DE SIGLAS

5Rs - Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública

AISHE - Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education

ADF - Administração Pública Federal

BSC - Balance Scorecard

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCHLA - Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes

CCS - Centro de Ciências da Saúde

CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEDESP – Centro de Desenvolvimento do Servidor Público

CGA - Comissão de Gestão Ambiental

CGU - Controladoria Geral da União

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAH - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

CONSUNI - Conselho Universitário

CPS - Contratações Públicas Sustentáveis

CQVSST - Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho

CRAS - Centro de Referência em Atenção à Saúde

DS - Desenvolvimento Sustentável

EA - Educação Ambiental

EDS - Educação para o Desenvolvimento Sustentável

EPS - Educação para Sustentabilidade

ESG - environmental, social and governance

IASA - Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração,

IES - Instituição de Ensino Superior

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NPDS - Núcleo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

O.Es - Objetivos Estratégicos

ODM - Objetivo de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PDCA - Planejar, Desenvolver, Controlar e Agir

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PEG - Programa de Eficiência do Gasto

PES - Projeto Esplanada Sustentável

PLS - Plano de Gestão e Logística Sustentável

PGPCI - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional

PLS - Plano de Logística Sustentável

PNE - Plano Nacional de Educação

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNUD - Programa das Nações Unidas

PNUMA- Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

PPC's - Projetos Pedagógicos dos Cursos

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PROCEL - Programa de Energia Elétrica

PRA - Pró-Reitoria de Administração

PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

QVT - Qualidade de Vida no ambiente do Trabalho

RG - Relatório de Gestão

SAQ - American Sustainability Assessment Questionnaire for Colleges and Universities

SDSN - Sustainable Development Solutions Network

SGA - Sistema de Gestão Ambiental Universitária

SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

STARS - Sustainability, Tracking Assessment & RatSystem

TAEs - Técnicos Administrativo em Educação

TBL - Triple Bottom Line

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU - Tribunal de Contas da União

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

ULSF - United Leaders for a Sustainable Future

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

US - Universidade Sustentável

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização do tema e problemática da pesquisa	17
1.2 Objetivos da pesquisa	21
1.3 Justificativas da pesquisa	21
1.4 Estrutura da pesquisa.....	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: conceito, definições e vertentes	27
2.2 Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES).....	41
2.2.1 Evolução em linha do tempo da sustentabilidade nas IES.....	45
2.2.2 Práticas sustentáveis no contexto das IES	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1 Caracterização da pesquisa.....	62
3.2 Contexto e participantes da pesquisa.....	63
3.3 Instrumento de Coletas de Dados	70
3.4 Procedimentos de Coleta de Dados	72
3.5 Procedimentos de Análise de Dados	75
3.6 Posicionamento Ético dos Pesquisadores.....	78
3.7 Design da Pesquisa.....	79
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	80
4.1 Instrumentos normativos para implementação de práticas sustentáveis na UFPB	80
4.2 Análise dos Relatórios de Gestão.....	85
4.3 Percepção dos servidores TAEs do CCSA/UFPB acerca de sustentabilidade e práticas sustentáveis	90
4.3.1 O perfil dos servidores participantes	91
4.3.2 Conhecimento sobre a temática e o Plano de Logística Sustentável Institucional	91
4.3.3 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘uso racional de material de consumo’.....	97
4.3.4 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘uso racional de energia elétrica’	104
4.3.5 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘qualidade de vida no ambiente de trabalho’	106
4.3.6 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘coleta seletiva’	115
4.4 Síntese conclusiva.....	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)	132
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada.....	135

APÊNDICE C – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	137
ANEXO A – Mapa de Localização do CCSA	141

1 INTRODUÇÃO

Essa seção apresenta os elementos introdutórios da presente pesquisa. Para isso, serão subdivididos em quatro tópicos: *i*) a contextualização do tema e problemática da pesquisa; *ii*) os objetivos geral e específicos; *iii*) a justificativa da pesquisa e, por fim, *iv*) o desenho da estruturação deste estudo.

1.1 Contextualização do tema e problemática da pesquisa

As discussões sobre a crise ambiental têm crescido de forma expressiva nas últimas décadas devido à preocupação de governos e segmentos sociais que buscam combater ou minimizar os impactos negativos causados pelas novas tecnologias, e pela razão instrumental ao meio ambiente e à vida humana. Tais impactos foram ocasionados, principalmente, a partir do progresso industrial, que influenciou a relação homem-natureza e, conseqüentemente, gerou mudanças econômicas, ambientais e sociais.

Os novos instrumentos de comunicação e, supostamente, o seu maior alcance expandiu a capacidade de mobilização em torno dessa problemática. E, dessa forma, tornaram-se pauta indispensável nos encontros mundiais oficiais e na mídia em geral, sendo também foco de debates em pesquisas acadêmicas e científicas em escala global. Os anseios sociais relacionam-se aos padrões de produção e consumo, proteção do meio ambiente, garantia de equidade entre as gerações presentes e futuras e responsabilidade social. Em face disso, as organizações públicas e privadas são demandadas a posicionar-se quanto ao desafio de implementação da sustentabilidade em ambientes organizacionais (DIAS, 2017; DIAS, 2015).

Nesse sentido, embora de forma esparsa, o termo sustentabilidade foi introduzido, principalmente, a partir da década de 1960, apoiado por eventos que estimularam debates contínuos a respeito da finitude dos recursos naturais e questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento adotado, cuja ênfase direcionava-se à questão econômica. Por conseguinte, esses acontecimentos foram fundamentais para o processo de conscientização ambiental da sociedade e buscas de alternativas para suscitar transformações que integram elementos sociais, econômicos e ambientais (NASCIMENTO, 2012; VAN BELLEN, 2006).

Entre os supracitados eventos, um dos marcos mais importantes para tratar do tema foi a Conferência de Estocolmo realizada em 1972. Dela decorre o primeiro documento a fazer referência à sustentabilidade, ao identificar a correlação entre meio ambiente e a humanidade. Cabe mencionar, ainda, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Eco-92, que

culminou no documento Agenda 21. O documento apresenta diretrizes de ações e planejamento participativo, com o objetivo de institucionalizar práticas sustentáveis de maneira efetiva nas sociedades (BARBIERI, 2020; ALSHUWAIKHAT *et al.*, 2017; DIAS, 2015).

A noção de sustentabilidade é inserida como uma alternativa às urgências sociais e ambientais e consiste na “inter-relação necessária de justiça social, com qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento” (JACOBI, 1999, p.180). Portanto, tem como propósito contínuo transformações mais aprofundadas envolvendo indivíduos e organizações. Sendo assim, o percurso rumo à sustentabilidade é colocado de maneira holística, com inclusão de organizações privadas, públicas e a sociedade civil (PALMA; PEDROZO, 2019).

No âmbito da Administração Pública, as pressões em torno da questão ambiental, incorporaram novos desafios às organizações públicas e, conseqüentemente, exigiram estratégias pensadas na sustentabilidade. Vistos como importante agente consumidor e fornecedor pelo alto poder aquisitivo, os governos têm a capacidade de influenciar os demais setores quanto à promoção da sustentabilidade e podem impactar na tomada de decisão e direcionar os mercados para a adoção de práticas sustentáveis (BIAGE; CALADO, 2015; JACOBI, 2003).

As iniciativas geradas no âmbito da agenda internacional relacionadas a questões de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade incentivaram a criação de novas políticas públicas no Brasil. Diante desse contexto, a Carta Magna de 1988 inovou e atribuiu ao poder público brasileiro e à sociedade o dever de preservação e defesa do meio ambiente, com o propósito de não prejudicar as futuras gerações. Em face de tais exigências, o Estado, ao editar políticas públicas com essa finalidade, procura atuar como um agente normativo e regulador da sustentabilidade, com papel de desenvolver e fiscalizar o cumprimento do conjunto de leis e programas voltados para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na administração pública.

Alinhada a essa perspectiva, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), durante a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), compreendida nos anos de 2005–2014, fomentou iniciativas para o campo educacional, com esse objetivo. Como resultado, a contribuição das instituições de ensino para a disseminação da sustentabilidade, em especial o ensino superior, tornou-se mais evidente. Cabe destacar ainda, a Declaração de Talloires, assinada no ano de 1990, como documento pioneiro a abordar a sustentabilidade no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), cuja a ênfase principal deste documento centrava-se na responsabilidade social e no fortalecimento da sociedade na qual está inserida (ALEIXO *et al.*, 2021; ZULPO *et al.*, 2020).

Desse modo, a educação é vista como estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável (DS) e ao alcance da sustentabilidade, pois se apresenta como um importante instrumento de sensibilização e conscientização destinado a formar profissionais críticos e com habilidades para atuar em defesa de um meio ambiente sustentável (LEIVA-BRONDO *et al.*, 2022; YUAN *et al.*, 2013, KRAEMER, 2004). Dada a sua relevância para a sociedade, as IES desempenham papel importante na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As suas principais contribuições podem ocorrer por meio da pesquisa: na oferta de conhecimento, tecnologias e soluções, que permitam possíveis ações para seu alcance; na função de liderança intersetorial, por meio da dialogicidade com diferentes atores e a participação nas tomadas de decisão, podendo, inclusive, fomentar políticas públicas baseadas em tais objetivos (KESTIN *et al.*, 2017).

Em face do exposto, para Popescu *et al.*, (2020), as IES precisam ficar atentas ao seu papel, isto porque fornecer apenas conhecimento ou buscar construir habilidades na formação dos futuros profissionais para a questão da sustentabilidade não é o suficiente. Destarte, faz-se necessário oferecer instrumentos para aplicação, de modo que os seus usuários sejam capazes de vivenciá-la nas ações cotidianas, isto é, práticas sustentáveis devem ser compreendidas e aplicadas por todos os membros da comunidade acadêmica.

Nesse cenário, considera-se que tais instituições devem adotar tais práticas em seus ambientes, de modo a envolver os diferentes atores da comunidade acadêmica - gestores, docentes, discentes, técnicos administrativos e prestadores de serviço e servir de parâmetro ou modelo para a comunidade externa. As ações e/ou práticas para institucionalizar o processo de sustentabilidade nas IES podem ocorrer por meio do ensino, gestão, pesquisa e das suas próprias atividades operacionais. No entanto, outras ações devem ser consideradas almejando o mesmo fim: como as atividades focadas no engajamento social, governança e política e a cogestão no âmbito universitário (VILHA, 2018; BRANDLI *et al.*, 2012).

Quando se trata das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, entidades vinculadas à ADF indireta, existem políticas públicas e programas específicos focados na promoção da sustentabilidade, entre elas destaca-se o Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS). Esse plano é visto como um instrumento de planejamento obrigatório para apoio às práticas de sustentabilidade e a racionalização de gastos e processos em instituições públicas federais. Contudo, a elaboração do documento pelo órgão público executor não garante a sua efetividade. É necessário introduzir práticas sustentáveis nas atividades cotidianas desses ambientes. Para isso, a participação dos atores que integram a instituição é fundamental para o alcance dos objetivos propostos, bem como para a disseminação das práticas sustentáveis

inseridas nele. Dessa maneira, o comprometimento de todos os envolvidos é imprescindível para transformar a base teórica contida no documento em ações efetivas.

Pertencente à ADF, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), *locus* desta pesquisa, apresenta em suas diretrizes a missão de gerar e difundir conhecimento para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de forma sustentável (UFPB, 2019). Diante desse contexto, é fundamental que o seu PLS institucional¹ esteja de acordo com seu planejamento estratégico e atividades finalísticas.

Esse plano foi institucionalizado pela IFES no ano de 2013, entre suas principais finalidades estão os objetivos e ações definidas para buscar a implementação e administração de práticas sustentáveis, racionalização de gastos e processo em áreas tais como: material de consumo, gerenciamento de energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal. As iniciativas previstas neste instrumento serão o direcionamento desta pesquisa, especialmente os Objetivos Estratégicos (O. Es) mais adequados à estrutura e ao funcionamento de um centro de ensino, como o uso racional de material de consumo, energia elétrica e fortalecimento dos programas de qualidade de vida no ambiente do trabalho.

Para Sonetti, Sarrica e Norton (2021), o primeiro passo para uma universidade adotar práticas consideradas sustentáveis em suas atividades, começa com o entendimento dado pelos seus usuários a respeito de sustentabilidade, já que eles são agentes indispensáveis para a disseminação de ações planejadas nesse sentido. A UFPB tem em sua comunidade acadêmica docentes, discentes, TAEs e prestadores de serviços terceirizados.

Neste estudo, os TAEs são o principal público-alvo, pois, têm papel estratégico no funcionamento das instituições, executam suas funções em diferentes cargos, sendo assim, estão conectados e interagem com diversos setores administrativos. Adicionalmente, conforme divulgado no Relatório de Gestão (RG) da UFPB em 2022, eles representam 54% dos servidores ativos da instituição. Desse modo, podem ser considerados agentes de implementação e disseminação da sustentabilidade nas IFES.

Assim, diante do exposto surge a questão: **de que maneira as práticas sustentáveis são percebidas pelos servidores técnico-administrativos em uma Instituição de Ensino Superior?**

¹A literatura ao tratar do Plano de Gestão e Logística Sustentável usa a sigla PLS, no entanto, para o seu plano a UFPB utilizou o PGLS. Para fins de organização, esse trabalho adotará a sigla utilizada pela literatura.

1.2 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral é compreender a implementação de práticas sustentáveis preconizadas no PLS da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da percepção de servidores técnico-administrativos lotados no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Em se tratando dos objetivos específicos, procura-se:

- a) Contextualizar as ações direcionadas à sustentabilidade no contexto da UFPB, *Campus I*;
- b) Descrever o entendimento dos servidores TAEs do CCSA, a respeito da temática da sustentabilidade em seus ambientes laborais;
- c) Identificar as práticas sustentáveis vivenciadas nos ambientes laborais pela ótica dos servidores técnicos-administrativos do CCSA/UFPB.

1.3 Justificativas da pesquisa

A sustentabilidade pode ser entendida como um processo integrador continuado que estimula transformações sociais, com obediência a princípios éticos e políticos, e tem como possíveis aliadas às Instituições de Ensino Superior (IES). Nessa perspectiva, pelo caráter reflexivo e a promoção de conhecimento, as IES, além da função preventiva, procuram fomentar soluções racionais para os problemas sociais. Desse modo, assumem a responsabilidade de orientar a comunidade acadêmica: discentes, servidores docentes, TAEs, entre outros atores, com o propósito de torná-los agentes promotores de um estilo de vida sustentável (LEAL FILHO *et al.*, 2019).

Em face disso, as universidades e seus pesquisadores têm a responsabilidade moral de contribuir com seu trabalho, sendo seus programas educativos mecanismos para o processo de tomada de consciência e possíveis proposições para o enfrentamento dos dilemas da sociedade. Os trabalhos realizados no contexto desses estabelecimentos têm um efeito multiplicador, porque cada estudante, convencido das boas ideias da sustentabilidade, influencia o coletivo nas mais diversas áreas de atuação. Em consequência, podem influenciar a construção da cidadania ambiental e o fortalecimento da democracia (DZIMIŃSKA; FIJAŁKOWSKA; SULKOWSKI, 2020; KRAEMER, 2004; JACOBI, 2003).

Nesse panorama, as universidades devem considerar a pesquisa para a questão da sustentabilidade não apenas como um “exercício acadêmico”, mas como uma “resposta vital” a uma crise em rápida evolução que deve estar no topo de suas agendas de pesquisa. Para que ocorra a promoção da sustentabilidade nesse âmbito é necessário estar enraizada na cultura

social e na consciência universitária. Essa cultura pode ser incorporada por meio do ensino, com pesquisas focadas em um contexto real baseadas em problemas e engajamento das próprias instituições e indivíduos (DZIMIŃSKA; FIJAŁKOWSKA; SULKOWSKI, 2020).

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca promover reflexões no tocante à relevância da temática e suas possíveis contribuições para a administração pública, sejam nos aspectos de economicidade, busca da proteção do meio ambiente e incentivo à formação da cidadania ambiental dos indivíduos. Almejou-se investigar, a partir dos dados encontrados nessa pesquisa, se a referida IFES tem cumprido sua função social e política, por meio interação com a comunidade interna e externa, em cumprimento às políticas públicas e programas criados em prol da sustentabilidade.

Com o objetivo de obter um panorama evolutivo da implementação do processo da sustentabilidade nas entidades da ADF, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria em algumas entidades na esfera federal. Para isso, criou o Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA), com indicadores específicos dos eixos temáticos para subsidiar a análise. O resultado, divulgado no final do ano de 2017, apontou a necessidade de maior adesão das instituições nas ações de sustentabilidade e um grau mais elevado de comprometimento dos seus gestores, principalmente no poder executivo, no qual estão inseridas as IFES (BRASIL, 2018).

A UFPB, entidade da ADF e *locus* de estudo dessa pesquisa, deve considerar alguns dispositivos normativos e programas como subsídios à gestão, entre elas o PLS, cujo a adesão é compulsória e a divulgação dos seus resultados previstos na legislação que trata do assunto. Cabe ressaltar ainda a Resolução CONSUNI nº 17, aprovada em 2018, com critérios definidos para a sua política ambiental institucional.

Na visão de Siqueira (2008), os segmentos sociais almejam a execução das políticas públicas formuladas para a implementação de sustentabilidade, porém nem sempre elas estão de acordo com os anseios e os interesses da população a que se destinam, como consequência, tais implantações geram ineficiência e desperdício de tempo, como de recursos humanos e financeiros. Portanto, conforme afirmam Almeida, Scatena e Luz (2017), um dos grandes desafios dos gestores públicos consiste em transformar o discurso meramente teórico e as boas intenções em efetividade, por meio de compromisso sólido, isto porque a adoção de princípios sustentáveis na esfera pública exige a mudança de atitudes e práticas.

Como aporte à prática de Gestão Pública, investigar a percepção de membros da

comunidade acadêmica sobre sustentabilidade nas universidades² é uma contribuição crítica para fins de tomada de decisão por parte da gestão universitária, com o propósito de aprimorar ou elaborar estratégias para esses objetivos, pois permite conhecer adequadamente o panorama institucional e o comportamento dos integrantes que forma sua comunidade acadêmica com relação à adesão das ações propostas a partir de políticas públicas concebidas. Com isso, permite-se deduzir quais os problemas são mais notórios e quais as soluções mais facilmente exequíveis (POPESCU *et al.*, 2020; ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017; SIQUEIRA, 2008).

Dada a relevância de estudos referente a esse objeto, algumas pesquisas foram desenvolvidas focadas, principalmente, na esfera pública federal (MATIAS, 2022; SILVA JÚNIOR, 2021; SILVA; BARROS *et. al.*, 2021; ALMEIDA; SCATENA; LUZ, 2017; DOTTO *et al.*, 2019; SILVA; ALMEIDA, 2019; GAZZONI, 2014; BRANDLI *et al.*, 2012). No entanto, apesar dos avanços evidenciados, estudos (SONETTI; SARRICA; NORTON, 2021; POPESCU *et al.*, 2020, LEAL FILHO *et al.*, 2019; LARRÁN JORGE *et al.*, 2015) afirmam que as pesquisas sobre a percepção da comunidade acadêmica com relação ao entendimento de sustentabilidade ainda são incipientes.

Com base em levantamento realizado, no dia 20 de outubro de 2022, junto ao banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram procurados estudos que tratassem da percepção de sustentabilidade dos TAEs nas IFES, no período de 2012 a 2022, isto é, dos últimos 10 anos. Com a combinação dos termos “sustentabilidade AND ensino superior”, os resultados evidenciaram o total de 1.510 trabalhos, entre teses e dissertações, incluindo todas as áreas do conhecimento. No entanto, ao restringir a busca para o campo de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, verificou-se o resultado de 380 dissertações de mestrado (acadêmico e profissional) e 42 teses de doutorado.

Ao pesquisar na mesma base de dados e adicionando os termos “sustentabilidade AND ensino superior AND percepção”, o quantitativo de trabalhos mostrado totalizou 12 dissertações de mestrado acadêmico e profissional. Com base nos resultados obtidos no levantamento ficou evidenciado que as pesquisas brasileiras buscam investigar a sustentabilidade pelos seguintes prismas: *i*) ótica ambiental; *ii*) currículos do(s) curso(s), à luz da educação ambiental; *iii*) concentração no entendimento dos discentes de graduação e; *iv*) utilização de abordagem de cunho quantitativa e coleta de dados por meio de questionários. Portanto, demonstra a carência de estudos que busquem o entendimento dos membros da comunidade de maneira mais aprofundada, com intuito de compreender a realidade por outro formato, com uso de abordagem

² O termo universidade nesse trabalho tem seu uso aplicado também às faculdades e aos centros universitários, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) e o Decreto 5773/2006).

distinta e outras ferramentas de coleta de dados.

Os dados ainda evidenciaram uma lacuna existente de pesquisas no contexto brasileiro orientadas a tratar da percepção de outros atores membros da comunidade acadêmica quanto à prática de sustentabilidade nas IFES, de maneira holística, especialmente na visão de servidores TAEs. Diante desse contexto, esse estudo buscou analisá-la integralmente, pois considerou as práticas sustentáveis preconizadas no PLS institucional como parâmetro, que inclui práticas focadas nos aspectos ambiental, social e econômico.

Ainda nesse ponto, notou-se que as pesquisas que tratam de práticas sustentáveis no âmbito da ADF, normalmente, centram-se naquelas previstas na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) como ferramenta de direcionamento, sendo o caráter desse documento voluntário. Desse maneira, esta pesquisa, ao analisá-las pela óptica do PLS, elemento compulsório aos órgãos da ADF, buscou investigar as práticas por outra perspectiva, a partir de um documento ainda pouco utilizado em pesquisas dessa natureza. À vista disso, oportuniza um avanço em novos estudos que abordem essa temática, ao apresentar uma nova categoria de análise.

Ademais, em termos metodológicos, essa pesquisa procurou inovar ao incluir a técnica de entrevista-fotográfica (*foto-elicitação*) como instrumento de auxílio à fase de entrevista, tendo em vista que as pesquisas que tratam esta temática não se valem deste tipo de instrumento em suas análises. Introduzida como um complemento para estimular o processo reflexivo dos TAEs participantes quanto às práticas sustentáveis vivenciadas em seus ambientes laborais, a entrevista-fotográfica aperfeiçoou ainda mais a percepção dos entrevistados em relação ao assunto estudado. Adicionalmente, o uso das fotografias possibilitam acesso privilegiado à dimensão espacial, frequentemente esquecida na análise social (SERRANO; REVILLA; ARNAL, 2016).

Ao verificar o local de origem das pesquisas, não foram identificados trabalhos que incluam o objeto de estudos dessa pesquisa com essa categoria de servidores no contexto da UFPB. Logo, com a indicação de necessidade de ampliação desse escopo, essa pesquisa almejou abranger servidores TAEs lotados no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) vinculado à UFPB. Por conseguinte, este estudo pretendeu contribuir com a expansão de conhecimento na linha de Gestão Governamental e Social e expandir o rol de novos conhecimentos a respeito da sustentabilidade no campo das organizações públicas, especialmente nas IFES.

Justifica-se a escolha pelo CCSA, localizado no *Campus I*, em virtude da sua expansão, sendo um dos maiores centros de ensino da UFPB. Outro critério de seleção foi a intenção de

manter o distanciamento da pesquisadora e seu objeto de estudo, dado o fato da autora ser servidora desta IFES, lotada no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Por essa razão, almejou-se evitar possíveis vieses que poderiam interferir na relação dos participantes do estudo e da pesquisadora. Por fim, outro fator considerado para a justificativa dessa escolha foi a condição da autora como discente regularmente matriculada no programa de Pós-Graduação (PGPCI) vinculado ao CCSA, que facilitou a sua inserção no centro de ensino para a condução das demais fases da pesquisa.

1.4 Estrutura da pesquisa

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos, a saber: no primeiro capítulo, apresenta-se a introdução do tema, a contextualização e a problemática, assim como a justificativa para a realização do estudo e os objetivos pretendidos. O segundo capítulo abrange o referencial teórico, que discorre sobre conteúdos que abarcam a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável e as IES. Para isso, essa seção foi dividida em duas subseções: Conceituação, definição e vertentes; Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES).

O terceiro capítulo traz os aspectos metodológicos da pesquisa, divididos em sete subseções: Caracterização da pesquisa, com a descrição da abordagem do estudo e as fases necessárias para a realização da pesquisa; Contexto e participantes; Instrumentos de coleta de dados; Procedimentos de coleta de dados; Procedimento de análise dos dados; Posicionamentos éticos dos pesquisadores; Design da pesquisa e, por fim, o capítulo de Resultados e discussões. O tópico seguinte apresenta as Considerações finais, Referências e Apêndices do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo fundamenta a base teórica desta pesquisa, dividida na primeira subseção, em conceito, definições e vertentes da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, faz-se uma articulação da sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES).

2.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: conceito, definições e vertentes

A terminologia sustentabilidade em seu sentido lógico possui dois aspectos: o passivo, que significa a capacidade de sustentar-se, de manter equilibradamente a existência; e o ativo traduzido nas ações realizadas para conservação contínua, com o objetivo de prolongar-se por tempo indeterminado (KLARIN, 2018; BOFF, 2017; BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014; MIKHAILOVA, 2004). Essas orientações são pretendidas quando se pensa em sustentabilidade nos dias atuais, seja do universo, da Terra, ecossistemas, comunidades e sociedades completas.

Essa expressão foi introduzida como conceito estratégico em 1713, na Província de Saxônia (Alemanha), pelo capitão Hans Carl Von Carlowitz, com o lançamento do livro *Sylvicultura Oeconomica oder Anweisung zur wilden Baumzucht*. Nesse documento, a concepção inédita de *nachhaltend ou nachhaltig* (sustentável) centrava-se nos pilares de ecologia-natureza, do econômico e da ética social e visava o uso racional das florestas no processo de extração de carvão a fim de manter a sua regeneração permanente, com o propósito de geração de lucro (FEIL; SCHREIBER, 2017; BOFF, 2017; WAAS, *et al.*, 2011).

Nesse cenário, o entendimento do termo sustentável originou-se a partir de diferentes correntes intelectuais e políticas, tais como: biologia, através da Ecologia, refletida pela capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas, retratada na ideia de resiliência, em virtude das agressões antrópicas e/ou naturais; na economia, entendida como sinônimo de desenvolvimento exclusivamente econômico e, ainda, na sociologia, com um modelo de desenvolvimento centrado na preservação da sociedade e na manutenção das relações sociais. Em face disso, essa noção emerge do entendimento da finitude dos recursos naturais, a ameaça gradual do seu esgotamento e a preocupação com a continuidade da vida humana (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014; NASCIMENTO, 2012).

Não obstante, por ser um conceito em construção, a supracitada expressão não é apresentada de forma definitiva. Por conseguinte, comporta diversos sentidos e, portanto, não

há definição universal. A polissemia existente é explicada pela apropriação do termo conforme interesses e necessidades de diversos grupos e projetos políticos. Acrescenta-se, ainda, as indefinições nos contextos discursivos, sociais e epistemológicos no campo de sua aplicação como elementos condicionantes para essa variedade de interpretações, gerado pelo reflexo da sua multidimensionalidade. A princípio, o leque de conceituações existentes não representam um problema, isto porque podem acrescentar novas perspectivas complementares e, como resultado, permitir que o conceito se desenvolva à medida que a compreensão muda (LANKOSKI; 2016; CARVALHO, 2008).

No entanto, quando observado a longo prazo, esse fato leva a uma generalidade ou excessiva superficialidade. Assim, impede a solidez da construção do seu entendimento e pode, inclusive, produzir um campo fértil para divergências. Como resultado, tem a capacidade de gerar ambiguidades e incertezas, por isso, em muitos casos, tal noção é tratada como sinônimo de desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, a incompreensão a respeito de sustentabilidade inibe sua realização prática e prejudica a sua credibilidade (FEIL; SCHREIBER, 2017; LANKOSKI, 2016; LOPES; TENÓRIO, 2011; WAAS, *et al.*, 2011).

Embora existam similaridades, esses vocábulos são autônomos e apresentam diferenças e, desse modo, não devem ser usados de forma análoga. Todavia é importante citar que ambas são complementares. (GALLELI, 2017; VEIGA, 2015). No tocante à complementaridade, a relação entre tais termos pode ser tratada com base em dois vieses: primeiro caso - o desenvolvimento sustentável é posto como o caminho para se alcançar a sustentabilidade. Corroborada por Sachs (1993), essa visão posiciona a sustentabilidade como o objetivo final a ser atingido no longo prazo. O segundo caso, reforçado pela fundamentação de Elkington (2001), legitima a sustentabilidade como um processo vital para o alcance do desenvolvimento sustentável, sendo ele o objetivo almejado (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). A condução referente à meta e ao processo difere conforme o contexto socioeconômico e ambiental de cada localidade (BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014).

Ainda que não haja consenso quanto ao conceito, diversos autores apresentam diferentes formas de conceituá-lo (DZIMIŃSKA; FIJAŁKOWSKA; SULKOWSKI, 2020, BOFF, 2017; VEIGA, 2015; DIAS, 2015; BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014; LOPES; TENÓRIO, 2011; BARBIERI; SILVA, 2011; WAAS *et al.*, 2011; SACHS, 2009; CARVALHO, 2008; MIKHAILOVA, 2004; JACOBI, 2003; ELKINGTON, 2001), existem questões amplamente aceitas na concepção do que se entende por sustentabilidade: busca do equilíbrio entre meio ambiente e as necessidades humanas, representação de justiça social para a manutenção dos recursos para as gerações futuras (BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014; MIKHAILOVA,

2004).

Nesse sentido, a sustentabilidade é apresentada como um princípio norteador capaz de contribuir para o desenvolvimento centrado no ser humano e no meio ambiente (MATIAS, 2022; BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014, VAN BELLEN, 2006). Essa definição é corroborada pela ideia defendida por Elkington (2001, p.21), sendo vista como “o princípio que assegura que as ações de hoje não irão limitar a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para a futura geração”. Já para Lopes e Tenório (2011), trata-se de um princípio de atuação de uma sociedade que mantém as características indispensáveis para um sistema social justo, ambientalmente equilibrado e economicamente promissor, por um período de tempo indefinido.

Com o objetivo de apresentar uma concepção mais holística, integradora e compreensível, Boff (2017) define a sustentabilidade como toda ação destinada a manter as condições para o surgimento e para sustentação de todos os seres vivos, incluindo a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, com vista a atender as necessidades da geração presente e futura, de maneira que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução.

Em outro sentido, Axelsson *et al.*, (2011) caracteriza a sustentabilidade como uma visão política da sociedade, cujo objetivo pretendido é a prevenção do esgotamento dos recursos naturais. A partir daí, o grau de interesse planejado é estabelecido por uma construção social, expressa por intermédio de normas socioculturais de comportamento ou políticas formais. Por esse prisma, a referida noção apresenta-se como processo social em direção a objetivos ecológicos e econômicos socioculturais coletivos posto por variados atores e partes interessadas, com distintas influências em vários níveis de tomada de decisão. Os autores mencionam, ainda, que o nível de anseio social pode ser visto pelos conceitos de sustentabilidade fraca ou forte.

A respeito disso, Carvalho (2008) inclui que, diante desses paradigmas, valores como democracia, cidadania e esfera pública se apresentam com funções e sentidos diferentes. Na sustentabilidade fraca o enfoque é no cenário desenvolvimentista pensado sob a ótica do mercado, nesse caso, a finitude dos recursos é aceita, todavia, são considerados modificáveis com propostas de soluções técnicas para os problemas ambientais. Na sustentabilidade forte, reconhece-se a limitação dos recursos naturais e a desigualdade no acesso e uso destes bens ambientais finitos, de maneira que esse modelo é colocado como projeto político de redistribuição equitativa dos recursos globais e intergeracionais, com críticas mais acentuadas ao ideal de progresso (VEIGA, 2015; DISTERHEF *et al.*, 2013).

A literatura aponta que o percurso para o entendimento mais recente no tocante à sustentabilidade, inicialmente, ganha consistência e ímpeto político diante da necessidade de adjetivação do termo desenvolvimento, justificado pela ligação existente entre as terminologias. Destarte, é importante apresentar algumas ressalvas a respeito das suas diferenças conceituais, assim como o processo evolutivo dessas expressões ao longo do tempo.

Historicamente, a natureza da palavra desenvolvimento, até a segunda metade do século XX, era normalmente correlacionada à sinônimo de crescimento econômico e material. Tal expressão defendida pelos economistas clássicos Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus foi fomentada, principalmente, pelo progresso material acelerado a partir da Revolução Industrial no século XVIII e pelos avanços tecnológicos e científicos pós Segunda Guerra Mundial, considerando o quanto esses eventos impulsionaram a produção industrial, estimularam o consumo descontrolado e garantiram o crescimento populacional. Importante frisar que, embora tenham constituído significativos ganhos no aspecto econômico e na oferta de produtos, esse evento gerou consideráveis impactos ambientais e sociais (BARBIERI, 2020; DIAS, 2017; SACHS, 2009).

Cabe ressaltar, no entanto, que até o início dos anos 1960, a relação homem-meio ambiente era abordada de maneira superficial e, portanto, não havia a preocupação de distinguir desenvolvimento e crescimento. Bursztyn e Bursztyn (2006) afirmam que esse fato pode ter ocorrido em virtude dos países desenvolvidos serem beneficiados, tornando-se ricos com o processo de industrialização, enquanto nos países em desenvolvimento, o processo estava em fase embrionária ou ainda não havia se iniciado. Por isso, a repercussão gerada em torno da publicação do livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), em 1962, da bióloga Rachel Carson. Nesta obra, a autora alertava o público sobre os perigos do uso de pesticidas químicos, ao apresentar os resultados obtidos através de vários anos de estudo. Esse evento tem importante influência no incentivo à conscientização da população quanto aos danos causados à natureza e impulsionou diálogos sobre a preocupação da degradação dos recursos naturais (DIAS, 2017).

O clima social e político, muito provavelmente, contribuiu para o aprofundamento de discussões quanto à temática, com isso, debates foram intensificados e incentivaram a realização dos primeiros eventos internacionais, que culminaram na concepção embrionária da expressão de Desenvolvimento Sustentável (DS), estritamente vinculado à proposta de sustentabilidade (BARBIERI, 2020). Oficialmente essa expressão tem como ponto de partida o Relatório *Brundtland*, lançado em 1987, gerado a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, na Suécia. Nele contém a conceituação mais conhecida e aceita na literatura desse modelo, delineado como: “aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer

a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (CMMAD³, 1991, p. 46). Dessa maneira, o documento expressa uma perspectiva de conciliação entre desenvolvimento e o meio ambiente.

Com efeito, essa noção deriva da proposição de *ecodesenvolvimento*, cujo os preceitos foram concebidos anteriormente pelo economista polônes Ignacy Sachs. Logo, apesar de não caracterizar-se como uma ideia nova, a iniciativa de associar as referidas expressões e tornar essa ligação como ponto central é inédita (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006). O quadro 1 apresenta uma síntese da evolução cronológica dos debates mais significativos relacionados à questão ambiental que influenciaram a gênese desse conceito e, conseqüentemente, a noção de sustentabilidade e seus principais desdobramentos. Salienta-se que em virtude da grande quantidade de eventos ocorridos nos últimos anos é inviável abordá-los em sua totalidade neste trabalho.

Quadro 1 - Marco histórico com influência direta e indireta na evolução da temática de sustentabilidade (1962 a 2022)

Evento histórico	Principais acontecimentos gerados
Publicação do livro <i>Silent Spring</i> (Primavera Silenciosa)	Rachel Carson relata o perigo do uso de pesticidas químicos e as conseqüências na degradação dos recursos naturais e na vida humana. (DIAS, 2017; BURSZTYN; BURSZTYN, 2006)
Clube de Roma (Roma, Itália – 1968)	Organização informal liderada pelo industrial italiano Aurelio Peccei, com o objetivo de promover o entendimento de diversos competentes interdependentes: aspectos econômicos, políticos e ecológicos que formam o sistema global. Elaboração do relatório <i>Limits of Growth</i> - Limites do Crescimento. (DIAS, 2017; VAN BELLEN, 2006)
Divulgação do Relatório “Limites do Crescimento” (Estados Unidos – 1972)	Reconhecimento que os problemas ambientais ocorrem de forma global e estão sendo acelerados exponencialmente. (VAN BELLEN, 2006; BURSZTYN; BURSZTYN, 2006) Reflexão a respeito do controle do crescimento populacional e industrial (DIAS, 2017)
Conferência de Estocolmo (Estocolmo, Suécia, 1972)	Discussão a respeito da relação meio ambiente e desenvolvimento. Foram gerados os seguintes documentos: 1) Declaração sobre o Ambiente; 2) Plano de Ação Mundial, cujo objetivo era orientar a preservação do meio ambiente a partir de 109 recomendações; 3) Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), cujo propósito era monitorar o crescimento dos problemas ambientais mundialmente. (SACHS, 2009; SACHS, 1993)
Divulgação do <i>Relatório Brundtland</i> ⁴ , intitulado de “Nosso Futuro Comum”, 1987	Elaboração de princípios do desenvolvimento sustentável, colocado como um direito humano. (BARBIERI, 2020; DIAS, 2017; BOFF, 2017)

³Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pela ONU.

⁴ Documento gerado pela CMMAD, presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)- Conferência ECO-92 (Rio de Janeiro, Brasil, 1992)	Acordos com aprovação de convenções sobre a mudança climática (UNFCCC) e a biodiversidade (UNCBD). E ainda instrumentos como diretrizes: Agenda 21, Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento. (DIAS, 2017)
Agenda 21 (Instituída a partir da ECO-92)	Divulgação de um plano global de ação, sendo instrumento de planejamento participativo, com a intenção de tornar o Desenvolvimento Sustentável uma realidade. (BARBIERI, 2020; DIAS, 2017) A agenda 21 brasileira foi criada no ano de 2002. (MOURA, 2016)
Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) (Nova York, Estados Unidos, 2000)	Criação da Declaração do Milênio, com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a serem atingidos até o ano de 2015. (BARBIERI, 2020; KLARIN, 2018)
Cúpula da Terra- Rio+5 (Nova York, Estados Unidos, 2002)	Avaliar os progressos realizados no plano traçado a partir da Agenda 21. (BARBIERI, 2020; BARBIERI, 2011)
Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas: COP 15 (Copenhague, Dinamarca, 2009)	Institucionalização do Acordo de Copenhague com metas públicas para redução de emissão de gases de efeito estufa.
Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável- Rio+10 (Johanesburgo, na África do Sul, 2012)	Avaliar a conjuntura do meio ambiente global com base nas medidas adotadas na Eco-92. E reiterar os pilares necessários ao DS: assegurar a proteção ao meio ambiente, o desenvolvimento social e econômico. (MOURA, 2016)
Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável- CNUDS- Conferência Rio+20 (Rio de Janeiro, Brasil, 2012)	Renovar o compromisso político para buscar o desenvolvimento sustentável, com a avaliação da evolução e as eventuais lacunas na implementação de ações aprovadas nas conferências anteriores. (MOURA, 2016; KLARIN, 2018)
Agenda 2030 (Nova York, Estados Unidos, 2015)	Apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas, assim, inclui uma síntese de documentos anteriores no que tange às áreas prioritárias do DS e o ponto de vista operacional, que devem ser atingidos até 2030. (BARBIERI, 2020; KLARIN, 2018)
Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas: COP 26 (Glasgow, Escócia, 2021)	Debates a respeito de mudanças climáticas e planos de redução dos gases do efeito estufa.
Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas: COP 27 (Sharm El Sheikh, Egito, 2022)	Proposição de acordo sobre a criação de um mecanismo de financiamento para compensar as nações vulneráveis por danos e perdas causadas por eventos climáticos extremos.

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos autores supracitados.

Notadamente, o conceito de DS passou por evoluções históricas ao longo do tempo, isto porque foi necessária a sua adaptação conforme as exigências contemporâneas de um ambiente global complexo. No entanto, os princípios e objetivos subjacentes, assim como os problemas de sua implementação, permaneceram quase inalterados, contudo, algumas metas foram

atualizadas e novas propostas desenvolvidas. (KLARIN, 2018). Nesse viés, passados mais de três décadas da sua oficialização a diversidade de termos encontrados para tal vocábulo, assim como a pluralidade de conceituações vistas são significativas.

Barbosa, Drach e Corbella (2014) definem esse modelo de desenvolvimento como um processo de aprendizagem social de longo prazo, que se caracteriza, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas como um movimento de mudança. Outrossim, Lélé (1991) defende que esse termo refere-se a uma mudança direcionada, na qual é necessário incluir objetivos e recursos para atingir suas finalidades e, posteriormente, ser repetida permanentemente.

Por essa lógica, a utilização de recursos, a orientação dos investimentos e desenvolvimento tecnológico, assim como as alterações institucionais serão realizadas de maneira consistente, segundo as necessidades atuais e futuras. Apesar disso, entre as principais críticas a esse modelo está a dificuldade de delimitação ou determinação das necessidades a serem atendidas e a insuficiente clareza da operacionalização de metas, a exemplo daquela focada no alcance do crescimento econômico e a erradicação da pobreza (MATIAS, 2022; GALLELI, 2017; LÉLÉ, 1991).

Barbieri e Silva (2011) acrescentam que os princípios basilares dessa conceituação, equivocadamente, ainda associam desenvolvimento a crescimento econômico, conforme visto anteriormente. No pensamento dos autores, o crescimento refere-se ao aumento de riqueza de um país e desenvolvimento é entendido como transformações na qualidade de vida da população. Destarte, defendem a necessidade de diferenciar crescimento e desenvolvimento sustentável, pois este último pretende alcançar os objetivos previstos no desenvolvimento acrescido da sustentabilidade. Para complementar, sugerem a substituição dessa expressão somente por sustentabilidade a fim de evitar o espinhoso debate entre ambos os termos, vistos como um dos principais pontos de discórdia.

Em âmbito global, em 2002, a Cúpula Mundial, conhecida como Rio+10, apresentou uma atualização na concepção do chamado DS, resultando em uma definição de entendimento mais concreta em relação ao seu objetivo: “O desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra” (MIKHAILOVA, 2004, p.6). Para Van Bellen (2006), a ênfase do desenvolvimento desloca-se, especialmente, para o elemento humano, proporcionando um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social.

As analogias entre DS e sustentabilidade associam-se à necessidade de compreensão das relações existentes entre atividades humanas e ambientais, apresentadas como sistema único,

com o intuito de buscar satisfazer as necessidades da humanidade e assegurar a proteção dos sistemas que dão suporte à vida no planeta (FEIL; SCHREIBER, 2017). Para corroborar com essa ideia, Sartori, Latrônico e Campos (2014) reforçam que o DS pode ser considerado como um conceito integrador, que imbrica um conjunto de questões inter-relacionadas e que podem ser sistematizada de forma única, sendo, portanto, um processo variável de mudanças.

No contexto brasileiro, a contínua demanda internacional acerca da temática, percebida pelas variedades de eventos, incentivou o poder público, constitucionalmente responsável pela tutela e gestão ambiental, a eleger o assunto como prioridade. Por conseguinte, as legislações ambientais existentes, inicialmente ainda esparsas, com caráter mais generalista⁵ (dada a ausência de punições e responsabilidades para o infrator), foram tornando-se mais pragmáticas, especialmente no tocante à Responsabilidade do Estado como agente transgressor. Dessa maneira, o poder público não deve isentar-se da responsabilidade pelos impactos ambientais gerados ao meio ambiente oriundos de suas atividades. O quadro 2 apresenta o panorama das principais iniciativas ambientais no Brasil, no período de 1973 a 2020.

Quadro 2 - Principais regulamentações relacionadas com a sustentabilidade no Brasil (1973 a 2020)

Regulamentação	Descrição
Decreto nº 73.030/1973	Criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), primeira instituição a tratar da temática ambiental em nível federal. O foco central estendia-se ao controle da poluição industrial e urbana, por meio de uma ação orientada.
Lei nº 6.938/81	Trata da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), responsável pela criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que estabelece os princípios, as diretrizes, os instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional. Esse documento foi considerado inovador, por abordar uma questão ainda pouco explorada e por seu caráter descentralizador.
Constituição da República Federativa do Brasil /1988	Estabelece a defesa do meio ambiente como um dos princípios a serem observados para as atividades econômicas no geral. Com a inclusão no Capítulo dedicado ao Meio Ambiente, o art. 225, aborda a noção de DS, previsto como um dever da sociedade.
Lei nº 7.735/1989	Criou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), com o objetivo de unificar os órgãos que tratavam da questão ambiental em apenas um órgão federal.
Lei nº 9.605/1998	Lei de Crimes Ambientais, estabelece sanções administrativas e penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Lei nº 8.666/1993	Instituiu normas para licitações e contratos, proporcionando à administração pública selecionar a proposta mais vantajosa e oportunizando a todos os interessados, em condições de igualdade

⁵ Decreto no 24.643/34- Código de Águas; Lei nº 4.504/64- Estatuto da Terra; Lei nº. 4.771/65- Código Florestal; Lei nº 5.197/67- Lei de Proteção da Fauna; Decreto nº 248/67- Política Nacional do Saneamento Básico e Decreto nº. 303/67 Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental. Este trabalho não pretende esgotar toda a legislação ambiental brasileira existente nesse período, para acesso ver Moura (2016).

	(isonomia) a garantia de participação nos processos licitatórios.
Lei nº 9.795/1999- PNE	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA - para as instituições de ensino, devendo de maneira articulada contemplar todos os níveis de ensino e modalidades, em caráter formal e não formal.
Cartilha da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P/1999	O programa tem como objetivo subsidiar a Administração Pública Federal no direcionamento de ações ambientais em seus contextos.
Decreto nº 4.131/2002	Estabelece medidas emergenciais de redução de consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública.
Lei nº 12.305/2010	Institui a PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Lei nº 12.349/2010	Promove alteração na Lei de Licitações e Contratos (8.666/93), com a inclusão da promoção do desenvolvimento nacional sustentável como meta das compras públicas.
Instrução Normativa nº 01/2010 - MPOG ⁶	Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Decreto nº 7.746/2012	Com critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa nº 10/2010 – MPOG	Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS.
Portaria Interministerial nº 244/2012 - Projeto Esplanada Sustentável (PES)	Cuja finalidade é integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.
Instrução Normativa nº 02/2014 - MP/SLTI ⁷	Com regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal.
Decreto nº 8.539/2015	Uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
Decreto nº 8.540/2015	Racionalização de gastos públicos.
Portaria nº 23/2015 - MPOG ⁸	Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água o monitoramento de consumo desses bens e serviços.
Portaria nº 326/2020 - MMA	Institui o programa A3P e estabelece suas diretrizes.
Decreto nº 10240/2020	Criação do sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico.

Fonte: elaborado pela autora.

De forma gradual, foram criadas políticas públicas em prol da melhoria da promoção da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no Brasil, sendo a evolução da política ambiental no país resultado de uma ampla e complexa trajetória, que envolve diversos fatores, como os políticos e históricos. A A3P e a Instrução Normativa nº 10/2010 - MPOG, serão apresentadas com mais detalhes no capítulo 2, a partir da discussão de sustentabilidade nas IES, focadas no Brasil.

Após apresentação de múltiplas visões sobre o entendimento de sustentabilidade e DS,

⁶ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁷ Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

⁸ Revogada pela Portaria nº 149/2020 - MPOG.

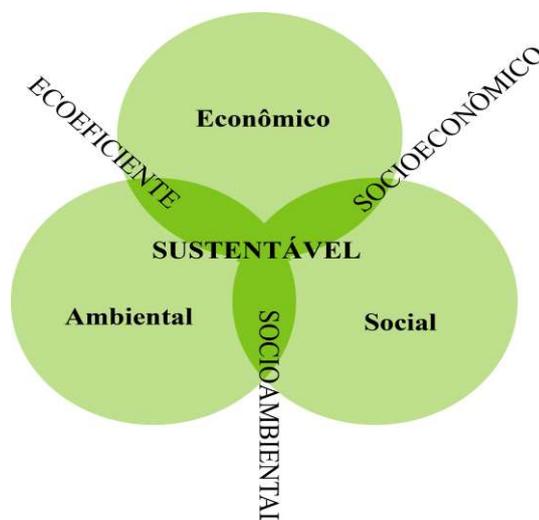
assim como a sucinta explanação do histórico evolutivo desse modelo em âmbito global e os principais marcos regulatórios no contexto nacional, torna-se fundamental discorrer sobre as diferentes vertentes da sustentabilidade, resultantes dos modelos delineados pelas percepções de diversos autores sobre as distintas facetas do desenvolvimento sustentável.

A gênese de DS popularizou-se com base em três dimensões de sustentabilidade, nas quais combinam os aspectos ambiental, social e econômico. O enfoque ambiental relaciona-se à qualidade do meio ambiente necessária para as atividades econômicas e vida humana; os aspectos social e econômico referem-se à garantia dos direitos humanos e à igualdade econômica, indispensável para manter o capital natural, social e humano em virtude da obtenção de renda justa e padrão de vida adequado. O alcance integral desse modelo acontece com o equilíbrio de todas as dimensões citadas. Contudo, mantê-las em condição de simultaneidade é desafiador, isto porque, ao tornar determinado pilar sustentável, outros podem transformar-se em insustentáveis, a exemplo da dimensão ambiental/ecológica (KLARIN, 2018).

Nesse panorama, a tríade clássica de sustentabilidade é comum em estudos diversos (LAURELL *et al.*, 2019; KLARIN, 2018; DIAS, 2017, FEIL; SCHREIBER, 2017; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015; ELKINGTON, 2001). Tais variáveis passaram a ser difundidas com o modelo de gestão organizacional *Triple Bottom Line (TBL)* ou tripé da sustentabilidade, idealizado pelo britânico John Elkington, na década de 1990. Essa proposta pode, também, ser chamada de 3 Ps (*People, Planet and Profit*, ou, em português, Pessoas, Planeta e Lucro), mostrado na figura 1, ao ressaltar a importância do equilíbrio entre equidade social (pessoas), prosperidade econômica (lucro) e qualidade ambiental (planeta) (LAURELL, *et al.*, 2019).

A abordagem é utilizada para nortear a gestão organizacional na implementação de práticas compatíveis com critérios sustentáveis. Logo, as vertentes são apresentadas como pontos norteadores para decisões e ações das organizações. Com isso, os resultados de uma empresa são medidos em termos econômicos, ambientais e sociais (BARBIERI, 2020; GALLELI, 2017). Para Dias (2017), esse modelo surge diante da irrupção da Responsabilidade Social no âmbito corporativo e aproxima esse conceito ao de sustentabilidade. Conforme o autor, embora seja pensado para contextos organizacionais, esse tipo de abordagem pode ter aplicação de maneira macro, para um país ou o próprio planeta, e pode abranger o micro, uma residência, escola, empresas, autarquias, prefeituras e etc.

Figura 1 - Modelo de gestão *Triple Bottom Line* (TBL)



Fonte: elaborada pela autora, adaptado de Laurell *et al.*, (2019).

O TBL pode ser considerado amplamente aceito pela literatura e as organizações, porém, não está isento de críticas. Algumas relacionam-se ao rápido processo de adoção por empresas, especialmente as multinacionais, sem um histórico consistente de práticas ambientais e sociais, além da falta de uma metodologia adequada para mensurar os pilares isoladamente (BARBIERI, 2020; GALLELI, 2017). Para Norman e MacDonald (2004), tais fatores podem, inclusive, culminar em discursos enganosos pelas organizações.

Novas variações conceituais têm sido pensadas, no decurso do tempo, devido à crescente diversidade e conhecimento da capacidade organizacional. À vista disso, surge o modelo encontrado nas organizações globalizadas contemporâneas, o denominado *Triple ESG-environmental* (ambiental), *social* (social) *and governance* (governança), concebido por parceria do Pacto Global e o Banco Mundial, no ano de 2004, para designar práticas consideradas sustentáveis em contextos organizacionais (COSTA; FERZIN, 2021).

Trabalhada de forma integral, o ESG possui uma visão holística quanto à sustentabilidade, sendo considerado um ponto de auxílio das partes interessadas (*stakeholders*) para entender como a organização tem gerenciado riscos e oportunidades em relação aos aspectos ambientais, econômicos e de governança. Nesse modelo, a substituição do termo econômico pela expressão governança indica à transparência, fiscalização e responsabilização das divulgações, bem como ao combate à corrupção, fatores que as organizações devem considerar na busca de estruturação de uma cultura de boa governança, combinando os aspectos estratégicos, éticos e legais (COSTA; FERZIN, 2021).

Veiga (2015) sinaliza uma problemática em torno da escolha do tripé clássico da

sustentabilidade e a simultaneidade de equilíbrios, pois considera que tal noção abrange outras dimensões, a exemplo da climática, a biodiversidade ou a hídrica, não limitando-se, portanto, a três pilares, como proposto no modelo. Nesse viés, Ignacy Sachs apresentou um dos primeiros modelos a ampliar as vertentes construídas a partir do conceito de DS. O autor propõe entender a sustentabilidade de maneira dinâmica, baseada em um processo de transformações, considerando outros pilares. Com esse objetivo, acrescentou às três vertentes existentes, duas novas dimensões: a espacial e a cultural (SACHS, 1993).

Para Jacobi (2003), o modelo idealizado por Sachs apresentava-se mais como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, pois enfatiza a relevância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, especialmente para as zonas rurais, buscando reduzir a dependência técnica e cultural. Posteriormente, essa abordagem orientada por Sachs (2009) foi ampliada, culminando em oito dimensões, pensadas para o âmbito das diferentes esferas organizacionais. Nessa proposta, vista no quadro 3, o autor apresenta distinção dos aspectos ambiental e ecológico e, ainda, indica a necessidade de considerar simultaneamente todas as dimensões idealizadas.

Quadro 3 - Dimensões de Sustentabilidade propostas por Sachs (2009)

Dimensão	Conceito
Social	Centra-se na igualdade social; distribuição justa de renda; qualidade de vida e respeito à equidade no acesso aos recursos e serviços sociais
Cultural	Abrange mudanças no interior da continuidade cultural, autonomia para elaboração de projetos nacionais e abertura para o mundo
Ecológica	Visa a preservação da natureza e limitação do uso dos recursos naturais
Ambiental	Focada no respeito dos ecossistemas naturais
Territorial	Refere-se à heterogeneidade das configurações urbanas e rurais e desenvolvimento das regiões
Econômico	Considera o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, economia intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção e inserção na economia internacional
Política (Nacional)	Centrada nos direitos humanos, democracia e projetos nacionais
Política (Internacional)	Abrange pontos como promoção da paz, parcerias entre países, cooperação científica e tecnológica e gestão da diversidade natural e cultural

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Sachs (2009).

Para Sachs (2009), a sistematização desse rol de dimensões é crucial para desmistificar a ideia de sustentabilidade, normalmente associada apenas ao aspecto ambiental. Outrossim, Barbosa, Drach e Corbella (2014) reforçam que a sustentabilidade não pode ser pautada exclusivamente no meio ambiente, pois uma sociedade pode ser ambientalmente sustentável,

respaldada principalmente por novas tecnologias e, no entanto, dispor de injustiça social, ser insustentável socialmente e com diferenças econômicas entre setores da sociedade.

Para garantir sua efetividade, é necessário planejamento, com participação de autoridades e da comunidade local, em nível micro, com a presença de facilitadores no processo de negociação com os atores envolvidos. Entretanto, um possível óbice são os interesses antagônicos existentes (SACHS, 2009). Com efeito, a participação e a democracia são fatores impostos no modelo de organização política dos países, no século XX. Por isso, valores como direitos humanos e liberdade política passaram a prevalecer, por mais que em muitas situações ainda sejam seriamente contrariados e atacados (VEIGA, 2015).

Nessa óptica, o economista indiano Amartya Sen (2010) defende um modelo de desenvolvimento (sustentável) que considera as liberdades humanas individuais como ponto central. Por esse panorama, tais liberdades são consideradas como principais aliadas no combate aos problemas sociais enfrentados e, portanto, são colocadas como um comprometimento social: “a liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 5). Para o autor, a avaliação do progresso deve ser feita com base na verificação necessária do aumento das liberdades e pela condição democrática dos indivíduos. Por conseguinte, Sen (2010) especifica cinco liberdades instrumentais cruciais na busca de um desenvolvimento adequado:

i) Oportunidades sociais: associada aos direitos básicos da sociedade, tais como serviços de educação e saúde, sendo assim, esses direitos facilitam a sua participação no processo econômico;

ii) Liberdades políticas: direito do indivíduo de expressar-se livremente e manter a participação no processo eleitoral, essa categoria ajuda a promover a segurança econômica;

iii) Facilidades econômicas: oportunidade de acesso à produção e consumo dos bens, assim como os serviços produzidos, de modo a gerar benefícios individuais e coletivo;

iv) Garantias de transparência: abordam as regras que funcionam como instrumentos inibidores no combate à corrupção, a imprudência financeira e transações ilícitas;

v) Segurança protetora: garantia de segurança social, com a previsão de políticas públicas pensadas em proteger os direitos fundamentais dos indivíduos.

Sen (2010) afirma que políticas públicas com o propósito de ampliar as capacidades humanas e as liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas variedades de liberdades, contudo, de maneira inter-relacionadas. Conforme visto, a atividade humana em suas interações cotidianas é munida de todos os elementos capazes de compor uma complexa rede de significados. Assim, o estágio em que a reflexão chegou até o momento de

abstração das dimensões que compõem o triângulo da sustentabilidade não descarta a existência de outras vertentes (LOPES; TENÓRIO, 2011).

Nessa direção, baseados nos pressupostos presentes na conceituação de sustentabilidade ampliada, pensada pelos formuladores da Agenda 21 brasileira, considerando as peculiaridades, complexidade, dinamismo e desigualdade existentes no país, Lopes e Tenório (2011) propuseram novas dimensões à tríade clássica de sustentabilidade, com a inclusão do critério educacional e ético, ao qual denominaram de modelo de Pirâmide SAFEE de Sustentabilidade.

Na concepção dos autores, em uma sociedade de conhecimento, a sustentabilidade é incorporada quase espontaneamente. Por isso, a educação tem um papel essencial no enfrentamento dos novos desafios surgidos constantemente na dinâmica social. Diante desse contexto, para assegurar a sustentabilidade para as futuras gerações, é necessário a oferta de educação continuada e o frequente aprendizado. Ainda, inserem que a sustentabilidade ocorre em função da reflexão gerada a partir de um pensamento ético do indivíduo, por conseguinte, a questão ética deve ser contemplada. Sachs (2010) enxerga os ambientes escolares como instrumentos necessários para a busca da compreensão do processo evolutivo dessa temática, em virtude de fomentar discussões e investigações fundamentais que despertam a reflexão dos indivíduos sobre o futuro das sociedades.

Outras vertentes têm sido apresentadas por diversos autores, conforme contextos nos quais estão inseridos e modelo de desenvolvimento almejado. Destaca-se, por exemplo, a dimensão institucional (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018; DISTERHEFT *et al.*, 2013; WAAS *et al.*, 2011). Essa dimensão reflete a maneira que as instituições moldam seus comportamentos e valores, bem como diferentes partes interessadas percebem a abordagem e os objetivos da sustentabilidade, vistos através dos tópicos de missão, visão e valores das entidades. Relaciona-se, inclusive, com a capacidade de coordenar a interação humana, com a pretensão de alcançar objetivos específicos de sustentabilidade (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018, 2016).

Outro ponto evidenciado dessa dimensão estende-se à democracia, à governança e à mudança institucional, fundamentais para o alcance da sustentabilidade, concebidas com a inclusão da participação pública no processo de tomada de decisão, transparência e a responsabilização com relação às políticas sustentáveis (WAAS *et al.*, 2011). Diante desse cenário, baseadas em modelos delineados por autores múltiplos (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2018; LARRAN JORGE *et al.*, 2015), um conjunto de vertentes referentes à implementação e práticas sustentáveis foram pensadas para os contextos das IES, exibidas no quadro 4.

Quadro 4 - Dimensões e Práticas Sustentáveis nas IES

Dimensões	Práticas
Ambiental	Declarações e ações relacionadas com o envolvimento das IES em questões ambientais e escassez de recursos (prevenção de poluição; proteção do ambiente e da biodiversidade; restauração de habitats naturais; pegada ecológica; recursos não renováveis; esgotamento de materiais e degradação).
Econômica	Declarações e ações relacionadas com o impacto econômico direto e a sustentabilidade financeira das IES (situação financeira; resultados alcançados e eficiência).
Cultural/ social	Declarações e esclarecimentos sobre políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos (práticas trabalhistas e trabalho decente; direitos humanos; qualidade de vida; saúde e segurança ocupacional; capacitação de funcionários; envolvimento em questões sociais e atuação na comunidade no entorno da IES) .
Institucional/Educacional/Político	Declarações sobre as visões, valores, estratégia, transparência na governança e compromissos éticos da IES. E ainda declarações, cartas e parcerias sobre critérios nacionais e internacionais para a promoção do desenvolvimento sustentável, práticas em educação, pesquisa, operações universitárias (por exemplo, certificações), alcance da comunidade e avaliação e relatórios.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Aleixo, Azeiteiro e Leal (2018).

Na perspectiva de Aleixo, Azeiteiro e Leal (2018), essa dimensão pode ser apresentada como o ápice da estratégia de desenvolvimento nas IES ditas sustentáveis. Cabe ressaltar que, apesar de algumas vertentes propostas apresentarem nomenclaturas diferenciadas, possuem os mesmos significados, como no caso da institucional e a política.

Na próxima seção, é abordada a temática de sustentabilidade nos âmbitos das IES, com explanação do papel e da importância de aplicação nessas instituições, descrição das práticas sustentáveis sugeridas pela literatura e as principais barreiras encontradas para sua implementação.

2.2 Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES)

As instituições de ensino superior (IES) podem ser caracterizadas como espaços que reúnem saberes heterogêneos e interdisciplinares que formam gerações futuras, desenvolvem reflexão crítica sobre eventos passados e presentes, produzem conhecimento e inovação e, por isso, relacionam-se à concepção de futuro. Ainda são consideradas elementos fundamentais para a conquista da cidadania, instrumento de estímulo ao desenvolvimento humano sustentável e elemento de integração regional e internacional. Em função disso, nasce a confiança que a sociedade projeta no fazer acadêmico (ALEXANDRE NETTO, 2018; KRAEMER, 2004).

As IES são percebidas como atores centrais e importantes agentes econômicos em muitas regiões; e diversas são, em geral, ativas nacional e internacionalmente em assuntos

relacionados à sustentabilidade, conseqüentemente representando um importante instrumento para a promoção de práticas sustentáveis (LEAL *et al.*, 2019). Dziminska, Fijałkowska e Sulkowski (2020) identificam essas instituições como executores de transferência de conhecimento acadêmico localmente, devido ao seu potencial de fornecer *expertise* e *know-how* específico por meio de suas conexões estreitas com atores da sociedade civil.

Contudo, as IES do século XX enfrentam, sobretudo, crises financeiras e questionamentos quanto a sua autonomia e relevância social. Por isso, necessitam repensar o papel da educação superior na contribuição do progresso regional, pois a responsabilidade dessas instituições não se refere somente a reproduzir conhecimento, mas ao dever de transformá-lo e disseminá-lo à sociedade, além de auxiliar a formulação de políticas públicas sobre o desenvolvimento, que tenha como princípio a justiça e o respeito às dimensões ambientais (VILHA, 2018).

As universidades vêm transformando-se em agentes de desenvolvimento social para as regiões e instrumento de mudança, em função das pressões sofridas para a inserção na economia local, cultural e no sistema político. As suas contribuições podem ser observadas por vários aspectos, tais como: apoio ao progresso econômico, mudança na imagem de uma região, transformação cultural, oferecimento de oportunidades, combate às desigualdades, promoção de cidadania participativa, papel de liderança e coordenação, dentre outras (DISTERHEFT *et al.*, 2013).

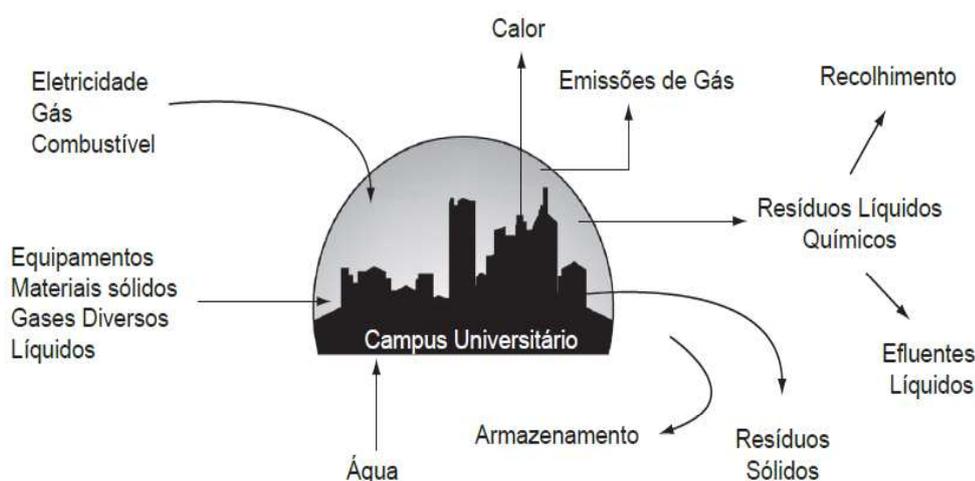
A importância da sustentabilidade nos contextos universitários soma-se à crescente quantidade de recursos e consumo de energia, múltiplas operações, e a poluição gerada pela sua estrutura e funcionamento. Isto é ocasionado, principalmente, pela considerável quantidade de pessoas que circulam nas universidades e que, por consequência, utilizam os recursos naturais de forma direta e/ou indireta (ALSHUWAIKHAT *et al.*, 2017).

A partir desse panorama, Tauchen e Brandli (2006) discorrem que os *campi* universitários se assemelham a pequenos núcleos urbanos por sua estrutura diversificada, que abrange atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das atividades administrativas úteis para o seu funcionamento, tais como restaurantes, centro de conveniência, alojamentos e etc. Ademais, os autores afirmam que, para o funcionamento adequado dessas IES, é necessária uma infraestrutura básica, redes de abastecimento de água e energia, redes de saneamento, coleta de águas pluviais e vias de acesso. Em face disso, são gerados resíduos sólidos, efluentes líquidos e consumo de recursos naturais.

Diante do elevado uso de recursos naturais nos *campus* universitários, as IES devem

aplicar o conceito de sustentabilidade na construção e utilização das suas infraestruturas, assumindo também a responsabilidade de incentivá-la e promovê-la em seus currículos (AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015). Desse modo, elas têm potencial de transformarem-se em habitats para o desenvolvimento e implementação de inovações sociais e tecnológicas ou, ainda, em pilotos para estratégias de gestão em relação à sustentabilidade (ZULPO, 2020; ÁVILA *et al.*, 2017). A figura 2 mostra os principais fluxos gerados em um *campus* universitário.

Figura 2 - Principais fluxos em um *campus* universitário



Fonte: Tauchen e Brandli (2006), adaptado de Careto e Vendeirinho (2003).

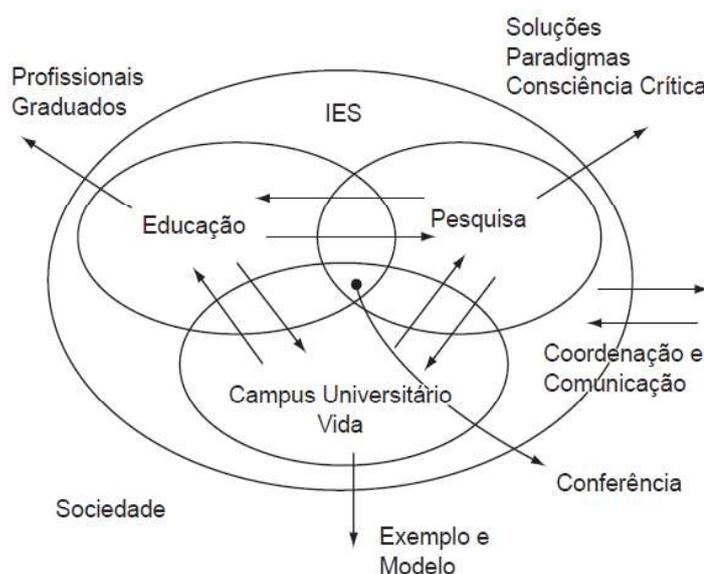
Cientes de seu papel nesse processo, muitas instituições têm procurado maneiras de tornarem-se “universidades sustentáveis”. A noção de Universidade Sustentável (US), acolhida na literatura, relaciona-se às preocupações ambientais, econômicas e sociais que as universidades devem dispor nas suas atividades e na obrigatoriedade de apresentarem-se como modelo para a sociedade. Ainda, devem buscar minimizar os efeitos prejudiciais aos aspectos ambientais, econômicos, sociais e de saúde, possivelmente, produzidos pelo uso de seus recursos, além de manter o compromisso com as funções de ensino, pesquisa, extensão, parceria e administração, subsidiando a sociedade na transição para uma vida mais sustentável (VELAZQUEZ *et al.*, 2006).

Alshuwaikhat e Abubakar (2008) incluíram a promoção de equidade e justiça social nas suas negociações como mais uma característica de uma US, com os valores gerados por esses esforços repassados à sociedade. Portanto, almeja-se, nesse modelo, um alcance mais amplo, que vai além da dimensão ambiental da sustentabilidade, e engloba outros aspectos como

educação ou recursos humanos, dentre outros (YUAN *et al.*, 2013).

Com esse propósito, a integração de práticas sustentáveis nas atividades, organização e política universitária das IES pode ser incluída de maneiras distintas. Para Fouto (2002) *apud* Tauchen e Brandli (2006. p.14), isto pode ser fomentado a partir de quatro níveis de intervenção: *i*) educação dos tomadores de decisão na busca de um futuro sustentável; *ii*) investigação de soluções, paradigmas e valores que sirvam uma sociedade sustentável; *iii*) operações dos *campi* universitários, com modelos e exemplos práticos de sustentabilidade a nível local e; *iv*) coordenação e comunicação entre as universidades e a sociedade. Já Lozano *et al.*, (2015), acrescentam que as instituições necessitam incluir as práticas de divulgação de relatórios como mais um ponto. A figura 3 sintetiza possíveis maneiras das IES contribuírem com a implementação de sustentabilidade em seus contextos.

Figura 3 - A contribuição das IES na disseminação da sustentabilidade



Fonte: Tauchen e Brandli, adaptado de Fouto (2002).

Decorrentes das transformações sociais, a atuação das IES e o entendimento da sua função social têm sido repensados. De acordo com Vilha (2018), essas instituições podem interagir de forma mais intensa e permanente com a comunidade no seu entorno; para isso, necessitam assumir um papel mais ativo perante à sociedade, extrapolando as missões já existentes, de ensino e pesquisa. A autora acrescenta que às IES incumbe uma terceira missão: inovação e transferência de tecnologia, educação continuada e compromisso social. Essa ideia é ratificada por Dziminska, Fijałkowska e Sulkowski (2020), ao destacarem o papel vital das universidades para a criação da cultura da sustentabilidade, através do cumprimento das suas

três missões básicas: ensino, pesquisa e as interações realizadas com a sociedade/organizações. Conquanto, elas sejam frequentemente subestimadas, especialmente no que diz respeito às interações com atores externos.

Quanto à terceira missão, Vilha (2018) informa que, apesar de manter uma forte relação com as missões do ensino e pesquisa, mostra-se multifacetada e determina a maneira como os recursos ou capacidades da universidade incorporam a economia e a sociedade. Essa concepção, tradicionalmente, tem surgido como a chamada extensão universitária. Nessa proposta, considera-se que as missões das universidades sejam tratadas integralmente à luz dos princípios da sustentabilidade e não como um conjunto de ações desconexas (GIMENEZ; BONACELLI, 2017).

2.2.1 Evolução em linha do tempo da sustentabilidade nas IES

Historicamente, as origens da sustentabilidade nas IES aconteceram com base na concepção de sustentabilidade ambiental estabelecida em algumas declarações internacionais. O primeiro documento a referenciar a sustentabilidade no ensino superior foi a Declaração de Estocolmo (1972). Esse documento destacou 26 princípios necessários para o desenvolvimento em escala internacional e nacional, além da proteção ambiental. Dentre eles, alguns ressaltaram a função da pesquisa e da educação ambiental. Além disso, essa declaração inspirou outros documentos no mesmo sentido (MATHIAS, 2022; ALSHUWAIKHAT *et al.*, 2017).

Posteriormente, a chamada Carta de Belgrado (1975), instituída no Workshop Internacional de Peritos na cidade de Belgrado (Sérvia), visou conscientizar os indivíduos no esforço de reajustar suas prioridades, a fim de incorporar o compromisso com questões ambientais e sociais. A Declaração de Tbilisi (1977), por sua vez, discutiu o processo educativo pensado pelo caráter interdisciplinar e focado no compartilhamento de responsabilidades, na qual o enfoque centrava-se em responder dilemas ligados ao meio ambiente (DIAS, 2015).

Entre os documentos produzidos nos anos 1990, destaca-se a Declaração de Talloires (1990), originada na cidade de Talloires, França. O documento trata-se de um plano de ação, composto por dez pontos, focado em incorporar e disseminar a sustentabilidade nas IES. Adicionalmente, prevê a inclusão de conhecimento ambiental no ensino, pesquisa e operações das universidades⁹; tendo sido assinada, inicialmente, por mais de 500 líderes universitários, em mais de 50 países (TALLOIRES DECLARATION, 1990). Por representar um importante

⁹A data da última atualização é de 21 de setembro de 2021. A UFPB integra a lista de signatários. Disponível em: <http://ulsf.org/96-2/>

marco para a sustentabilidade no âmbito das universidades, os dez pontos serão apresentados resumidamente:

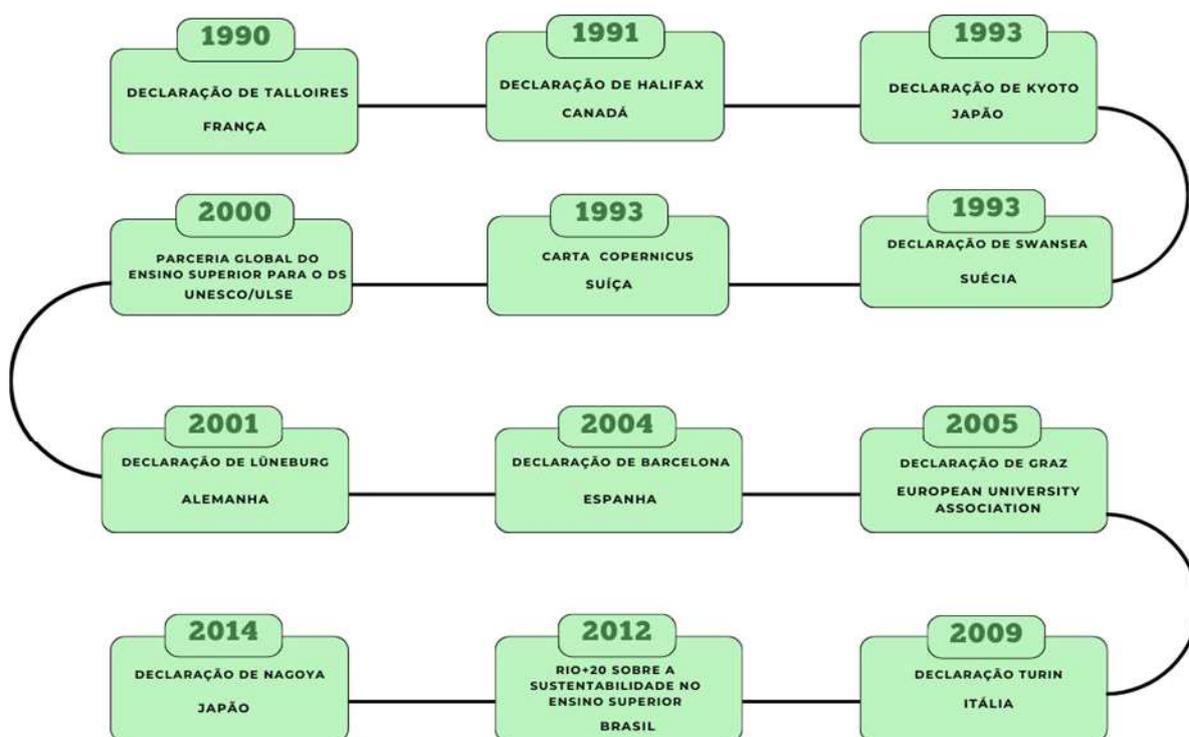
- **Promover a conscientização sobre o desenvolvimento ambientalmente sustentável:** usar todas as oportunidades para aumentar a conscientização da sociedade, governo e universidade ao falar publicamente sobre a importância das preocupações ambientais;
- **Instituir a cultura institucional de sustentabilidade:** incentivar as universidades no envolvimento de educação, pesquisa, formulação de políticas e intercâmbio de informações sobre questões relacionadas à população, meio ambiente e desenvolvimento, visando buscar a sustentabilidade;
- **Incentivar a formação de cidadania ambiental:** estabelecer programas para gerar conhecimentos em gestão ambiental, desenvolvimento sustentável, demografia e outras áreas afins para garantir aos seus discentes a formação de cidadania ambiental;
- **Disseminar a temática ambiental à comunidade acadêmica:** criar programas para desenvolver a capacidade do corpo docente da universidade referente ao ensino incluindo o tema meio ambiente para toda a comunidade acadêmica;
- **Apresentar-se como parâmetro:** buscar ser um exemplo de responsabilidade ambiental, por meio de criação de políticas institucionais focadas no meio ambiente e práticas de conservação de recursos, reciclagem, redução de resíduos e operações sustentáveis;
- **Estimular a participação das partes interessadas:** buscar envolver governo, fundações e indústria no apoio à pesquisa universitária, educação, formação de políticas e intercâmbio de informações em desenvolvimento ambientalmente sustentável. Incluir a parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) para subsidiar o processo de busca de soluções mais abrangentes para os problemas ambientais;
- **Contribuir com abordagens interdisciplinares:** incentivar docentes, gestores universitários e profissionais com conhecimento na questão ambiental para desenvolver programas interdisciplinares, formulação de políticas e trocas de conhecimentos para o alcance de um futuro ambientalmente sustentável;
- **Criar parcerias com escolas primárias e secundárias:** estabelecer parcerias com escolas primárias e secundárias para ajudar a capacitar os docentes para o ensino interdisciplinar sobre população, meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- **Colaborar com organizações nacionais e internacionais para alcançar um futuro**

sustentável: desenvolver trabalhos em conjunto com organizações nacionais e internacionais para promover um esforço universitário em escala mundial rumo a um futuro sustentável;

- **Manter a movimentação:** estabelecer um secretariado e um comitê para controlar e manter a movimentação, bem como informar e apoiar os esforços uns dos outros na realização desta declaração.

Essa declaração estabelece o começo de um movimento em busca de respostas aos problemas ambientais, que culminou em outras declarações, conforme mostrado na figura 4.

Figura 4 - Principais Declarações, Cartas e iniciativas focadas na sustentabilidade no Ensino Superior de 1990 a 2014



Fonte: elaborada pela autora, adaptado de Lozano *et al.*, (2015)

A Declaração de Halifax (1991), gerada por iniciativa das Universidade das Nações Unidas e da Associação de Universidades, no Canadá, evidenciou a insatisfação a respeito da degradação contínua do meio ambiente, das práticas ambientais insustentáveis e do aumento da pobreza no mundo (TAUCHEN, BRANDLI, 2006). Para os autores, até a Conferência do Rio de Janeiro (ECO-92), em 1992, a participação das IES nos debates relacionados com a questão da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foi pouco expressiva. Com efeito, o período

compreendido de 1972 a 1992 foi marcado pela emergência das instituições e redes de trabalho na determinação e orientação do papel das IES no paradigma da sustentabilidade.

A aprovação da Agenda 21, na ECO-92, representou um marco importante na maneira como a temática passou a ser abordada. Esse programa de ação dedicou um espaço significativo para tratar da promoção do ensino. O capítulo 36, de modo integral, destinou-se a fomentar a promoção do ensino, conscientização pública e treinamento. A Agenda ainda demonstrou outro fator marcante: a mudança de trajetória no âmbito das conferências intergovernamentais promovidas pela ONU e os documentos produzidos por ela quanto à temática (BARBIERI; SILVA, 2011). Para Barbieri e Silva (2011), tal transformação se refletiu, também, na atuação da UNESCO e do PNUMA. Desse modo, em 1997, a ONU adotou um programa para implantar a Agenda 21, e nele, a expressão “educação ambiental”, utilizada anteriormente, alterou-se para os termos “educação para a sustentabilidade” e “educação para o futuro sustentável”, cujos temas centrais incluem, entre outros, a educação permanente, a educação interdisciplinar e a educação multicultural.

Destacam-se, ainda, outras importantes declarações delineadas no processo de sustentabilidade nas IES: a Declaração de Swansea (1993), que apontou a necessidade de engajamento de toda a sociedade para a busca da sustentabilidade; a Declaração de Kyoto (1993), a qual apontou a capacidade das universidades de ensinar e empreender na pesquisa e nas ações dos princípios sustentáveis do desenvolvimento, assim como incentivou a revisão de suas próprias operações a fim de refletir acerca das melhores práticas sustentáveis do desenvolvimento; a Carta Copernicus (1993), que definiu os princípios de ação a serem adotados pelas universidades rumo ao DS; e a Declaração de Lüneburg (2001), a qual afirmou a necessidade de implantação das recomendações do Capítulo 36 da Agenda 21 (BARBIERI; SILVA, 2011; TAUCHEN; BRANDLI, 2006; KRAEMER, 2004).

A maneira mais simples, de acordo com Yuan *et al.*, (2013), de envolver as IES nas questões ligadas à sustentabilidade, consiste na integração de princípios, valores e práticas sustentáveis em seus currículos, pesquisa, parcerias e, adicionalmente, por meio das operações e atividades do *campus*. O que corroboraria com o comprometimento das IES no sentido de integrar a sustentabilidade em suas atividades, seriam as assinaturas em declarações, a exemplo da Declaração de Talloires (1990). Contudo, para Lozano *et al.*, (2015), assinar uma declaração ou endossar uma iniciativa não é garantia que as instituições signatárias implementem a sustentabilidade em seus sistemas.

Os compromissos das IES a nível global quanto à promoção da sustentabilidade tornaram-se mais evidentes após as discussões ocorridas na Agenda 21 (ECO-92), na Cúpula

Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (2002), e durante a Década da ONU de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). A responsabilidade dessas instituições é reafirmada com a Declaração de Nagoya (2014), que indicou o realinhamento das metas econômicas, sociais, culturais, ambientais e educacionais nas IES (ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2021). De acordo com Dias (2015), o principal objetivo desta década centrou-se em buscar ampliar a abrangência da educação, associada com a melhoria da sua qualidade, bem como reorientar seus objetivos para reconhecer a importância do desenvolvimento sustentável. Incluiu-se ainda a promoção da educação como apoio e a difusão de princípios de sustentabilidade em todas as formas de educação, sejam elas formais ou não formais, em todos os sistemas de educação. Desse modo, essa década visou integrar os princípios do DS em todos os aspectos das instituições de ensino (LOZANO *et al.*, 2013).

Nesse panorama, dada a sua importância para a sustentabilidade, as IES são percebidas como aliadas essenciais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos a partir da Agenda 2030, para o período de 2015 a 2030. Os ODS, representados na figura 5, tratam-se de um conjunto de metas e indicadores composto por 17 objetivos e 169 metas, executados em um plano de 15 anos, para um futuro de crescimento econômico sustentado, desenvolvimento social e proteção ambiental. Tais objetivos centram-se na relação e interligação entre as várias dimensões da sustentabilidade (LEIVA-BRONDO *et al.*, 2022; ALEIXO; AZEITEIRO; LEAL, 2021; KLARIN, 2018).

Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Organização das Nações Unidas (2015).

Segundo KESTIN *et al.*, (2017), as contribuições das IES para a implementação dos ODS relacionam-se:

- i) ao fornecimento de conhecimento e soluções, por meio de pesquisas para entender os desafios, oportunidades e habilidades, além do conhecimento na formação dos futuros tomadores de decisão;

ii) ao cumprimento do ODS 4, implantando um contexto de educação a favor do desenvolvimento sustentável e ofertando educação acessível e inclusiva;

iii) à contribuição, que pode ser direta, por meio das suas operações, gestão institucional e disseminação da cultura;

iv) ao papel de liderança intersetorial, através de diálogos e parcerias com diversos setores da sociedade.

Os ODS apresentam um conjunto interligados de desafios sociais, econômicos e ambientais; portanto, representam a revisão dos desafios contemporâneos do DS, com elevado grau de complexidade e transversalidade. Por conseguinte, para seu alcance é necessário o envolvimento integrado da sociedade. Nesse contexto, a sociedade civil, governos e instituições, sejam elas privadas ou públicas, deverão assumir o seu papel com o objetivo de construir uma sociedade pautada em princípios sustentáveis. Diante do exposto, as IES aparecem como importantes atores estratégicos em prol desse objetivo.

2.2.2 Práticas sustentáveis no contexto das IES

Com a finalidade de identificar práticas consideradas sustentáveis nas IES, observou-se na literatura diversos estudos, em várias partes do mundo, visando alcançar esse objetivo. Nesse sentido, por meio de revisão de literatura, os autores Velazquez *et al.*, (2006) estudaram algumas universidades em escala global, incluindo uma instituição brasileira, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para apresentar suas práticas de acordo com a agenda de sustentabilidade. A partir disso, elaboraram um modelo de universidade sustentável. Com uma visão integrada sobre o tema, as sugestões feitas pelos autores englobam ações de nível estratégico até as atividades operacionais, propondo um modelo de quatro fases:

Quadro 5 - Modelo de Universidade Sustentável

Fases	Estratégias de sustentabilidade
Fase 1	Visão: Conceituar a sustentabilidade na visão da IES.
Fase 2	Missão: Incluir a temática na missão da universidade.
Fase 3	Criação de Comitê de Sustentabilidade: na qual serão definidas políticas, metas e objetivos. Nele serão realizadas ações gerenciais, de modo subsidiar os gestores responsáveis pelo processo de tomada de decisão.
Fase 4	Educação: formal - pensada em universitários, graduados, programas certificados, salas de aula e laboratórios; não formal - conferências, seminários e workshops, educação à distância e informal - famílias e comunidades.

	<p>Pesquisa: focadas em grupo, individualmente e organizações parceiras, abordando a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, com temas que incluam prevenção de poluição, justiça ambiental, energia renovável, desenvolvimento regional, econômico e etc.</p> <p>Extensão: com participação regional, nacional e internacional com os setores educacionais, agências governamentais, setor privado, ONGs e comunidade em geral.</p> <p>Campus sustentável: considera aspectos como: eficiência energética e de água, transporte, mudanças climáticas, compostagem, serviços alimentares, compras sustentáveis, equidade e pobreza, acessibilidade às pessoas com deficiência, gestão de resíduos perigosos e não perigosos, controle de pragas, conservação ambiental, saúde ocupacional e segurança.</p>
--	--

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Velazquez *et al.*, (2006).

Lozano *et al.*, (2015), estudando IES em diversas partes do mundo, apresentaram achados similares ao modelo proposto por Velazquez *et al.*, (2006). Todavia, consideram sete ações de estratégias, representados pelos tópicos de estrutura organizacional; operações de *campus*; educação; pesquisa; extensão; parcerias e relatórios. Ainda, as principais diferenças existentes entre os estudos estão no tópico de ensino e operações de *campus*, pois Lozano *et al.*, (2015) propõem outras ações. No ensino, incluem: cursos e programas sobre desenvolvimento sustentável, revisões curriculares e a criação de um programa direcionado à educação dos docentes sobre a temática. Quanto às atividades cotidianas do *campus*, incorporaram: adoção de práticas sustentáveis e incentivo à conscientização da comunidade acadêmica e esforços para dar visibilidade ao tema. Por fim, inovam ao incluir a estratégia de avaliação de relatórios, representada nos relatórios e na comunicação relacionada à sustentabilidade, avaliação ambiental/ sustentabilidade da IES e participação em algum *ranking* internacional ou nacional específicos entre as universidades.

Já Alshuwaikhat e Abubakar (2008) desenvolveram um modelo visando às práticas sustentáveis de forma sistematizada e integradas para as IES. Nesse estudo delinearam um planejamento, no qual apresentam três elementos como fundamentais para o alcance de um *campus* sustentável: *i*) Sistema de Gestão Ambiental Universitária (SGA) – visando a gestão e melhoria ambiental, assim como adoção de *campus* verdes; *ii*) Participação Popular e Responsabilidade Social - consideram aspectos como participação das partes interessadas, responsabilidade social da universidade, justiça ambiental, equidade social e serviços comunitários. Para complementar, enfatizam o *iii*) Ensino e Pesquisa em Sustentabilidade - com introdução de conferências, seminários, workshops e oferta da temática em cursos, além da inclusão nos currículos.

As práticas para a promoção da sustentabilidade em instituições de ensino superior europeias e dos Estados Unidos foram analisadas pela pesquisa de Shawe *et al.*, (2019). As

iniciativas abrangem os setores de finanças, currículo, energia, edifícios e laboratórios verdes, biodiversidade, pesquisa, resíduos, divulgação e engajamento estudantil, transporte, alimentação, governança e água, que, por sua vez, podem ser classificados em educação, extensão, pesquisa, operações e governança. Os resultados evidenciaram que o foco predominante das ações estão nas atividades tecnológicas e operacionais, sendo as atividades estratégicas as mais negligenciadas.

Em estudo realizado por Leal Filho, *et al.*, (2021), modelou-se as práticas de sustentabilidade efetuadas em 157 universidades latino-americanas, observadas por três grupos: atuação do *campus*, extensão, ensino e pesquisa. Os resultados sugeriram que os comportamentos dessas IES são semelhantes às ações das instituições pertencentes aos países desenvolvidos. Assim, em consonância com Lozano *et al.*, (2015), a operação de *campus* é enfatizada como o componente de maior destaque na incorporação da sustentabilidade nas universidades. Os pesquisadores verificaram que as iniciativas mais significativas foram as políticas e ações de redução do consumo de papel, gestão de resíduos, melhoria da eficiência energética, ações e políticas de promoção da gestão da água. Por outro lado, as iniciativas menos significativas foram as ações relacionadas com alimentação, restauração sustentável e compras ecológicas.

No caso brasileiro, uma das primeiras pesquisas desenvolvidas sobre a proposição de ações sistematizadas focadas em práticas sustentáveis nas IES foi o realizado por Tauchen e Brandli (2006). Baseadas nas iniciativas sustentáveis mais utilizadas em IES estudadas em diversos países, incluindo algumas brasileiras, os autores desenharam um modelo para a implementação de um SGA adaptado, principalmente, para a realidade das instituições de ensino no Brasil. Tal modelo considerou as normas ISO 14001 e ISO 14004¹⁰ e observou o ciclo PDCA (Planejar, Desenvolver, Controlar e Agir). Esse método é usado para controle e melhoria contínua de processos e de produtos.

Silva e Almeida (2019) realizaram uma pesquisa com o objetivo de propor um conjunto de 37 indicadores para mensurar o grau de sustentabilidade nas IES brasileiras. O modelo buscou investigar as práticas sustentáveis de maneira integrada, englobando as três dimensões (social, econômica e ambiental). Na dimensão ambiental, os autores consideraram as operações e serviços, nas quais agregaram fatores como consumo de água e energia, materiais de expediente. Na dimensão social e econômica, apresentaram aspectos de qualidade de vida,

¹⁰ Normas aplicadas ao sistema de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para organizações públicas e privadas, como certificações de adequação.

saúde ocupacional, compras e licitações sustentáveis. Alguns tópicos podem ser mensurados simultaneamente com as iniciativas propostas.

Em específico, o estudo de Dotto *et al.*, (2019) verificou a efetividade das práticas previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com base na percepção de seus servidores e discentes. O plano engloba tópicos como material de consumo, qualidade de vida no ambiente de trabalho e compras sustentáveis. Os resultados evidenciaram o desconhecimento de grande parte dos participantes quanto a esse documento universitário. Contudo, o fator positivo encontrado foi a indicação de apoio dos participantes na adoção de práticas sustentáveis.

Salienta-se que as práticas sustentáveis adotadas pelas IFES brasileiras, entes pertencentes à ADF, devem atentar-se às legislações ambientais (já discutidas na seção 2.1, elencadas especificamente no quadro 2). Tais políticas públicas foram criadas para subsidiar os gestores públicos no processo de implementação da sustentabilidade, por isso são direcionadas para a orientação, planejamento, execução e acompanhamento de iniciativas que almejam esse fim. Almeida, Scatena e Luz (2017) mencionam que a gestão ambiental brasileira possui importantes iniciativas a respeito da temática, no entanto, o caráter voluntário existente em alguns programas demandam maior engajamento coletivo e individual.

Entre o conjunto de legislação e normas descritas anteriormente, destacam-se a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, caracterizado pela Instrução Normativa nº 10/2012, que estabeleceu as regras para elaboração dos PLS. Em razão de se tratarem de diretrizes norteadoras e descreverem práticas sustentáveis na administração pública, as IFES devem considerá-las no processo de elaboração e implementação de instrumentos de gestão em prol da sustentabilidade. À vista disso, elas serão apresentadas brevemente para melhor entendimento.

Lançada em 1999, a **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)** é um programa vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), alicerçado pela Agenda 21 (mais especificamente nas recomendações do Capítulo IV); Declaração da Rio-92 (obedecendo ao Princípio 8) e, também, a Declaração de Johannesburgo. Seu foco central é a implantação de responsabilidade socioambiental, adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público, válido para as três instâncias: federal, estadual e municipal (BRASIL, 2018). Em 2002, a UNESCO premiou a iniciativa, como “o melhor dos exemplos”, na categoria Meio Ambiente, pela relevância do seu trabalho e pelos resultados positivos gerados na sua implantação (BRASIL, 2018).

Apesar da importância que a A3P representa, sua adesão não tem caráter obrigatório. Com efeito, trata-se de um incentivo para que o órgão participante obtenha melhor eficiência na atividade pública, sem desconsiderar o estímulo à preservação do meio ambiente. Fundamentado pela política dos 5Rs (Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar), o programa estrutura-se em seis eixos temáticos:

I - **Uso racional dos recursos naturais e bens públicos:** utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;

II - **Gestão adequada dos resíduos gerados:** adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;

III - **Qualidade de vida no ambiente de trabalho:** criar meios para que todas as pessoas que circulem no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;

IV- **Sensibilização e capacitação dos servidores:** criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;

V- **Contratações públicas sustentáveis:** adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço e

VI - **Construções sustentáveis:** construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2020, p. 3).

Importante frisar que, os procedimentos presentes no eixo das construções sustentáveis são válidos para novas edificações ou reformas das já construídas (BRASIL, 2020). No eixo das licitações sustentáveis, definida pelas contratações públicas, o agente responsável pela escolha de critérios de aquisição dos itens deverá fundamentar sua decisão pelos aspectos econômico, social e ambiental, e não guiar-se somente pelo fator econômico (GAZZONI, *et al.*, 2018). Outrossim, para Biagi e Calado (2015), o objetivo da licitação sustentável é atender as necessidades dos consumidores finais, comprando produtos que tenham maior benefício para o ambiente e a sociedade. Para isso, o edital de licitação revela-se a principal ferramenta na promoção da sustentabilidade na esfera pública, pois é nele que a gestão impõe suas condições e exigências no processo licitatório, de modo a refletir diretamente nas organizações privadas.

As diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações sustentáveis foram estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012. Nele constam os critérios para a elaboração do **Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS)** nos contextos dos órgãos da ADF. O PLS é uma ferramenta de planejamento que estabelece práticas de

sustentabilidade e racionalização dos gastos, assim como processos dos órgãos governamentais, considerando os pilares de proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado (BRASIL, 2012). Para a elaboração deste documento, os órgãos devem considerar algumas iniciativas já existentes: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P); Programa de Energia Elétrica (PROCEL); Coleta Seletiva Solidária; Programa de Eficiência do Gasto (PEG); Projeto Esplanada Sustentável (PES); e Contratações Públicas Sustentáveis (CPS). De natureza compulsória, o PLS contempla legalmente a maioria desses programas citados (BRASIL, 2012).

O órgão executante deve englobar na sua proposta, no mínimo, os critérios de atualização de inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição em seus ambientes; as práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; as responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e as ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012). As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, pelo menos, os seguintes temas: material de consumo compreendendo papel, cartuchos para impressão e copos descartáveis; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis. Esse eixo deverá abranger obras, equipamentos, serviços de vigilância, limpeza, telefonia, processamento de dados, apoio administrativo e de manutenção predial e deslocamento de pessoal, incluindo todos os meios de transporte, como uma maneira de reduzir gastos e de emissões de substâncias poluentes (BRASIL, 2012).

Um rol de sugestões de práticas sustentáveis para a administração pública foi apresentado na IN nº 10/2012, apresentado no quadro 6.

Quadro 6 - Práticas sustentáveis e de racionalização de materiais sugeridas pela IN nº 10/2012

Materiais de Consumo
<p>Papel:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso do papel; ✓ Substituir o uso de documento impresso por documento digital; ✓ Imprimir apenas se necessário e revisar os documentos antes da impressão; ✓ Imprimir documentos na versão frente e verso; ✓ Controlar o consumo de papel para impressão e cópias; ✓ Reaproveitar o papel impresso em apenas um lado, para a confecção de blocos de rascunho; ✓ Utilizar papel reciclado ou papel branco produzido sem uso de substâncias cloradas nocivas ao meio ambiente; e

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar campanhas de sensibilização para redução do consumo de papel.
<p>Copos descartáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dar preferência para os copos produzidos com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem com vistas a minimizar impactos ambientais adversos; e ✓ Realizar campanhas de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis.
<p>Cartuchos para impressão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dar preferência à utilização de impressão, escolhendo estilo de fonte de texto com capacidade de economizar tinta ou toner.
Energia Elétrica
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução do consumo; ✓ Promover campanhas de conscientização; ✓ Desligar luzes e monitores ao se ausentar do ambiente; ✓ Fechar as portas e janelas quando ligar o ar condicionado; ✓ Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, iluminação natural; ✓ Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento; ✓ Revisar o contrato visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica do órgão ou entidade; ✓ Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar-condicionado mais modernos e eficientes, visando reduzir o consumo de energia; ✓ Minimizar o consumo de energia reativa excedente e/ou demanda reativa excedente, visando reduzir o consumo de energia; ✓ Utilizar, quando possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas; e ✓ Reduzir a quantidade de lâmpadas, estabelecendo um padrão por m² e estudando a viabilidade de se trocar as calhas embutidas por calhas "invertidas".
Água e Esgoto
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo; ✓ Monitorar o uso da água; ✓ Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água; ✓ Dar preferência a sistema de medição individualizado de consumo de água; ✓ Dar preferência a sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados; ✓ Analisar a viabilidade do aproveitamento da água de chuva, poços artesianos; ✓ Criar rotinas acerca da periodicidade de irrigação de jardins, de forma a estipular períodos padronizados para esta atividade em cada época do ano; ✓ Dar preferência ao uso de descargas e torneiras mais eficientes; e ✓ Dar preferência à lavagem ecológica.

Coleta Seletiva
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a implantação da coleta seletiva, conforme a Resolução do CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001, que estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva; ✓ Promover a destinação sustentável dos resíduos coletados; e ✓ Implantar a coleta seletiva solidária nos termos do Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, ou outra legislação que a substituir.
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável; ✓ Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados; ✓ Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho; ✓ Promover atividades de integração e de qualidade de vida no local de trabalho; ✓ Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos; e ✓ Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição.
Compras e Contratações
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dar preferência, quando possível, à aquisição de bens reciclados ou recicláveis; ✓ Dar preferência à utilização de impressoras que imprimam em frente e verso; ✓ Incluir no contrato de reprografia a opção de impressão dos documentos em frente e verso; ✓ Dar preferência, quando possível, à aquisição de papéis reciclados, isentos de cloro elementar ou branqueados a base de oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio; ✓ Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis; ✓ Exigir comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços; ✓ Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ✓ Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado; ✓ Utilizar, quando possível, software de comunicação eletrônica para o envio de mensagens instantâneas (<i>instant text messaging</i>) ou para a transmissão de voz (<i>Voice over Internet Protocol – VoIP</i>); ✓ Adotar, quando possível, uma rede de comunicações telefônicas, entre unidades de um mesmo órgão ou entidade; ✓ Revisar normas internas e os contratos de telefonia fixa e móvel visando a racionalização em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos; ✓ Revisar o contrato de telefonia fixa e móvel visando à adequação do plano contratado com a real necessidade do órgão ou entidade;

- ✓ Adotar segurança eletrônica, sempre que possível, nos pontos de acesso dos edifícios dos órgãos ou entidades, visando auxiliar a prestação do serviço de vigilância;
- ✓ Revisar normas internas e os contratos de vigilância visando o real dimensionamento dos postos de trabalho;
- ✓ Substituir, se possível, a segurança armada por desarmada, nos locais internos do órgão ou entidade; e
- ✓ Fomentar compras compartilhadas.

Fonte: BRASIL (2012).

Para maior transparência, os resultados gerados a partir das ações implantadas pelo PLS do órgão responsável deverão ser divulgados semestralmente no seu site oficial, apresentando as metas atingidas e os resultados medidos por indicadores. Para auxiliar essas entidades, a normativa propõe um conjunto de indicadores para avaliar o nível de sustentabilidade (BRASIL, 2012). Para Barros *et al.*, (2021), se realizado de forma adequada, esse plano permite aos usuários uma visualização transparente das atividades e, conseqüentemente, um controle mais efetivo por parte dos interessados.

A avaliação seria, portanto, uma ferramenta política, cujo objetivo central é a orientação no processo de tomada de decisões de planejamento em direção à sustentabilidade (VAN BELLEN, 2006). Pelo amplo reconhecimento da importância das avaliações, as IES têm sido pressionadas a realizá-las periodicamente. Entre os benefícios apontados por esse procedimento está o subsídio dado a elas para entender o seu posicionamento em termos de metas ou objetivos de sustentabilidade, comparações entre contextos e eventos, análise das áreas problemáticas existentes e desenvolvimento de estratégias para sua melhoria (ALSHUWAIKHAT *et al.*, 2017, LOZANO *et al.*, 2013).

Dalal-Clayton e Bass (2002) citam três abordagens principais para a avaliação da sustentabilidade: 1) indicadores, aplicam-se diferentes tipos de dados, organizados em torno de um ou mais indicadores. Esse tipo é a mais adequada para a tomada de decisões, monitoramento de desempenho e desenvolvimento de estratégias, em razão da objetividade e transparência; 2) narrativas: considera a combinação de texto, mapa, gráficos e dados tabulares, representa a abordagem padrão mais conhecida para medição ambiental, e, por fim; 3) contas do estado da sustentabilidade: utiliza-se dados que devem ser convertidos para uma unidade comum, podendo abranger alguns aspectos do ambiente, da sociedade e da economia do *campus* (ALSHUWAIKHAT *et al.*, 2017; AMARAL; MARTINS; GOUVEIA, 2015).

Alguns modelos de avaliações foram propostos para as IES em função de apresentarem características singulares que as diferem de outras organizações. Conforme Shriberg (2002b), uma ferramenta ideal, para esses contextos, deve incluir cinco elementos: identificação dos

atributos mais importantes de um *campus* sustentável; inclusão de medidas calculáveis e comparáveis; ir além da ecoeficiência; medir processos e motivações e ser compreensível para a grande maioria dos interessados.

As principais ferramentas e sistemas utilizados nas universidades e suas respectivas características foram identificados em estudo realizado por Alba-Hidalgo *et al.*, (2018). As três ferramentas mais citadas, identificadas na pesquisa, serão apresentadas brevemente. A primeira ferramenta refere-se ao SAQ¹¹ - *American Sustainability Assessment Questionnaire for Colleges and Universities*. O modelo mais antigo da lista, criado em 1999, deriva-se de iniciativa da *Association of United Leaders for a Sustainable Future* (ULSF). Em forma de questionário qualitativo, busca-se avaliar a sustentabilidade nas IES de forma integrada, abrangendo sete áreas críticas: currículo; pesquisa e bolsa de estudos; operações; desenvolvimento e recompensas para docentes e servidores; alcance e serviço; oportunidade para discentes; e missão institucional, estrutura e planejamento (ULSF, 2009). Porém, não há mecanismos para comparações com outras IES (SHRIBERG, 2002b).

Em segundo lugar aparece o AISHE¹²- *Assessment Instrument for Sustainability in Higher Education*, surgido em 2001 e atualizado em 2009, é utilizado, principalmente, pelas universidades holandesas e flamengas. De acordo com Brandli *et al.*, (2012), o AISHE baseia-se no ciclo PDCA, podendo ser um método usado para fins de auditoria e auxílio para formulação de políticas. Contudo, por voltar-se apenas para a vertente curricular de sustentabilidade ambiental universitária, não analisando as demais dimensões (econômica e a social) apresenta vulnerabilidade (ALBA-HIDALGO *et al.*, 2018).

Por fim, identificou-se o STARS¹³- *Sustainability, Tracking Assessment & Rating System*, criado por iniciativa da Associação para o Avanço da Sustentabilidade na Educação Superior (*Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education* - AASHE), em 2006. De forma voluntária, as IES fazem um autorrelato de diversas categorias, incluindo ações do currículo a operações, investimentos e finanças (MATIAS, 2022). A fragilidade evidenciada, nesse sistema, consiste na inadequação para universidades iniciantes e o custo de certificação (ALBA-HIDALGO *et al.*, 2018).

Em âmbito nacional, a fim de avaliar a sustentabilidade nos órgãos da ADF, o TCU criou o Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA), observando critérios específicos, classificados em 11 eixos temáticos relacionados a iniciativas de

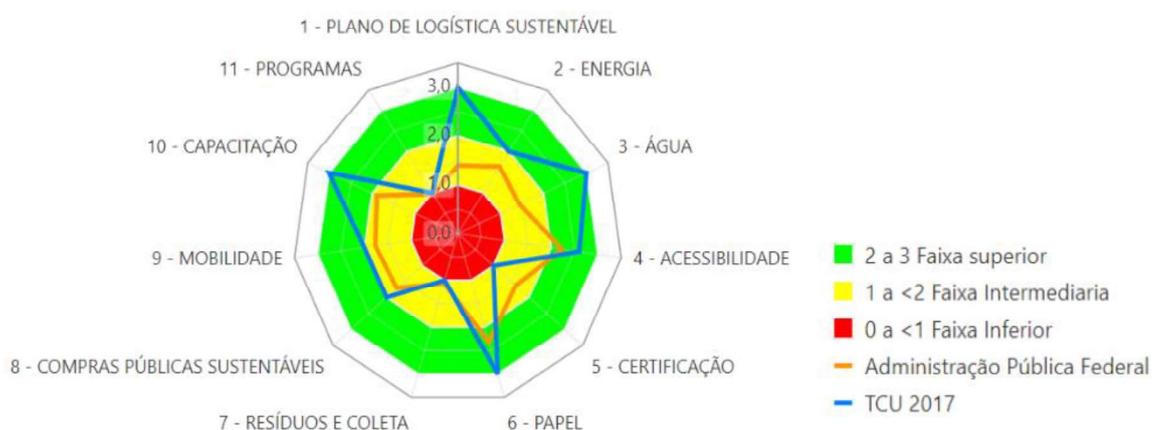
¹¹ Questionário de Avaliação de Sustentabilidade para faculdades e universidades.

¹² Instrumento para Avaliação da Sustentabilidade no Ensino Superior.

¹³ Sistema de Análise, Avaliação e Classificação de Sustentabilidade.

sustentabilidade: (1) Elaboração, implementação e monitoramento do PLS; (2) Racionalização no uso de energia elétrica; (3) Racionalização no uso de água; (4) Atendimento aos requisitos de acessibilidade; (5) Certificação de prédios públicos; (6) Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; (7) Gestão de resíduos e coleta seletiva; (8) Contratações públicas sustentáveis; (9) Mobilidade e gases de efeito estufa; (10) Conscientização e capacitação; e (11) Adesão aos programas de sustentabilidade, mostrado na figura 6.

Figura 6 - Índice de Avaliação das ações de Sustentabilidade na Administração Pública Federal - IASA



Fonte: BRASIL, 2018.

Para a análise foi proposta uma escala de avaliação de 0 a 3, nas ações presentes nos eixos investigados. A média obtida pelas instituições representantes dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) respondentes foi de 1,64, o que enquadra a ADF em uma faixa de performance intermediária (de 1 a 2). O grau insatisfatório de implementação das ações ocorreu, principalmente, no poder executivo, no qual as IFES são englobadas. Os resultados obtidos demandam maiores ações dos órgãos para atingir a faixa superior, representada pela pontuação de 2 a 3 (BRASIL, 2018).

Apesar da responsabilidade incumbida às IES, é possível constatar disparidade entre as práticas disseminadas e as situações identificadas no centro das ações aplicadas em seus ambientes. Para Velazquez, *et. al.*, (2006), falta uma orientação clara sobre o que deve ser uma universidade sustentável, e a integração de forma holística e orgânica pelos líderes universitários ainda precisa superar muitas barreiras (LARRÁN JORGE *et al.*, 2015). Entre as principais barreiras identificadas estão (MATIAS, 2022; GAZZONI *et al.*, 2018; ÁVILA *et al.*,

2017; ALEIXO; LEAL; AZEITEIRO, 2016; LARRÁN JORGE *et al.*, 2015): *i*) falta de conhecimento das normas legais que tratam do tema; *ii*) a precária fiscalização; *iii*) falta de investimentos orçamentários; *iv*) necessidades de políticas públicas e treinamento especializado em sustentabilidade; *v*) ausência de interesse, consciência e envolvimento; *vi*) resistência à mudança; *vii*) falta de relatórios e mecanismos de responsabilização; e *viii*) falta de pesquisa interdisciplinar.

Cabe ressaltar que, para compreender os desafios da implementação da sustentabilidade, é necessário conhecer os cenários próprios, que incluem diferentes atores e instituições nas quais estão inseridas as questões ambientais, sociais e econômicas. A participação dos atores da comunidade universitária é primordial nesse processo e, consequentemente, para a disseminação das práticas sustentáveis. Por isso, a importância de institucionalizar uma política ambiental e um plano estratégico focados na sustentabilidade desses locais.

No próximo capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos, cuja finalidade é mostrar as etapas que serão executadas com o propósito de alcançar os objetivos definidos no presente trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, são apresentados os procedimentos metodológicos da presente pesquisa, o qual está estruturado a partir de quatro tópicos: a caracterização da pesquisa; contexto e participantes; instrumento de coleta de dados; procedimentos de coleta; procedimentos de análise de dados; procedimentos éticos; e, por fim, discussões e resultados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto ao método, essa pesquisa se caracteriza como estudo de caso, por ser, conforme Merriam (2009), o tipo adequado para o campo das ciências sociais aplicadas, pois busca compreender de maneira aprofundada processos sociais ocorridos em determinado contexto da vida real e representa um fenômeno contemporâneo particular (limitado). Os resultados gerados são descritos de maneira holística e intensa, envolvendo variedade de evidências, tais como documentos, artefatos, entrevistas e observações. A escolha por esse método é “especialmente adequado quando se quer focar problemas práticos, decorrentes das intrincadas situações individuais e sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas” (GODOY, 2006, p.121).

Outra característica ressaltada para a escolha desse método segundo Merriam (2009, p.4), decorre: “[...] do fato de que esse *design* é escolhido precisamente porque os pesquisadores estão interessados em *insights*, descobertas e interpretações”. Para a autora esses entendimentos podem ser interpretados como hipóteses provisórias, que ajudam estruturar pesquisas futuras, por isso, o estudo de caso desempenha um papel importante no avanço da base de conhecimento de um campo. Desse modo, a natureza deste trabalho é básica (pura), porque procura a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utilizá-la na prática (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Diante do exposto, optou-se pelo estudo de caso por ser o mais apropriado para a investigação da problemática desta pesquisa. Haja vista tratar-se de caso único, que procura com base no entendimento dos TAEs, compreender as práticas sustentáveis na promoção da sustentabilidade, em uma instituição pública de ensino (UFPB), no âmbito de um centro de ensino (CCSA). Sendo a investigação realizada, principalmente, em virtude da lacuna existente, já que estudos com os TAEs, ainda são pouco explorados, oportunizando, assim, um avanço para o debate. Os seus achados são resultantes de triangulação de fonte de dados, com o objetivo de gerar maior qualidade na pesquisa.

A abordagem empregada é qualitativa, possui objetivo de caráter descritivo, porque

busca interpretar e compreender um fenômeno social a partir dos significados atribuídos aos indivíduos pertencentes a realidade estudada, nesse caso o foco de aprendizagem consiste no significado que os participantes dão ao problema ou questão (CRESWELL, 2014). Como afirma Stake (2011), o estudo qualitativo se ancora na interpretação das interações do pesquisador e dos participantes, procurando ser empático para trabalhar e compreender as percepções individuais. Em face disso, procura-se mais a singularidade à semelhança e preza pela diversidade. Dessa forma, esse estudo almeja compreender e descrever a percepção dada pelos servidores TAEs pertencentes a UFPB/CCSA no tocante a práticas sustentáveis.

3.2 Contexto e participantes da pesquisa

A unidade de análise da pesquisa é a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sediada na cidade de João Pessoa, uma autarquia vinculada à Administração Pública Federal Indireta e ao Ministério da Educação (MEC); criada na forma de lei, com natureza jurídica de direito público e dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tem como objetivo fundamental o desenvolvimento socioeconômico da região e do país¹⁴.

A origem da universidade deu-se no ano de 1955, por meio da Lei estadual nº. 1.366, de 02 de dezembro, a partir da junção de outras escolas superiores. Daí, passou a ser intitulada Universidade da Paraíba. No ano de 1960, a partir da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro, a instituição tornou-se federalizada e, com isso, passou a ser denominada de Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com incorporação de estruturas acadêmicas nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. Diante disso, adquiriu, portanto, uma estrutura *multicampi*. O processo de expansão desta IFES iniciou-se ainda na década de 1960, com a agregação da Escola de Agronomia do Nordeste e Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, localizados nos municípios de Areia e Bananeiras, respectivamente (UFPB, 2019)

Nas décadas seguintes, a estrutura da instituição expandiu-se consideravelmente. Destarte, no início dos anos 2000, a UFPB contava com sete *Campi*, a saber: João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras. No ano de 2002, aconteceu o processo de desmembramento das suas estruturas acadêmicas; assim, por intermédio da Lei nº. 10.419/2002, originou-se a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (UFPB, 2022). Diante desse cenário, os *Campi* localizados em Cajazeiras, Patos e Sousa vincularam-se à UFCG e, com isso, a UFPB ficou composta legalmente pelos *Campi* de João Pessoa, Areia e

¹⁴ Conforme Estatuto da Universidade Federal da Paraíba (Portaria MEC nº 3.198 de 21.11.2002).

Bananeiras. Em 2006, instituiu-se mais um *Campus*, localizado no litoral norte, com atuação nos municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

Sua área de atuação abrange o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica, com oferecimento de cursos no nível de graduação, pós-graduação e técnicos em diversas áreas do conhecimento. Nas atividades acadêmicas incluem-se todas as áreas de conhecimentos, conforme orientação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), relacionadas às Ciências Exatas e da Natureza; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes. Vale mencionar que existem ainda outras áreas de cunho multidisciplinar: Meio Ambiente, Tecnologias, Gestão, Biotecnologia e Ciências Ambientais (UFPB, 2019).

Internacionalmente a UFPB é signatária de dois memorandos de entendimento com o Programa das Nações Unidas (PNUD). Dessa forma, compromete-se a colaborar com a Agenda 2030, integrando, portanto, as redes *United Nations Academic Impact (UNAI)* e *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)*. Nessa proposta, a gestão universitária criou o Núcleo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (NPDS), que busca, dentre suas principais funções, coordenar as ações acadêmicas e institucionais voltadas à implementação dos ODS na universidade. À vista disso, o NPDS disponibilizou um portal próprio que reúne as iniciativas para o DS no âmbito da UFPB, sendo estas realizadas por meio de projetos de extensão e iniciação científica, com ações que visam englobar as 17 metas dos ODS. Com a finalidade de alcançar este objetivo, os editais institucionais de fomento da UFPB foram alinhados aos objetivos e metas que integram os ODS. As informações dos trabalhos são apresentadas no site do observatório, do NPDS, através do endereço eletrônico¹⁵ (UFPB, 2022).

Outra questão importante nesse sentido foi aprovação da política ambiental da UFPB em 2018. A partir dela, a universidade assumiu o compromisso de implantar ou adaptar ações institucionais que possibilitem a promoção do desenvolvimento sustentável em seu contexto e na sociedade, incentivando a sua gestão, as ações de ensino, pesquisa e extensão a orientarem-se pelos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (UFPB, 2018). Ressalta-se que o *Campus* I possui um espaço com característica singular em virtude do quantitativo reservado à Mata Atlântica, correspondente a cerca de 30% da sua extensão, representada na figura 7. Dessa maneira, engloba fragmentos florestais típicos de sustentabilidade e, por isso, oportuniza a comunidade acadêmica a manter contato direto com

¹⁵ <http://ods.ufpb.br/>.

espécies de fauna e flora encontradas na natureza (SILVA JÚNIOR, 2021).

Figura 7 - Território do *Campus I* (João Pessoa)



Fonte: elaborada pela autora, adaptado de Google *Earth* (2022).

O planejamento estratégico vigente (2019-2023) é materializado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual a supracitada IFES apresenta a sua missão, visão, valores e objetivos, assim como indicadores, metas e projetos estratégicos. A pretensão da instituição de incorporar a sustentabilidade em seu contexto é evidenciada em tópicos presentes na missão: “gerar e difundir conhecimento e inovação por meio de ensino, pesquisa e extensão para contribuir com o desenvolvimento da sociedade de **forma sustentável**, assegurando uma educação pública, gratuita, inclusiva, equitativa e de qualidade”, e valores: “[...] **Promoção da sustentabilidade**”, especificados na figura 8. Nesse sentido, por vincular-se à ADF, a UFPB deve observar os marcos regulatórios que fomentam a implementação de práticas sustentáveis em seus contextos, a exemplo da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); Projeto Esplanada Sustentável (PES); Compras Públicas Sustentáveis; e Decreto nº 7.746/2012, Art.16, que trata do PLS, cujas normas para sua elaboração podem ser vistas na IN nº 10/2012.

Figura 8 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)



Fonte: UFPB (2019).

Dentre tais regulamentos, destaca-se o PLS, criado em 2013 pela Comissão de Gestão Ambiental (CGA) da UFPB. Instituída no mesmo ano, essa comissão tem como objetivo auxiliar a administração superior no diagnóstico e elaboração de estratégias para o enfrentamento de danos ambientais (CGA, 2013). Criada pela Portaria nº 427/R/GR (2013), a CGA é composta por seis professores; um representante técnico administrativo, todos com atuação na área ambiental, e um representante do corpo técnico-administrativo da Prefeitura Universitária, com vinculação direta ao gabinete da vice-reitoria (UFPB, 2018). O PLS é apresentado pela CGA como uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, de modo a oportunizar a essa instituição o estabelecimento, implementação e administração de práticas de sustentabilidade; racionalização de gastos e processos nas áreas que englobam material de consumo, gerenciamento de energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal (CGA, 2013).

O documento elenca sete Objetivos Estratégicos (O.E), a saber: O.E.1 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para material de consumo; O.E.2 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de energia elétrica; O.E.3 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para consumo de água e geração de esgoto; O.E. 4 - Estabelecer práticas de sustentabilidade no fortalecimento do programa de coleta seletiva; O.E.5 - Promover o fortalecimento dos programas de qualidade de vida no ambiente do trabalho; O.E.6 - Estabelecer práticas de sustentabilidade nos processos de compras e contratações e; O.E.7 - Estabelecer práticas de sustentabilidade e uso racional para atividades relacionadas ao deslocamento de pessoal (PLS, 2013).

Considerando o exposto, com a finalidade de descrever o entendimento dos participantes quanto às práticas sustentáveis em suas atividades laborais, essa pesquisa será direcionada pelas práticas previstas no PLS desta IFES, mais especificamente, tomando como base os elementos identificados nos Objetivos Estratégicos descritos no quadro 7. Tal escolha justificou-se por considerar que esses objetivos são mais adequados à natureza das atividades laborais e ao contexto de um centro de ensino. A pesquisa teve como participantes servidores públicos federais TAEs vinculados à UFPB, lotados em unidades administrativas do CCSA do *Campus I*, na cidade de João Pessoa. A categoria de TAEs compõe a comunidade acadêmica das IFES, conjuntamente com docentes, discentes e prestadores de serviços terceirizados.

Quadro 7 - Objetivos estratégicos do PLS/UFPB referências da pesquisa

Objetivos Estratégicos (O.E)	Práticas de Sustentabilidade
O.E.1	✓ Práticas de sustentabilidade e de uso racional para material de consumo (Insumos considerados: papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão)
O.E.2	✓ Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de energia elétrica (Promover a redução do consumo e campanha de educação ambiental)
O.E.5	✓ Fortalecimento dos programas de qualidade de vida no ambiente do trabalho (saúde do servidor; segurança no trabalho; vigilância ambiental e concessão de benefícios)

Fonte: elaborado pela autora, adaptado do PLS/UFPB (2013).

O ingresso de tais servidores para preenchimento dos diversos cargos ocorre por meio de concurso público de provas e títulos, conforme estabelecido na Lei n. 8112/90, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União. Os distintos cargos são divididos em cinco níveis: A, B, C, D, E, organizados com base no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), alicerçado pela Lei n. 11.091/2005, a partir de critérios específicos, tais como: nível de grau de complexidade das atribuições, requisito de escolaridade, conhecimentos, habilidades inerentes, formação especializada, experiência, risco e esfera de desempenho das atribuições próprias. Esse regulamento foi alcançado por um processo de luta, reivindicação e numerosos acordos, e representa uma importante conquista para a definição de identidade dessa categoria (REIS; PAIXÃO, 2022).

O PCCTAE estabelece as atribuições gerais dos cargos, tais como: *i*) planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; *ii*) planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; *iii*) executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros vinculados à Instituição Federal de Ensino na qual se insere, com a finalidade de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES, definidas conforme o ambiente organizacional (BRASIL, 2005).

A somatória dos servidores da UFPB é de 6.618, incluindo servidores técnico-administrativos e docentes em atividade. No quadro de referência dos TAEs, foram contabilizados 3279 servidores ativos¹⁶, ocupantes dos mais variados cargos, divididos em níveis específicos e distribuídos em áreas diversas que englobam: saúde, administração,

¹⁶ A consulta aos dados ocorreu no dia 9 de novembro de 2022 através do endereço eletrônico: <https://sigrh.ufpb.br/sigrh/public/home.jsf>.

infraestrutura, dentre outras, conforme exposto na tabela 1. O Decreto n.7.232/2010, responsável pela criação do Quadro de Referência dos Servidores TAEs da UFPB, menciona somente os níveis C, D e E. Desse modo, a reposição das aposentadorias daqueles identificados nos níveis A e B (nível de apoio) não será realizada em eventuais concursos públicos para provimento de cargos vagos (PLS, 2013).

Tabela 1 - Referência do Quadro de Servidores TAEs/UFPB

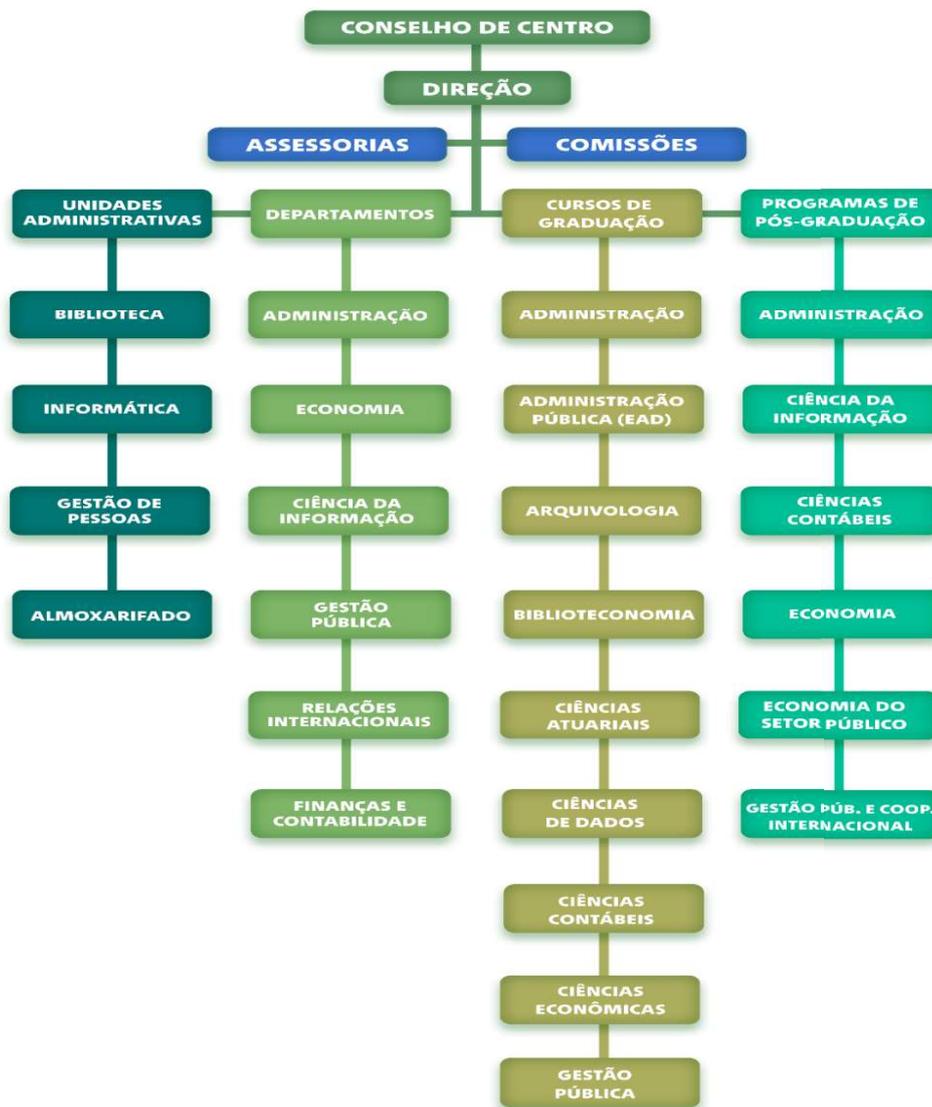
Categoria	Quantidade
Nível A	22
Nível B	115
Nível C	486
Nível D	1420
Nível E	1153
Não identificado	83
Total	3279

Fonte: elaborada pela autora, a partir de UFPB (2022).

Reiterando, os servidores participantes dessa pesquisa são lotados no CCSA, localizado no *Campus I*, em João Pessoa, maiores de 18 anos e que atuam conforme atribuições do seu cargo. O ano de criação do CCSA ocorreu em 1973, por meio da Resolução CONSUNI 12, a partir da estruturação da UFPB em centros. Os primeiros cursos oferecidos foram Economia, Direito, Contabilidade, Biblioteconomia e Administração. Atualmente, a estrutura do centro comporta seis departamentos, dez cursos de graduação e seis pós-graduações, que englobam mestrado, doutorado e mestrado profissionalizante, conforme o organograma apresentado na figura 9 (CCSA, 2022).

O número total de servidores lotados no centro é de 115 e os cargos são distribuídos em três níveis: categoria C, com total de 18 TAEs; categoria D, com 50 servidores; e, por fim, 18 servidores na categoria E. A escolaridade exigida para os níveis citados anteriormente é fundamental completo, ensino médio e graduação, respectivamente.

Figura 9 - Organograma do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB)



Fonte: elaborada pela autora, adaptado de CCSA (2022).

3.3 Instrumento de Coletas de Dados

A estratégia utilizada para a coleta de dados abrangeu a pesquisa documental dos principais instrumentos normativos publicados pela UFPB, que abordam questões relacionadas a essa temática: o Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente e os Relatórios de Gestão (RG) referentes aos anos de 2019 a 2022. Esse tipo de pesquisa abrange todos os materiais documentais escritos ou não, que podem ser utilizados como fonte primária de informação para o trabalho, nesse caso pertencentes a arquivos públicos e publicações parlamentares, sendo documentos oficiais (MARCONI; LAKATOS, 2021). Nesse viés, a investigação dos Relatórios de Gestão possibilitou traçar o

paralelo entre as estratégias planejadas e as ações operacionalizadas.

Para a fase das entrevistas foi utilizado um roteiro semiestruturado, ao que se incluiu o auxílio da entrevista fotográfica. A aplicação de entrevistas com os servidores TAEs buscou identificar questões relacionadas: *i*) ao conhecimento da temática e legislações que tratam do assunto; *ii*) à maneira que a questão de sustentabilidade e a implementação de práticas sustentáveis são tratadas no órgão; e *iii*) a percepção dos servidores a respeito da sustentabilidade e das práticas sustentáveis nos seus ambientes laborais.

Marconi e Lakatos (2017) mencionam que o emprego da entrevista semiestruturada, também chamada de assistemática, antropológica e livre, oferece maior liberdade ao entrevistador para desenvolver o tema da interação em qualquer direção que considere apropriada. Logo, permite explorar mais amplamente a questão, sendo, por conta disso, a mais utilizada pelos investigadores qualitativos.

Na pesquisa social são utilizados os mais variados métodos para estudos organizacionais, com variados graus de complexidade e propósito. Os pesquisadores que desenvolvem pesquisas de cunho qualitativo fazem elevado uso de métodos como entrevistas, pesquisas documentais, grupos focais etc. Diante desse conjunto de opções, encontra-se o método fotográfico, incluído nos chamados métodos visuais.

O uso de entrevista fotográfica, a chamada *foto-elicitação*, envolve o uso de fotografias para evocar comentários, bem como memória e discussão no decorrer de uma entrevista semiestruturada (CRESWELL, 2014; FLICK; BANKS 2009). Quando as fotografias não são registradas pelos próprios entrevistados, geralmente, utiliza-se o termo *foto-provocação*, porém o uso mais comum é aquele em que as capturas são próprias dos entrevistados, com base nas suas experiências, a *foto-elicitação* (SERRANO; REVILLA; ARNAL, 2016). Frisa-se que, seguindo os objetivos desta pesquisa, optou-se pela utilização dessa última categoria.

O incremento de uso de fotografia em estudos pode trazer ganhos para os pesquisadores em particular e para o campo em geral, haja vista a capacidade de exploração de elementos não textuais ou verbais que podem ser uma rica fonte de evidências dos fenômenos organizacionais, sem prejuízo do rigor analítico (MUZZIO, 2022). Para Serrano, Revilla e Arnal (2016), esse método possibilita uma reconstrução mais completa do contexto no qual o participante está inserido e, ainda, permite ao entrevistado registrar e refletir sobre pessoas, objetos, situações, ambientes e etc, de modo a oportunizar discussões a respeito do conteúdo pesquisado e interpretações mais precisas por meio da fotografia. Ademais, permite acesso privilegiado a uma dimensão, muitas vezes esquecida nas análises sociais, a dimensão espacial.

3.4 Procedimentos de Coleta de Dados

A fim de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizada a triangulação de dois instrumentos para a obtenção de dados: pesquisa documental dos principais instrumentos institucionais que discorrem sobre o tema da sustentabilidade na IFES estudada, e a entrevista junto a servidores TAES do CCSA/UFPB. Os procedimentos adotados englobam as seguintes etapas:

1) **Levantamento de dados primários/documentais** em sítios eletrônicos oficiais da unidade de análise (UFPB), enfatizando os instrumentos normativos internos, tais como: PLS, PDI, Política Ambiental e Relatórios de Gestão da IFES. As investigações têm como finalidade obter informações que possam auxiliar no diagnóstico de como tem sido enfrentada, do ponto de vista institucional, a temática da sustentabilidade.

2) **Para obter informações diretas foram realizadas entrevistas semiestruturadas** junto a parcela de servidores lotados no centro de ensino CCSA/UFPB, com auxílio da técnica de fotografias capturadas pelos próprios participantes (*foto-elicitación*). O roteiro da entrevista (apêndice B) foi baseado nos eixos temáticos, a partir dos Objetivos Estratégicos (O.Es) pré-definidos, do PLS/UFPB, preceituados na IN nº 2012, e adaptado da pesquisa de Silva Júnior (2021). O número de participantes foi definido com base nas subdivisões do CCSA, que totalizam 27 setores.

A partir daí, buscou-se englobar ao menos a metade do total de cada subdivisão escolhida, proporcionando uma representatividade de participantes. Ou seja, incluiu-se, no mínimo, metade das quatro (4) unidades administrativas de apoio [dois (2) servidores], seis (6) departamentos [três (3) servidores], nove (9) secretarias de graduações [cinco (5) servidores], seis (6) secretarias de pós-graduações [dois (3) servidores] e, por fim, direção do centro [um (1) servidor].

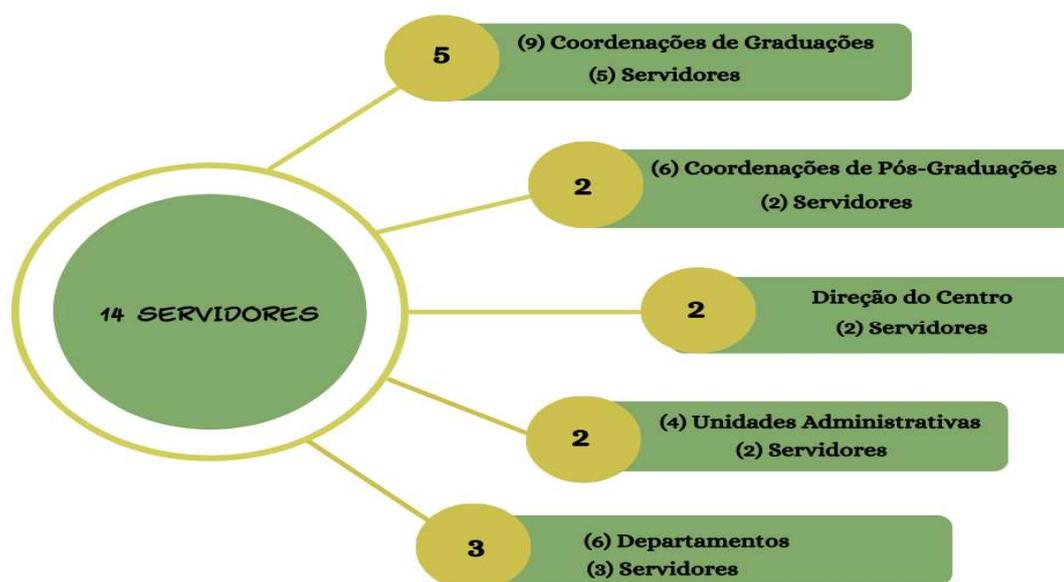
Optou-se pela exclusão das assessorias e comissões, pelo fato dos servidores, normalmente, executarem atividades provisórias nesses espaços, embora possuam lotação em setores que já serão contemplados na pesquisa. Assim, foram considerados os setores: direção do centro, departamentos, coordenações de graduações e pós-graduações e unidades administrativas. A figura 10 ilustra o processo de seleção dos participantes.

Enfatiza-se que, em virtude da indisponibilidade de horário encontrado por parte de alguns servidores das secretarias de pós-graduações e, ainda, da não aceitação do convite para a entrevista de outros, foi necessário adequar o número de participantes por setores, previstos inicialmente. Dessa maneira, incluiu-se mais um (1) servidor da direção do centro nas

entrevistas, totalizando dois (2) - com esse ajuste, foram entrevistados somente dois (2) servidores vinculados às pós-graduações. Contudo, a quantidade de entrevistas foi mantida, permanecendo as 14 inicialmente previstas.

Todavia, é importante esclarecer que a saturação dos dados foi percebida a partir da 10ª entrevista. Porém, devido ao exíguo período para o término da realização da pesquisa, optou-se por seguir o quantitativo de entrevistas previsto no cronograma submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a fim de evitar uma solicitação de emenda junto a esse Comitê e, conseqüentemente, gerar paralisação no tempo de efetuação do estudo; uma vez o tempo de análise do pedido acarretaria a suspensão da execução da pesquisa.

Figura 10 - Processo da etapa de escolha dos servidores TAEs participantes



Fonte: elaborada pela autora.

O levantamento dos participantes para a fase de entrevista ocorreu por intermédio de contato direto da pesquisadora com os servidores TAEs. As visitas aos setores definidos ocorreram de maneira aleatória, observando a disponibilidade dos servidores, a partir disso, realizando-se o convite diretamente ao servidor. Algumas entrevistas foram efetuadas imediatamente, no mesmo dia e horário que se deu o contato, enquanto outras foram realizadas após agendamento prévio.

Explica-se que os processos de capturação de fotografias e a entrevista semiestruturada foram realizados concomitantemente no mesmo dia e horário, uma seguida da outra. Para isso, as etapas foram divididas da seguinte maneira:

1ª etapa: em conversa inicial, esclareceu-se aos TAEs participantes sobre a temática, os

objetivos da pesquisa e a motivação para as capturas de fotografias das iniciativas que eles entendiam como práticas sustentáveis em seus ambientes laborais. Nesse momento, ainda apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando-os a respeito da garantia do sigilo das informações fornecidas, do compromisso de assegurar o anonimato, bem como do direito de suspender a participação na pesquisa caso julgasse necessário, sem aviso e justificativa.

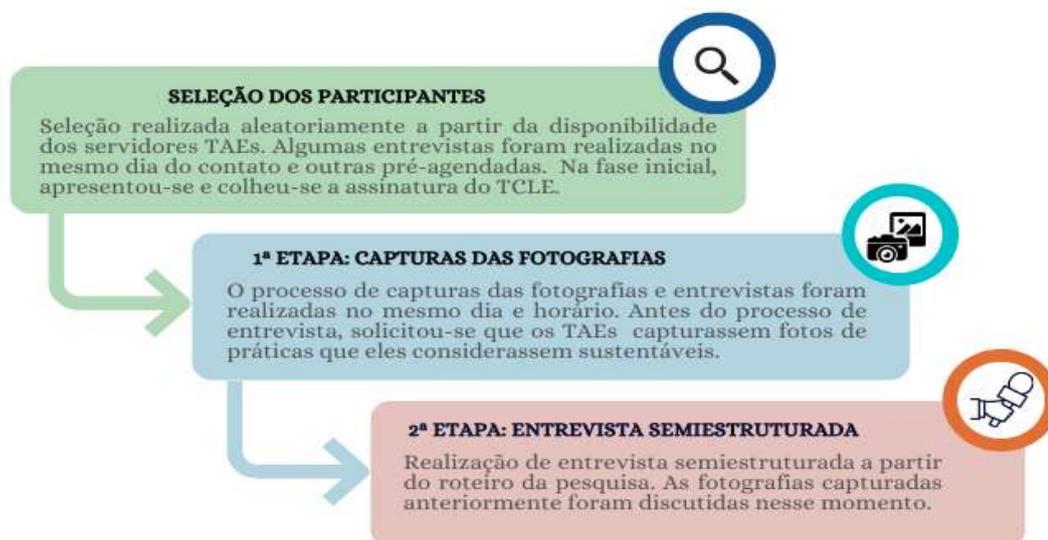
Após todos os esclarecimentos necessários e assinatura do TCLE, solicitou-se que os entrevistados registrassem capturas de fotografias a partir de suas percepções acerca de práticas sustentáveis em seus contextos laborais. A escolha do ambiente (interno e/ou externo), o tempo necessário para os registros e a quantidade de fotografias ficou a critério dos TAEs, sendo, portanto, lhes concedido autonomia plena. A pesquisadora acompanhou os participantes no processo de realização de fotografias.

2ª etapa: Após as capturas das fotos, deu início ao segundo momento: a realização da entrevista semiestruturada. Nessa fase, os TAEs participantes foram avisados novamente sobre as gravações das entrevistas, com o intuito de proporcionar os registros das falas transcritas posteriormente; ainda reafirmou-se as garantias presentes no TCLE, a fim de resguardá-los de eventuais constrangimentos. Após os esclarecimentos, iniciou-se as entrevistas com base no roteiro da pesquisa. Todas elas realizaram-se de modo presencial e gravadas por meio de dispositivos móveis.

As etapas da entrevista foi dividido em três fases: primeiramente, visando à obtenção de informações sócio-profissionais dos participantes da pesquisa, foram incluídas questões como: idade, escolaridade, cargo/função, com a finalidade de caracterizá-los. Na sequência, utilizou-se a entrevista fotográfica, a partir da qual foi solicitado aos entrevistados que comentassem as escolhas das capturas de fotografias realizadas anteriormente, conforme seu entendimento de sustentabilidade e práticas sustentáveis, permitindo, portanto, que as manifestações fossem geradas conforme o pensamento individualizado de cada um.

Na última etapa da entrevista foram feitas perguntas aos TAEs a respeito do entendimento de práticas sustentáveis, com base nos três eixos temáticos presentes no PLS da UFPB pré-selecionados para essa pesquisa. Posteriormente, tais entrevistas foram transcritas na íntegra por meio da ferramenta *MS Office Word*, com auxílio do aplicativo *Transkriptor*. A média de tempo das entrevistas foi de 38 minutos por participante. Com o objetivo de proteger o conteúdo obtido, as informações foram guardadas em outros instrumentos de armazenamento. As etapas do processo de entrevistas e capturas de fotografias estão ilustradas na figura 11.

Figura 11 – Etapas da coleta de dados nas entrevistas



Fonte: elaborada pela autora.

As entrevistas foram realizadas no período de 13 de março a 29 de abril de 2023. É importante frisar que houve a necessidade de dilatar o tempo de coleta dos dados em virtude da dificuldade encontrada em conseguir entrevistas com os servidores vinculados às pós-graduações. Tal cenário ocorreu devido ao atarefamento desses servidores por conta do período de submissão de trabalhos realizados pelos programas na plataforma Sucupira. Dessa maneira, foi exigido uma intensa dedicação dos envolvidos no referido período, por consequência, restando - lhes um tempo escasso para dispor a essa pesquisa.

3.5 Procedimentos de Análise de Dados

A análise de conteúdo pode ser definida como um:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Bardin (2016) postula que esse tipo de análise deve ser estruturado em três etapas: 1) pré-análise, na qual ocorre a organização do material coletado, de maneira a sistematizar as ideias preliminares; 2) exploração do material, que consiste basicamente na criação da categorização ou codificação no estudo, através de uma descrição analítica; e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação, processo no qual é possível identificar a significação de mensagens (SOUSA; SANTOS, 2020). Nesse sentido, a presente pesquisa baseou-se nas fases

supracitadas.

Para a análise dos dados provenientes das entrevistas, seguiu-se as seguintes fases: na **primeira etapa**, a pré-análise se deu com uma leitura flutuante e integral das transcrições das entrevistas e dos documentos coletados, com o objetivo de compreender a percepção de sustentabilidade, práticas sustentáveis e conhecimento dos servidores TAEs entrevistados acerca das diretrizes institucionais que tratam da temática na UFPB.

No que diz respeito à categorização, Bardin (2016) indica que pode ocorrer de duas maneiras: *a priori*, também denominado de procedimento por “caixas”, na qual o sistema de categorias já é fornecido, e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados; sendo aplicável, no caso da organização do material, considerar os funcionamentos teóricos hipotéticos diretamente. A outra maneira refere-se ao tipo de categoria construída *a posteriori*, resultado da classificação analógica progressiva dos elementos. Segundo Sousa e Santos (2020), tais categorias são formadas após um tratamento e sistematização de elementos, utilizando frases e palavras.

Para esse estudo, adotou-se critérios semânticos para a análise categorial *a priori*. As categorias de análise foram elencadas no quadro 7, tendo sido os O.Es do PLS/UFPB escolhidos para a pesquisa em observância aos objetivos, sendo eles: práticas sustentáveis vinculadas ao eixo de “uso racional de material de consumo”, práticas sustentáveis vinculadas ao eixo “uso racional de energia elétrica” e práticas sustentáveis vinculadas ao eixo “qualidade de vida no ambiente de trabalho”.

Na **segunda etapa**, realizou-se uma descrição analítica das mensagens contidas nas entrevistas, buscando identificar as práticas sustentáveis relatadas de acordo com as categorias já definidas *a priori*. Posteriormente, os trechos das falas foram organizados em uma planilha do *Microsoft Excel 365* (figura 12) e submetidos a estudo aprofundado, orientado pelo aporte de cada O.E definido para a pesquisa, ou seja, pelas categorias. Por fim, na **terceira etapa**, o tratamento dos resultados baseou-se nos dados fornecidos pelos participantes, sendo possível verificar a percepção dos TAEs quanto à sustentabilidade e práticas sustentáveis, identificando aquelas vivenciadas em seus ambientes laborais, assim como divergências e intersecções nos relatos em comparação ao PLS desta IFES.

Figura 12 – Categorização dos dados das entrevistas

	A	B	C	D	E
1		(TAE8)	(TAE9)	(TAE10)	(TAE11)
2	Uso racional de material de consumo	(COPO descartável): por exemplo, é esses copos descartáveis, né? A gente aqui mesmo não vou dizer direito, mas as vezes pra não jogar no na rua, não jogar no no campus né da universidade, a gente é é usa várias, quando não é essa, se for café, porque o café não é, mas quando é água, às vezes, muitas vezes. (PAPEL) E agora não com a o sistema novo da universidade, economiza bastante o os papel.	(PAPEL) A gente, depois desse problema da pandemia, o uso de material de consumo ele é muito minimizado, né? Até porque tudo agora é mais de forma sistemática, pelo sistema. (...) A gente num usa mais papel para processo físico. O que se usa mais de papel aqui é o seguinte, para você ter uma ideia, antes da pandemia a gente poderia gastar uma resma de papel falando só desse específico, desse produto específico. A gente usava uma resma de papel, actro que não demorava uma semana, entendeu? Eu estou aí com 3 resma de papel que quer dizer, uma tá usada, a outra tá ainda fechada. (...) mas, já tá aí há quase... desde o ano passado, entendeu? (IMPRESSORA COLETIVA) na sala não tem mais, tem impressora aqui, essa aí tá sem funcionar. Tem lá, então a impressora única para todo o bloco, porque tem uma, no CCSA são 2 blocos, tem	(IMPRESSORA COLETIVA) agora talvez isso seja considerado uma especie de uso racional pela questão do controle das folhas, porque se deixar só lá ninguém garante que ia ficar lá e que iam botar só o que tinha que botar ou se não iam levar, entendeu? (IMPRESSÃO) a impressão aqui relacionada às atividades da Secretaria é bem baixa, porque depois que depois que foi dado inicio a os processos eletrônicos, né, tipo, tudo é feito de forma digital	(IMPRESSORA) já faz um tempo, a universidade, ela está desestimulando as impressões, eu venho percebendo isso e acho isso muito bom. Por exemplo, o aluno que pagar uma até essente, sistema, entendeu? (...) facilita muito nosso trabalho, é mais rápido, tem a questão da agilidade do sistema, você conseguir informações mais rápido, como tem a questão de você não imprimir. (PAPEL) eu faço de tudo pra usar o menos possível de papel, só se precisar anotar mesmo, assim, que eu preciso tá no computador e olhando pra ficar mudando de janela, tá entendeu? Embora muitas vezes eu até boto no próprio computador,
3	Uso racional de energia elétrica	a coordenadora, ela só vem mais a na parte da tarde (...) a gente fica na outra sala, a gente sempre mantém essa sala você viu, né, sempre com a luz e o e ar-condicionado		tem a questão de algumas salas especiais aqui, que a recomendação é o professor usar o professor, tem que sair, tem que deixar tudo desligado, justamente para não ter o desperdício da da energia e tal e dos ar condicionados, né? (...) Tipo, ou seja se não comprar, a gente dá uma chamada quando volta na outra vez, entendeu? Porque é uma questão. (...) E	(ENERGIA RENOVAVEL) eu acho que deve ser feito aqui na universidade, urgente, energia renovável, porque a universidade é muito grande,

Fonte: elaborada pela autora.

A análise das fotografias realizou-se com base nas interpretações dos participantes, observadas nas transcrições das entrevistas. No total, foram registradas 136 imagens pelos entrevistados, tendo o participante com maior quantitativo de fotos capturado 29 imagens e aquele com menor número, 2 imagens. Para o processo de escolha do material, primeiramente, selecionou-se as imagens com maior incidência de registros pelos servidores participantes. Ou seja, identificou-se elementos registrados com mais frequência nas imagens fornecidas. Em seguida, para uma melhor sistematização, optou-se pela escolha de somente uma foto, dentre as repetidas.

Diante do exposto, foram selecionadas na fase final 11 fotografias. Posteriormente, adaptou-se o procedimento de Serrano, Revilla e Arnal (2016) para organização, identificação e nomeação das fotografias individualizadas. Com a seleção realizada, elas foram atribuídas aos eixos temáticos, de acordo com as categorias já definidas, e ligadas aos trechos das falas dos entrevistados. A codificação das imagens foi feita em conformidade com o termo *FotoN*, sendo “Foto” e “N”, sequenciado para enumeração.

Quanto à codificação para os trechos das entrevistas, estabeleceu-se o modo *TAE_x*, sendo “TAE” e “x”, correspondendo ao número do participante na ordem em que ocorreu a entrevista. Com o objetivo de preservar o anonimato dos participantes e facilitar a sistematização dos dados, foi atribuído codificação aos 14 entrevistados, de acordo com a ordem cronológica das entrevistas, elencado no quadro 8.

Quadro 8 - Codificação dos servidores participantes

Participante	Codificação correspondente
Técnico-Administrativo em Educação (TAE)	✓ TAE1, TAE2, TAE3, TAE4, TAE5, TAE6, TAE7, TAE8, TAE9, TAE10, TAE11, TAE12, TAE13 e TAE14

Fonte: elaborado pela autora.

O registro das fotografias foi considerado fundamental para o processo de entrevistas, pois, além de ter estimulado a reflexão, ainda ocasionou aos entrevistados um contato inicial com o assunto, inclusive levando-os a gerarem comentários sobre a temática nesse momento. Acrescenta-se que elas também contribuíram para subsidiar as inferências, pois colaboraram para a construção do discurso dos entrevistados, de modo a auxiliar na compreensão das suas percepções. As fotografias ainda exerceram o papel fundamental de evocar a memória dos TAEs entrevistados quanto às ações e eventos ocorridos no CCSA e na UFPB, *Campus I*.

3.6 Posicionamento Ético dos Pesquisadores

Durante o planejamento e projeto de uma pesquisa qualitativa, o pesquisador precisa atentar-se a questões éticas que poderão surgir no desenvolvimento do estudo. Creswell (2014) menciona que é bastante comum acreditar que tais questões surgem apenas na fase de coleta de dados; entretanto, elas aparecem durante diversas fases do processo. Para isso, o autor menciona que, antes de conduzir uma pesquisa, é necessário adquirir a aprovação da universidade junto ao comitê institucional.

Nesse sentido, este estudo foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPB, vinculada ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), localizado no *Campus I*, via Plataforma Brasil, em conformidade ao preceituado nas Resoluções 466/12 e 510/16, que disciplinam as pesquisas envolvendo seres humanos, ambas do Conselho Nacional de Saúde, o estudo foi aprovado sob o nº CAAEE 67084623.7.0000.5188 e parecer nº 5.925.869 (vide Apêndice C). Com a finalidade de proteger legalmente os envolvidos na pesquisa foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁷, aprovado no mesmo processo. Previamente à entrevista, o TCLE foi disponibilizado para os participantes selecionados para que fosse lido, sendo autorizado o início da fase de entrevista mediante a sua aprovação e assinatura de ciência.

¹⁷ Disponível no apêndice A.

3.7 Design da Pesquisa

Quadro 9 - Desenho da pesquisa

Pergunta	De que maneira as práticas sustentáveis são percebidas pelos servidores técnico-administrativos em uma Instituição de Ensino Superior?				
Contribuições	Social: oportunizar à sociedade a reflexão acerca da adoção de práticas sustentáveis, possibilitando o incentivo à construção de cidadania ambiental				
	Prática: auxiliar os gestores universitários quanto ao aspecto informacional no processo de tomada de decisão na política institucional				
	Teórica: SONETTI; SARRICA; NORTON(2021), POPESCU <i>et al.</i> , (2020), LEAL FILHO <i>et al.</i> , (2019) afirmam que existe uma lacuna de estudos que tratam da percepção da comunidade acadêmica quanto à sustentabilidade. Estudos com os TAEs, membros dessa comunidade, ainda são pouco explorados, sendo uma oportunidade para um avanço do debate.				
Objetivo geral: compreender a implementação de práticas sustentáveis preconizadas no PLS da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da percepção de servidores técnico-administrativos lotados no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).	Objetivos Específicos (O.E)	Procedimentos Metodológicos		Resultados encontrados	
		Contexto	Procedimentos de Coleta	Análise dos dados	
	O.E 1: Contextualizar as ações direcionadas à sustentabilidade no contexto da UFPB, <i>Campus I</i> ;	Centro de ensino: Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)/UFPB	Pesquisa documental em sítios eletrônicos oficiais de Órgãos da Administração Pública Federal e da unidade de análise, tais como: PDI, PLS e Relatórios de Gestão.	Interpretação da análise do conteúdo, a partir de Bardin (2016), após a transcrição e protocolação das entrevistas individuais dos TAEs participantes, a fim de atingir o O.E 3.	Identificação das práticas sustentáveis no âmbito institucional da UFPB
	O.E 2: Descrever o entendimento dos servidores TAEs do CCSA, a respeito da temática da sustentabilidade em seus ambientes laborais		e		Relato da percepção dos servidores TAEs do CCSA a respeito do conceito de sustentabilidade e das diretrizes institucionais sustentáveis da UFPB
O.E 3: Identificar as práticas sustentáveis vivenciadas nos ambientes laborais pela ótica dos servidores técnicos-administrativos do CCSA/UFPB.	Realização de entrevistas presenciais com 14 servidores lotados em setores diversos do CCSA; através de roteiro de entrevista semiestruturado e associado ao uso de entrevista fotográfica.		Verificação das práticas vivenciadas pelos servidores em seus ambientes laborais e a compatibilidade destas com o recorte utilizado dos 3 Objetivos Estratégicos pressupostos no PLS da IFES		

Fonte: elaborado pela autora.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da análise e discussão, conforme arcabouço teórico e metodológico trazido nos capítulos anteriores. Assim, inicialmente realizou-se análise documental dos principais instrumentos normativos usados para implementação de práticas sustentáveis nas atividades administrativas da UFPB, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano de Logística e Gestão Sustentável (PLS). Ainda, investigou-se as ações já concretizadas pela instituição, por meio de análise das informações obtidas através dos Relatórios de Gestão (RG) dos anos de 2019 a 2022, apresentados como prestação de contas ao TCU e à comunidade externa. Posteriormente, os dados obtidos foram triangulados com as entrevistas dos servidores TAEs participantes.

4.1 Instrumentos normativos para implementação de práticas sustentáveis na UFPB

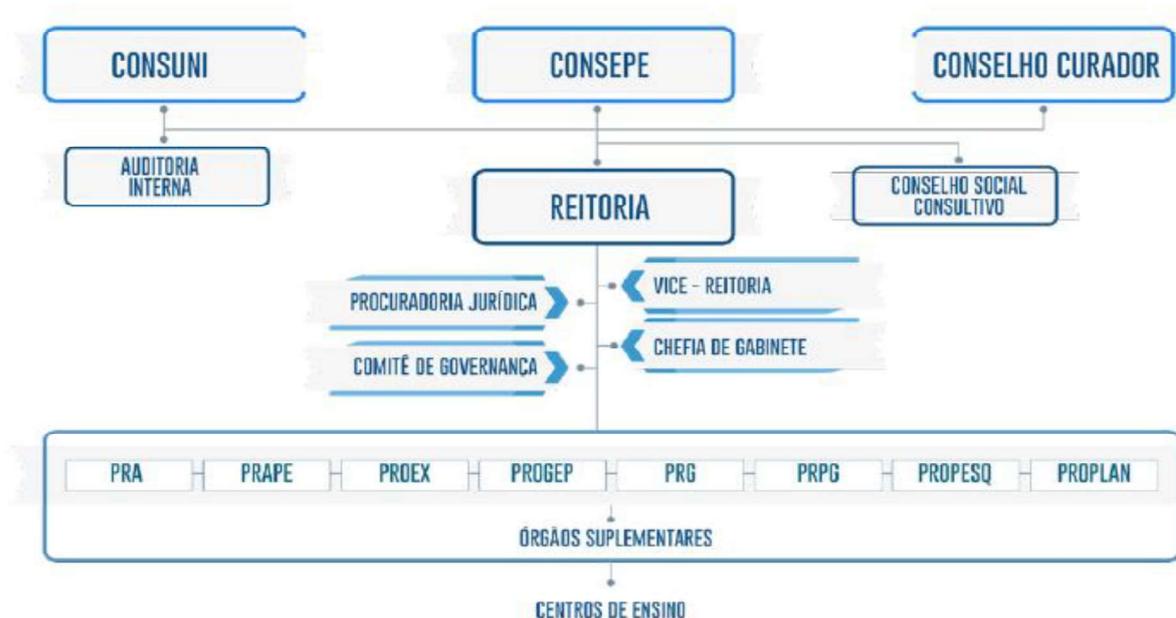
A estrutura da UFPB engloba os Conselhos Superiores [Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Curador (CURADOR)], Administração Central (Reitoria e Pró-Reitorias) e Centros de Ensino, ilustrados na figura 13. Os conselhos representam as principais instâncias responsáveis pela tomada de decisão, enquanto os centros de ensino coordenam as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Suas funções deliberativas e executivas, em nível de administração setorial, ocorrem por meio de órgãos próprios. A IFES conta com 17 centros de ensino, sendo 14 deles localizados no *Campus I* (João Pessoa), e mais três nos municípios de Areia, Bananeiras e Mamanguape/Rio Tinto, respectivamente (UFPB, 2022).

A atuação desta instituição é orientada por diversas diretrizes formais, seja a Constituição Federal, Leis, Decretos, Instruções Normativas e Acórdãos. As diretrizes obedecem às exigências externas do governo federal, mais especificamente do Ministério da Educação (MEC) e órgãos de controle, como TCU e Controladoria Geral da União (CGU), e internamente, por determinação dos Conselhos Superiores. Entre as principais normativas estão¹⁸: o Plano Nacional de Educação¹⁹; a Lei Orçamentária Anual (LOA); o Estatuto; o Regimento Geral; o Projeto Pedagógico Institucional (PPI); o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as Resoluções.

¹⁸ O Relatório de Gestão de 2022 também faz menção aos ODS como norma norteadora.

¹⁹ Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024.

Figura 13 - Estrutura organizacional da UFPB



Fonte: UFPB (2022).

O planejamento estratégico, concretizado pelo atual PDI (quinquênio 2019-2023), determina o horizonte das atividades acadêmicas e administrativas da universidade, conforme sua Missão, Valores, Visão e Objetivos Estratégicos. Para a sua construção utilizou-se a ferramenta *Sistema Balance Scorecard* (BSC), baseado em indicadores de desempenho. No caso da UFPB, considera-se quatro perspectivas: Orçamento, Pessoas/Infraestrutura, Processos Internos/UFPB e a Sociedade. Para cada um dos 24 objetivos estipulados deste mapa, foram definidos indicadores e metas. Estes passaram por um processo de revisão no ano de 2021, gerado por previsão legal e em virtude das mudanças geradas no cenário interno e externo, tendo a aprovação sido concretizada pelo CONSUNI em 26 de abril de 2022 (UFPB, 2022).

Embora o mapa estratégico da IFES indique uma diversidade de questões que tratam de sustentabilidade de maneira integrada e que são vitais para o processo institucional, este trabalho discorrerá basicamente sobre aqueles que relacionam-se aos parâmetros pré-definidos para análise dos resultados, seja uso de material de consumo, uso racional de energia elétrica e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Por essa lógica, a partir de análise do PDI, foram escolhidos três objetivos na perspectiva de gestão de pessoal e infraestrutura, os quais abrangem os seguintes tópicos: **PInf.P.01- capacitar e qualificar os servidores em áreas estratégicas**; portanto, buscando desenvolver habilidades e competências dos servidores por meio de incentivo e promoção de cursos de qualificação e capacitação; e o **PInf.P.03- promover a qualidade de vida, saúde e segurança**

do trabalho: sendo fomentada a qualidade de vida e do bem-estar dos servidores com a finalidade de gerar impactos positivos na prestação do serviço; nas quais envolvem diversos fatores, como saúde física e mental, clima organizacional, motivação, condições salubres de trabalho e etc (UFPB, 2022). Desse modo, os elementos mencionados mantêm consonância com o objetivo estratégico de qualidade de vida no ambiente de trabalho previsto no PLS.

Com relação à infraestrutura, é previsto o **PIInf.IF.03: promover eficiência energética, uso sustentável dos recursos naturais e tratamento adequado dos resíduos**. À vista disso, almeja-se desenvolver as atividades acadêmicas e administrativas com uso reduzido de recursos naturais, de maneira econômica e sustentável, assegurando o tratamento adequado da água, do esgoto e dos resíduos, adicionado o fomento ao uso de energias alternativas. Já na Gestão Administrativa, compreende o **PI.GAd.05: garantir boas práticas da gestão ambiental**, prevendo a revisão e implementação do PLS, além da promoção de programas e campanhas de educação ambiental (UFPB, 2022). Assim, tais componentes têm correlação com uso de material de consumo, energia elétrica, água e a geração de esgoto do PLS da UFPB. A ferramenta utilizada para o monitoramento e controle do supracitado plano tem sido as atividades de risco e Relatórios de Gestão, esses últimos serão tratados posteriormente.

Como discutido na seção 3.2, a responsabilidade pela articulação, orientação, regulamentação, acompanhamento, registro e avaliação das atividades institucionais que possibilitam promover a sustentabilidade na UFPB cabe à CGA. Portanto, a comissão é a responsável pela coordenação da política ambiental e a elaboração do PLS da UFPB, divulgado em 2013 e vigente até então²⁰. Diante disso, o PLS foi criado para atender aos requisitos da IN nº 10/2012, que regulamenta o Decreto nº 7.746/2012. A sua elaboração envolveu cinco etapas fundamentais, que englobam:

- Criação da política de logística sustentável da UFPB, a partir da sua Missão, Visão e Valores, delineados no PDI (2009-2012) e observância à IN nº 10/2012;
- Realização do diagnóstico da situação, por meio de pesquisa documental, visita *in loco* e aplicação de entrevista com responsáveis pelos setores envolvidos;
- Elaboração de sete Objetivos Estratégicos (O.E)²¹, os quais contemplam os eixos temáticos de uso racional para material de consumo; energia elétrica; água e geração de esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente do trabalho; compras e contratações e deslocamento de pessoal.
- Elaboração dos planos de ações para cada objetivo estratégico estabelecido; e

²⁰ Até junho de 2023, não houve atualização do PLS divulgado em 2013.

²¹ Elencados e sistematizados na seção 3.2, que tratou do contexto e participantes da pesquisa.

- Efetuação de inventário de bens patrimoniais com indicação de substitutos, considerados mais sustentáveis, conforme exige o Art. 16º do Decreto. 7.746/2012.

Outrossim, no PLS/UFPB foi estabelecido um plano de ações para práticas sustentáveis, agrupadas em três dimensões, que abarcam os sete eixos temáticos citados anteriormente, também estipulados no Art. 8º, da IN nº10/2012. Com base em cada ação, estabeleceu-se metas e setores responsáveis pela sua execução, apresentados no quadro 10. Algumas das ações incluídas no documento foram pensadas em caráter provisório para traçar um diagnóstico inicial da situação da universidade, já outras devem ser adotadas continuamente. No entanto, todas elas são dependentes, isto é, são inter-relacionadas, interligadas e necessárias para o desenvolvimento das práticas estabelecidas, que visam à implementação de sustentabilidade na IFES.

É interessante observar que, apesar do plano ter sido criado seguindo princípios presentes nas legislações e programas do governo federal, ele também apresenta relação de convergência com as diversas declarações e cartas que tratam do assunto nas IES ao longo do tempo. Outra questão importante refere-se ao fato do PLS da UFPB possuir elementos análogos ao modelo de universidade sustentável proposto por Velazquez *et al.*, (2006).

Quadro 10 - Plano de ação de Logística Sustentável (UFPB)

Eixo temático e meta (s)	Responsável (eis)
Material de consumo - racionalizar o uso de papel, copo descartável, cartuchos e toners	CGA e Unidades Gestoras
Consumo racional de energia elétrica - racionalizar o uso de energia elétrica	Prefeitura Universitária
Consumo racional de água e geração de esgoto - racionalizar o uso de água e a geração de esgoto	Prefeitura Universitária
Coleta Seletiva - consolidar o programa de coleta seletiva da UFPB	CGA e Prefeitura Universitária
Melhoria da qualidade de vida no ambiente do trabalho - consolidar o programa de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho na UFPB	PROGEP
Processos de compras e contratações - ampliar o monitoramento, assim como o controle dos processos de compras e contratações nos serviços de telefonia fixa e móvel, serviços e limpeza	CGA, PROGEP, Pró- Reitoria de Administração (PRA) e Prefeitura Universitária

Fonte: elaborado pela autora, adaptado do PLS-UFPB (2013).

Adicionalmente, foram apresentados indicadores de avaliação do desempenho institucional, conforme os eixos temáticos indicados no PLS. Com base nisso, os gestores

universitários possuem a prerrogativa de redirecionar as ações com objetivo de atingir as metas e os resultados almejados. Para a obtenção desses dados, a comissão deverá disponibilizar o plano no *website* da instituição e publicar semestralmente os resultados alcançados com base nos indicadores (BRASIL, 2012). Ademais, a UFPB acrescentou em seu plano institucional, a indicação de atualização da sua primeira versão a cada semestre, solicitando também sugestões para a sua melhoria.

Todavia, apesar dessa previsão legal referente à divulgação semestral dos resultados das ações geradas, bem como do relatório de acompanhamento anual do PLS; em pesquisa realizada junto ao site próprio da CGA, verificou-se que a última divulgação do relatório de resultados alcançados consta de dezembro de 2018. Portanto, devido ao período estar fora do recorte temporal deste trabalho, não se aprofundou na análise desse relatório. Contudo, considerando as categorias selecionadas na pesquisa, o relatório (referente ao período de julho a dezembro de 2018) mencionou conclusão da maioria das dimensões dos planos de ação. Ou seja, no que diz respeito ao consumo de material, energia e qualidade de vida do trabalho, o relatório descreveu iniciativas e indicadores relacionados às categorias e considerou a conclusão ou continuidade das ações estabelecidas nas dimensões de cada eixo (UFPB, 2019).

À vista disso, devido à ausência da divulgação dos relatórios referentes aos anos posteriores, impossibilitou-se a averiguação do acompanhamento da situação dos resultados a partir de 2019. Acrescente-se que não foi identificada a existência ou divulgação dos relatórios anuais de acompanhamento. Além disso, o plano disponibilizado refere-se aos anos 2013/2015, e também não foi identificado novas revisões desde a sua criação. Esses dados corroboram com os resultados do estudo de Barros *et al.*, (2021), que indica que a maioria das IFES das regiões brasileiras não atende às exigências da IN nº 10/2012 quanto às divulgações das etapas obrigatórias para a execução do PLS, ressaltando a necessidade de maior monitoramento por parte dos órgãos de controle do governo.

Reitera-se, portanto, que embora o PLS da UFPB apresente os O.Es à luz dos eixos temáticos mínimos indicados na IN nº10/2012, a ausência de divulgação dos relatórios (ou mesmo de sua elaboração) dos resultados semestrais reforça a necessidade de obtenção de informações junto à comunidade acadêmica, para que se busque dados mais precisos quanto às ações executadas, de fato, em suas atividades práticas. Diante desse cenário, foram utilizados os Relatórios de Gestão dos anos de 2019 a 2022 para analisar as ações já realizadas no âmbito da UFPB no que diz respeito à implementação de sustentabilidade. A escolha deste período ocorreu com a intenção de abranger também os quatro anos do PDI institucional vigente (2019/2023).

4.2 Análise dos Relatórios de Gestão

Visando dar cumprimento ao planejamento estratégico da UFPB, conforme exposto no tópico anterior, é necessária a divulgação dos RGs anualmente. Embora não seja específico para tratar dos relatórios do PLS, esses documentos contemplam alguns dos resultados das ações previstas nele, permitindo, desse modo, realizar uma possível comparação entre as práticas concretizadas e aquelas definidas no documento.

Com esse objetivo, a metodologia adotada nesta subseção será a descrição dos eixos temáticos relacionados ao PLS, seguida das atividades realizadas pela IFES, de acordo com os resultados de sua prestação de contas anual, do período considerado. Segundo os dados do RG de 2019, foram realizadas as seguintes ações relacionadas à sustentabilidade no âmbito da UFPB, apresentadas no quadro 11.

Quadro 11 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2019)

Ações realizadas a partir dos eixos temáticos do PLS
Coleta seletiva - descarte corretamente e segregação na fonte de materiais recicláveis, com posterior doação desses resíduos para cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis.
Coleta de resíduos químicos e biológicos - realização de atividades de promoção de consciência preventiva e gerenciamento dos resíduos junto às unidades geradoras; coleta de aproximadamente 22 toneladas desses materiais, com destinação correta.
Programa manejo das áreas verdes - recuperação e restauração do bioma Mata Atlântica por intermédio de plantio e monitoramento de mudas nativas em áreas estratégicas dos <i>Campi</i> da UFPB.
Programa consumo consciente - monitoramento do PLS da UFPB, por meio dos 72 indicadores associados aos sete eixos temáticos.
Consumo de energia - substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de led; contratação de instalação de 16 módulos (112 m ² cada) de painéis fotovoltaicos.
Segurança do trabalho - elaboração do regimento interno da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP e criação da Brigada de Emergência no âmbito da UFPB e seu regimento interno.
Capacitação dos servidores - realizadas de 116 ações de capacitação, equivalente a 47% de aumento em relação ao ano anterior e concedidos 293 incentivos à qualificação aos TAEs e 108 retribuição por titulação aos docentes.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado do Relatório de Gestão (2019).

Com base nos objetivos estratégicos utilizados para análise da pesquisa, destacou-se no uso material de consumo, a mudança de comportamento acerca da utilização de processos administrativos na UFPB. Através da Resolução CONSUNI nº 10/2019, a universidade formalizou a adoção de processos eletrônicos definitivamente, representando uma significativa

redução no consumo de papel na instituição (BRASIL, 2019). Ainda em 2019, outra medida foi adotada em virtude do aumento de consumo de energia registrado nesse período: a reitoria da universidade publicou o ofício nº 419/2019/CIRCULAR/GR/R/UFPB, restringindo o uso de equipamentos de ar condicionado em seus espaços. As principais ações referentes à questão de saúde dos servidores não foram identificadas no documento.

Sobre essas práticas destacadas, salienta-se que os processos administrativos eletrônicos obedecem ao Decreto nº 8.539/2015, sendo aplicável a todos os órgãos da ADF. Em virtude disso, constatou-se que não foi uma ação delineada internamente pela UFPB, embora esse fato não seja esclarecido no supracitado relatório, deixando subentendido tratar-se de uma iniciativa própria. Com efeito, o referido Decreto estipulou prazo de execução para essa ação até o ano de 2018. Dessa maneira, pelo ano de sua adoção, notou-se que a UFPB implanta a iniciativa com atraso significativo.

Já o ofício encaminhado pela gestão superior que tratou da questão energética, não caracterizou-se como uma campanha de conscientização à comunidade acadêmica sobre o uso eficiente de energia elétrica, isto porque gerou-se em razão de restrições orçamentárias que afetavam a UFPB, conforme pode ser percebido na mensagem do RG (2019). Diante dessa crise energética, percebeu-se que as ações previstas no PLS sobre esse eixo temático desde de 2013 não estão sendo satisfatórias.

O ano de 2020, contudo, caracterizou-se por uma situação atípica: os efeitos da pandemia sanitária da COVID-19. Diante da nova conjuntura, segundo consta no RG (2020), a universidade reforçou a produção jornalística veiculada nas mídias digitais, com divulgação de boletins de notícias transmitidos via redes sociais e canal da TV UFPB, vinculado à plataforma *Youtube*. Dessa forma, a instituição realizou ações sociais para o enfrentamento da pandemia, propostas pelo MEC, a exemplo de realização de exames para diagnosticar o coronavírus, produção de álcool em gel, dentre outras iniciativas (BRASIL, 2020). As principais ações e/ou atividades relacionadas à temática são descritas no quadro 12.

Quadro 12 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2020)

Ações realizadas a partir dos eixos temáticos do PLS
Educação ambiental - atividades de educação ambiental e monitoramento dos projetos de forma remota, via redes sociais; Trote verde realizado apenas com um representante de cada curso no semestre de 2020.1.
Coleta de resíduos - monitoramento <i>on line</i> dos serviços essenciais (coleta de lixo, coleta seletiva, de resíduos e lâmpadas fluorescentes); monitoramento de atividades por meio de parcerias feitas com empresas terceirizada de manutenção e limpeza e realização de projeto de compostagem, através de coleta de adubo orgânico.

Gestão - elaboração do PLS; desenvolvimento da plataforma WEB-SIG²², que funciona para auxiliar na identificação de prédios e ambientes dentro da universidade.

Consumo de energia - substituição das lâmpadas fluorescentes de 32W por lâmpadas de LED de 18W; na iluminação pública foram substituídas 475 lâmpadas do tipo vapor de sódio por luminárias do tipo LED, trazendo uma economia de aproximadamente 100W por cada unidade substituída e manutenção em transformadores de distribuição (13,8kv/380v).

Capacitação dos servidores - realizadas 63 ações de capacitação, equivalente a uma redução de 54% em relação a 2019 e concessão de 407 incentivos à qualificação aos TAEs e 93 retribuição por titulação aos docentes.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado do Relatório de Gestão (2020).

Ainda no período pandêmico, foi adotada a jornada laboral de regime de teletrabalho e/ou revezamento dos servidores TAEs na instituição, por meio da Portaria n° 90/GR/Reitoria/UFPB (2020), assim como aulas no formato remoto. Nesse sentido, a UFPB criou a Comissão de Biossegurança (Portaria n° 239/GR/Reitoria/UFPB/2020). Na sua Portaria de criação estipulou-se que, entre as finalidades da comissão estava a atribuição de informar a comunidade acadêmica sobre medidas preventivas relacionadas à pandemia, subsidiando a universidade quanto à segurança do trabalho no planejamento de retorno das atividades presenciais.

A inatividade de alguns setores causado pelo estado da pandemia COVID-19 contribuíram para a redução dos gastos com energia elétrica e consumo de água. Conforme o RG de 2020, esse ano registrou uma diminuição de 36% no gasto de energia elétrica e 28% no gasto de água. Cabe mencionar que, apesar do relatório indicar a previsão de elaboração do PLS, não foi possível identificar se houve uma nova versão do documento em exame realizado junto ao site da CGA, como já descrito anteriormente. Além disso, realizou-se consulta à comissão por meio da conta de rede social *instagram*²³ no dia 18 de maio de 2023, para verificar essa informação junto aos seus membros, obtendo resposta de que: “[...] o PGLS e todos os relatórios concluídos e aprovados estão no site da CGA”. Logo, confirmou-se a inexistência de publicação de nova versão do documento, divergindo da indicação do RG (2020).

A partir da referida resposta e do resultado encontrado na pesquisa realizada no site da CGA, percebeu-se que a UFPB não segue os preceitos da IN n° 10/2012 quanto à necessidade de divulgação das fases compulsórias do PLS. Por consequência, a ausência dessas informações afeta a transparência das ações públicas realizadas, o que limita o acesso dos cidadãos aos seus resultados, contrariando, assim, o princípio da publicidade na administração pública; no qual

²² Disponível no endereço eletrônico:

<https://web-sig-e-acesso-livre-aos-ambientes-da-ufpb-ufpb-lcg.hub.arcgis.com/>

²³ Conta @cgaufpb, no website <https://instagram.com/cgaufpb/>.

impõe-se a necessidade de divulgação de atos administrativos efetuados para que haja maior controle e participação dos interessados nas atividades administrativas.

As ações referentes ao ano de 2021 ainda foram afetadas pela pandemia, haja vista a manutenção das atividades quase que em sua totalidade na modalidade remota, com exceção da previsão de retorno ao trabalho presencial pelos servidores TAEs e docentes com função de gestão. Em cenário similar, observou-se uma significativa continuação das atividades já definidas no ano anterior, observadas no quadro 13. Segundo o relatório anual, a Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho (CQVSST), setor responsável pelo planejamento e acompanhamento das estratégias e políticas de gestão de pessoas, promoveu 17 ações visando à segurança do trabalho, assim como forneceu apoio teórico e técnico à Comissão de Biossegurança institucional, com o objetivo de criar e consolidar normas de segurança do trabalho com vistas à garantia do retorno ao trabalho presencial gradual, com 63 ações na área de saúde do servidor (BRASIL, 2021).

Não foi estipulado o quantitativo de ações de capacitação para os servidores no ano de 2021, todavia, é possível observar uma redução nos incentivos à qualificação: benefício concedido ao servidor que possui educação formal superior ao requisito do cargo no qual é titular. Notou-se também uma diminuição no consumo de energia nos *Campi* da UFPB quando comparado ao ano de 2020, conquanto o relatório não indique o percentual. Contudo, destaca-se a instalação das 16 usinas fotovoltaicas no Centro de Tecnologia, que iniciaram o funcionamento desde o mês de agosto de 2021. Ainda, o relatório indicou que, em apenas quatro meses do funcionamento dessas usinas, houve economia de mais de R\$57.000 reais na conta de energia elétrica da instituição.

Quadro 13 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2021)

Ações realizadas a partir dos eixos temáticos do PLS
Gestão ambiental - realização da compostagem de folhas de varrição e uso do adubo para doação e utilização nos jardins do <i>Campus</i> I (projeto compostagem).
Material de consumo - campanhas educativas para redução do uso de papel e copo descartável (projeto coleta seletiva).
Coleta seletiva - monitoramento da coleta seletiva de papel, plástico, metal e vidro (projeto coleta seletiva).
Coleta de resíduos - coleta dos resíduos químicos e de serviço de saúde dos laboratórios da UFPB; coleta e logística reversa de lâmpadas fluorescentes queimadas em parceria com a RECICLUS ²⁴ .

²⁴ Refere-se a uma entidade sem fins lucrativos, responsável pela gestão de Logística Reversa de Lâmpadas no Brasil. Disponível em: <https://reciclus.org.br/sobre/>.

Consumo de água - campanhas educativas para redução do consumo de água no *Campus I*; início do projeto conjunto com a Gerência de Eletricidade para automação do sistema de abastecimento de água e manutenção de ações visando o desperdício de água.

Consumo de energia - conclusões de ações de substituição de lâmpadas fluorescentes de 32W por lâmpadas de LED de 18W, adquiridas no final de 2019, e da instalação de 16 usinas solares fotovoltaicas de potência total 295 kWp nos blocos de salas de aula do Centro de Tecnologia - CT.

Qualidade de vida e saúde dos servidores - acompanhamento psicossocial pelo Serviço Social e pela Psicologia para acompanhamento dos casos positivados de Covid-19 e acolhimento, triagem, agendamento e encaminhamentos para teleconsulta e testagem (via chat) da comunidade universitária que esteja com suspeita de Covid-19 e em atividade presencial na UFPB.

Capacitação dos servidores - concessão de 142 incentivos à qualificação aos TAEs e 101 retribuição por titulação aos docentes.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado do Relatório de Gestão (2021).

Os resultados gerados no Relatório de Gestão referente a 2022 foram apresentados de forma mais concisa, sem conter, por exemplo, as principais ações executadas pela CGA; restringindo-se somente a informar os dados básicos a partir dos eixos temáticos de consumo de energia, água e coleta de resíduos. Logo, não foram apresentados os dados referentes ao eixo de material de consumo, o que, conseqüentemente, limitou a precisão do exame das categorias consideradas.

Quadro 14 - Ações realizadas relacionadas à sustentabilidade na UFPB (2022)

Ações realizadas a partir dos eixos temáticos do PLS
Coleta Seletiva - disponibilização de coletores identificados e padronizados em pontos estratégicos, coleta seletiva por cooperativa devidamente habilitada por edital público.
Coleta de resíduos - contratação de empresa especializada em recolhimento, transporte e destinação de resíduos químicos e hospitalares.
Consumo de água - reativação do poço e do reservatório localizado no Centro de Ciências da Saúde (CCS) e continuidade da manutenção em registros danificados dos reservatórios e monitoramento dos poços.
Consumo de energia - contratação de uma empresa para a construção da Subestação 69kWh no <i>Campus I</i> .
Qualidade de vida e saúde dos servidores - 47 ações, tais como: multivacinação de adultos; exames médicos periódicos, atendimentos da equipe de saúde mental e atendimento nutricional.
Segurança do Trabalho - 14 ações, que envolveram a avaliação dos riscos relacionados à segurança ocupacional no ambientes laborais; formação de brigadas de incêndio e emergência; dimensionamento e instalação emergencial de equipamentos de combate e prevenção a sinistros; formação teórico/prática de servidores na prevenção e combate a princípio de incêndios; avaliação nos ambientes para elaboração de laudo técnico de condições ambientais e de trabalho nas edificações da UFPB; elaboração/revisão de procedimentos institucionais e movimentação (recebimento e tratamento) dos processos de adicionais ocupacionais.

Capacitação dos servidores - 18 ações de capacitação realizadas, sendo concedidos 241 incentivos à qualificação aos TAEs e 101 retribuição por titulação aos docentes.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado do Relatório de Gestão (2022).

Referente ao consumo de energia elétrica, identificou-se o aumento de 13,69%, fato já esperado em virtude do retorno das atividades presenciais. Ademais, a construção da nova subestação foi identificada como uma importante ação voltada para a melhoria da rede elétrica. No tocante aos elementos de qualidade de vida, saúde dos servidores e segurança do trabalho, as informações provenientes daquelas prestadas pela PROGEP evidenciam que a meta prevista para o campo da saúde do servidor não foi atingida, pois realizou-se somente 47 ações, enquanto esperava-se concretizar 120 ações. A mesma situação ocorreu com a área de segurança do trabalho, que registrou apenas nove ações, sendo o valor estimado de 14 ações.

Como é possível observar, muito embora haja metas e objetivos traçados no PLS do órgão executante, nota-se discrepância nos resultados esperados, podendo isto resultar da ausência de alcance dos resultados e metas na sua totalidade e/ou ser influenciado por fatores externos, como uma mudança de cenário; nesse estudo observado com o estado da pandemia COVID-19. Na próxima subseção, analisa-se as entrevistas com os servidores participantes lotados no CCSA, o que possibilitará a complementação da análise de como a implementação de práticas sustentáveis vem ocorrendo na UFPB.

4.3 Percepção dos servidores TAEs do CCSA/UFPB acerca de sustentabilidade e práticas sustentáveis

Com a finalidade de atingir os objetivos específicos “b” e “c” dessa pesquisa, realizou-se entrevistas com os TAEs participantes. Desse modo, foram identificadas a percepção desses servidores quanto à sustentabilidade e as práticas sustentáveis adotadas em seus ambientes laborais vinculados ao CCSA/UFPB.

Tais resultados foram sistematizados em cinco subseções. Primeiramente, com o objetivo de apresentar as principais características dos participantes do estudo, criou-se a subseção 4.3.1, que define o perfil dos servidores. Na subseção seguinte 4.3.2, faz-se uma breve exposição acerca do conhecimento dos participantes no tocante ao conceito de sustentabilidade e das diretrizes institucionais voltadas às práticas sustentáveis, especialmente, o PLS/ UFPB. Por fim, as percepções dos servidores sobre as práticas sustentáveis vivenciadas em seus ambientes laborais, conforme cada O.E parâmetro da pesquisa à luz do PLS da universidade, representados pelas três categorias já definidas, são tratadas nas subseções 4.3.3 a 4.3.5.

4.3.1 O perfil dos servidores participantes

A seleção dos participantes é composta por 14 servidores TAEs, todos eles com idade superior a 30 anos, sendo a média de 43 anos. Mais da metade dos participantes (79%), equivalendo a 11 servidores, têm faixa etária entre 31 a 49 anos. Apenas (21%) dos entrevistados, correspondente a três servidores, possui idade superior a 50 anos, correspondente a 55, 61 e 71 anos, respectivamente.

Quanto ao grau de escolaridade, observou-se que todos possuem, no mínimo, nível superior completo, sendo que cinco servidores (36%) possuem pós-graduação *lato sensu* (especialização) e três servidores (21%) têm pós-graduação *stricto sensu* (mestrado). Não houve registro de doutorado e pós-doutorado. Diante dos dados, foi possível interpretar que tais servidores estão procurando se qualificar e, conseqüentemente, ampliando o seu grau de conhecimento.

Outro fator indicado é a variação de tempo de serviço desses servidores na instituição. Notou-se que mais da metade dos participantes (85%), 12 TAEs, possui tempo de serviço entre 3 a 13 anos, com apenas (15%), isto é, dois servidores, com tempo superior a 30 anos; correspondendo a 34 e 45 anos, respectivamente. Com tempo de serviço registrado a partir de três anos, pôde-se interpretar que os participantes já possuem um vínculo significativo com a IFES, por isso pressupõe-se que já dispõem de conhecimento suficiente sobre o funcionamento e das práticas adotadas no contexto da universidade estudada.

Após uma breve descrição do perfil dos servidores selecionados para esta pesquisa, na próxima subseção serão identificadas as suas percepções quanto ao conceito de sustentabilidade e conhecimento sobre o PLS da UFPB, no qual está previsto as práticas consideradas sustentáveis.

4.3.2 Conhecimento sobre a temática e o Plano de Logística Sustentável Institucional

Antes de adentrar as práticas sustentáveis da UFPB, houve uma preocupação na questão introdutória da entrevista em compreender a percepção dos entrevistados acerca do conceito de sustentabilidade. O discurso dos TAEs durante a entrevista revelaram uma diversidade de significados para o termo, corroborando com Lankoski (2016) ao afirmar que essa pluralidade de entendimentos é intrínseca ao conceito, em razão do seu caráter interdisciplinar.

Assim, as definições citadas pelos entrevistados foram resumidas, basicamente, em duas categorias, sendo a primeira vinculada ao aspecto ambiental. Nesse conjunto, identificaram-se nove entrevistados (64%). A primeira categoria caracterizou a sustentabilidade como um

mecanismo para “reutilizar” e “aproveitar” os recursos disponíveis. Os trechos dos discursos dos TAE2, TAE5, e TAE6 são representativos dessa categoria:

É você tentar utilizar ou **reutilizar**, né, o que a gente já possui [...] Assim não tive uma definição por completo, mas seria essa reutilização e o descarte de maneira mais correta (TAE2).

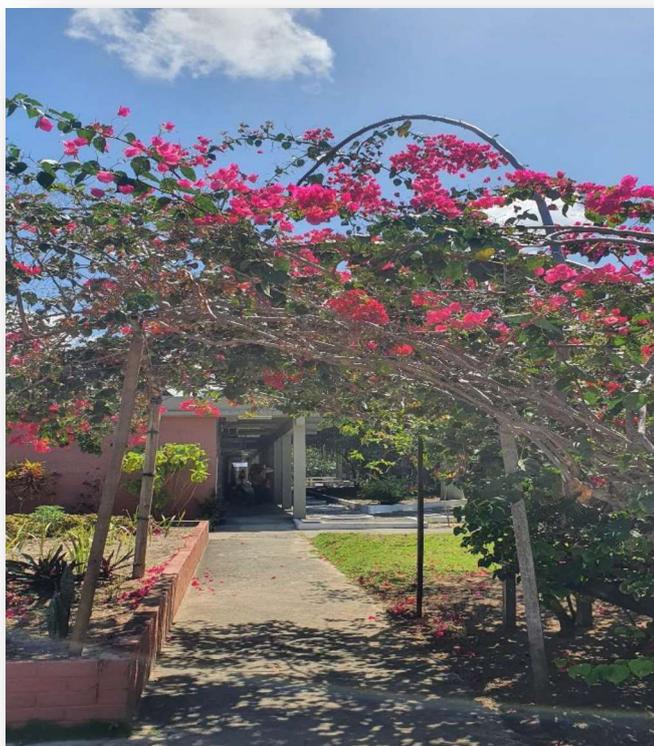
Sustentabilidade eu acho que é alguma coisa que a gente possa **aproveitar** (TAE5).

Isso que é sustentabilidade, uma coisa que não não tem fim, que você possa reciclar e **reutilizar** (TAE6).

A imagem que retrata a ideia desse conjunto de entrevistados é a da roseira²⁵ (imagem 1) presente no jardim de entrada do centro, fotografada por 21% dos entrevistados (três TAEs). Para eles, na sua manutenção são reaproveitados materiais oriundas da própria natureza, a exemplo de pedaços de bambu ou de outras árvores.

Para fins de organização, no caso da mesma imagem ter sido registrada por mais de um participante, optou-se por escolher de maneira aleatória somente uma foto para ilustração.

Imagem 1 - Jardim de entrada do CCSA (roseira)



Fonte: TAE12, 2023.

²⁵ A mesma paisagem (a roseira do jardim de entrada) foi capturada também como sinônimo de qualidade de vida por 29% (quatro servidores), sendo associada à geração de bem-estar no ambiente.

Ainda nessa categoria, os demais entrevistados relacionaram a sustentabilidade à preservação do meio ambiente, vista como uma forma de convivência pacífica entre homem e natureza, conforme trechos dos TAE9, TAE10 e TAE11:

O que eu entendo por sustentabilidade é, alguma coisa que tente [...] versar sobre uma estrutura que evite de modificar as coisas e, quando modifique, modifique para **deixar tanto o natural**, um bem-estar **com o ser humano** (TAE9).

Eu poderia conceituar como sendo a possibilidade de manter atividades humanas, dentro de um ambiente em que era da natureza, digamos assim, e que **deve haver convivência com a natureza** (TAE10).

Eu entendo que sustentabilidade é aquilo que eu não preciso degradar a natureza. Eu uso, mas que **não influencia em nada na natureza**. [...] eu entendo que sustentável é algo que eu vou agredir menos ou nem um pouco a natureza (TAE11).

A referida ideia de conceituação citada pelos TAEs é identificada através da fotografia de uma árvore antiga (imagem 2), localizada no pátio do centro. Tal imagem foi registrada por dois servidores (14%) como sendo a representação de uma iniciativa que busca integrar o homem e a natureza.

Imagem 2 - Árvore antiga localizada no CCSA



Fonte: TAE10, 2023.

Ainda que não exista uma definição unívoca, a noção adotada por esse conjunto de entrevistados pode ser considerada uma visão incompleta do conceito, visto que Sachs (2009) evidencia que a sustentabilidade deve ser entendida de maneira dinâmica, acrescentando outras esferas e contemplando de forma equilibrada o uso dos recursos naturais, além de buscar a harmonia entre a sociedade e o meio ambiente. Afinal, estratégias utilizadas visando alcançar a sustentabilidade na questão ambiental não garantem impactos sustentáveis nos demais aspectos, a exemplo do econômico e social. Por isso, Barbosa, Drach e Corbella (2014) frisam que iniciativas como criações de novos meios tecnológicos podem facilitar o alcance da sustentabilidade na dimensão ambiental, porém podem não atingir outras dimensões, podendo haver, por exemplo, injustiça social e diferenças econômicas entre setores da sociedade. Por isso, Klarin (2018) afirma que manter o equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade é um dos grandes desafios para sua concretização.

Já na segunda categoria identificada, os servidores associaram a sustentabilidade à conceituação de DS mais aceita na literatura e difundida a partir do relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991). Essa visão está presente na definição de quatro (29%) participantes, de acordo com os discursos dos TAE12, TAE13 e TAE 14:

É uma forma da gente pensar mais no futuro, né? O **futuro das próximas gerações**, é trabalhar da forma que a gente é digamos assim, é sempre pensando nas futuras gerações (TAE12)

É tipo um **desenvolvimento** que permite a atual geração satisfazer as suas necessidades, sem comprometer as **futuras gerações**, né?. É, ou seja, uma coisa consciente que não vai prejudicar as futuras gerações, que as futuras gerações tenham também a condição de sobreviver e utilizar aqueles recursos (TAE13)

Sustentabilidade pra mim é, assim de certa forma né, conservar os recursos naturais, ter atitudes, que tem esse viés de conservar o ambiente natural, mas também aliar ali com o **desenvolvimento**, né... é econômico, social por aí (TAE14).

O elevado grau de inconsistência a respeito desse conceito é natural, considerando a sua multidimensionalidade. Logo, a confusão conceitual existente em torno da sua definição, muitas vezes, contribui para que a expressão seja tratada como sinônimo de Desenvolvimento Sustentável; pois mesmo diante dos debates e aceitação pelo senso comum, essa imprecisão resulta em múltiplas visões (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014; BARBOSA; DRACH; CORBELLA, 2014).

Para Carvalho (2008), um dos fatores que contribuem para a polissemia existente é a

apropriação da expressão conforme os interesses e necessidades de diversos grupos e projetos políticos, já que buscam adequar o conceito aos seus objetivos. Acrescenta-se ainda as indefinições nos contextos discursivos, sociais e epistemológicos no campo da sua aplicação como fatores que colaboram para essa gama de interpretações.

Frisa-se que a percepção do entrevistado TAE3 divergiu das categorias anteriores, ao definir sustentabilidade no sentido de qualidade de vida, desse modo, enfatizando somente a dimensão social. Essa diferença pode ser percebida no seu comentário: “É aquilo que proporciona vida, que **proporciona bem-estar**, que proporciona leveza”. Muito embora esse pilar seja uma parte fundamental para o entendimento de sustentabilidade, ele não deve ser visto isoladamente. Não obstante a falta de consenso na literatura quanto às dimensões exatas aplicadas para medir o seu desempenho, conforme Elkington (2001), a sustentabilidade não pode ser definida em partes, mas pensada de forma integral a partir dos pilares social, ambiental e econômico.

Em pesquisa semelhante realizada junto a discentes de graduação do mesmo centro de ensino (CCSA/UFPB), Silva Júnior (2021) encontrou resultados similares aos deste estudo. Os achados do trabalho evidenciaram que existe uma gama de entendimentos sobre o termo sustentabilidade entre os participantes, porém as definições apontadas mostraram-se vagas e com nível significativo de superficialidade.

É relevante destacar que, apesar da expressiva discrepância com relação ao tempo de serviço na instituição e faixa etária percebidas entre alguns entrevistados desta pesquisa, não se identificou interferência dessas particularidades para a construção do entendimento desses TAEs a respeito do que seja a sustentabilidade, sendo notadas, inclusive, definições aproximadas entre eles. Sobre esse ponto, destaca-se que o quantitativo de significados empregados para a noção de sustentabilidade não representa um grande problema a curto prazo, como preconiza Yuan, Zuo e Huisingh (2013), já que pode agregar perspectivas integrativas.

Contudo, a ausência de uma consolidação do conceito a longo prazo torna-se um empecilho para sua realização, pois como afirmam Lankoski (2016) e Waas, *et.al*, (2011), isso é um fato que dificulta a operacionalização de práticas sustentáveis. Logo, ainda que não exista uma percepção consistente pelos TAEs com relação à sustentabilidade, a inserção da temática no contexto da organização é crucial para transformar as políticas públicas existentes em ações efetivas.

Os servidores ainda foram indagados a respeito do seu conhecimento quanto ao PLS da UFPB. Diante dos dados obtidos, observou-se que embora o plano exista há 10 anos, tendo sido criado em 2013, a sua disseminação junto à comunidade acadêmica é insuficiente; isto porque

93% dos entrevistados (totalizando 13 servidores) afirmaram desconhecer o supracitado plano. Essa afirmação foi resumida pela expressão “não” e nas frases “Eu não me recordo” e “Não, conheço não”. Apenas o TAE8 declarou ter ciência da existência do PLS. Diante da afirmação desse servidor, procurou-se identificar como ocorreu o acesso ao documento, sendo revelado que se deu por intermédio de discentes, verificado no trecho a seguir:

Pronto [...] porque, como eu trabalho aqui no CCSA, que tem o curso de gestão pública [...] **tem os alunos**, eu já vi esses comentários [...] um comentando sobre algo nesse tipo (TAE8).

Em complementaridade, ainda procurou-se identificar o conhecimento dos TAEs com relação a outras normativas internas e externas referente ao tema, os resultados foram semelhantes: com 93% deles informando desconhecimento sobre outra legislação e apenas um servidor apontando conhecer uma política pública focada em práticas sustentáveis, nesse caso a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Cabe frisar, porém, que ele enfatizou que o acesso ao documento aconteceu em virtude da sua função de gestão, identificado no comentário seguinte:

Na minha função eu conheço que tem um decreto, eu não vou lembrar o número, mas é um decreto que trata da questão do desfazimento de bens, como utilizar os bens [...] Pronto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (TAE7).

A comunicação interna é uma ferramenta primordial para construção do diálogo entre as organizações e seus membros. Assim, como defende Costa e Frezin (2021), a partir disso, esses indivíduos podem estruturar participações e um canal de troca de informações, tornando-se, portanto, multiplicadores das ações institucionais. Por conseguinte, para Zulpo (2020), a sua ausência inibe as ações para a sustentabilidade. A necessidade de aumento de instrumentos de comunicação entre a gestão universitária e os servidores, visando nortear as suas ações, ficou salientada nos discursos dos TAE5 e TAE7:

Então, como a gente tá mais no setor operacional, às vezes **falta muito também essa questão da base legal**, né, que você tem que orientar, né? (TAE5).

[...] Existe essa política, mas não é incentivada, **não é transparente** (TAE7).

Com a ampla deficiência de entendimento acerca do PLS e outras normas norteadoras da temática sustentabilidade evidenciada na pesquisa, foi possível perceber que os servidores

TAEs, independente de fatores pessoais, possuem um nível de conhecimento insatisfatório sobre o assunto. Essa baixa adesão pode ser um elemento condicionante para a limitação da sua aplicação de forma plena, pois de acordo com Sonetti, Sarrica e Norton (2021), a implementação de práticas sustentáveis depende, primeiramente, da compreensão e da relevância que os membros da comunidade acadêmica atribuem à sustentabilidade.

Em face disso, é vital que a UFPB promova um processo de avaliação das iniciativas já implementadas, de modo a diagnosticar os entraves ao sucesso dessas políticas, a exemplo da assimetria informacional percebida neste estudo. Tal ponto é reforçado por Lozano *et al.*, 2013 e Alshuwaikhat *et al.*, 2017, ao apontarem que as avaliações são ferramentas cruciais para fins de tomada de decisão pela gestão universitária.

Diante do exposto, é possível promover um regime de monitoramento das ações incorporadas a partir das normativas federais, bem como das práticas sustentáveis da universidade, presentes na gama de documentos já apresentados e discutidos. Desse modo, pode-se dar início a um processo de aprimoramento às políticas sustentáveis institucionais almejando o cumprimento dos objetivos de uma política pública bem formulada visando à geração de valor público.

A pesquisa de Gazzoni, *et al.*, (2018) apresentou resultados semelhantes aos achados deste estudo. Os autores, buscando medir o nível de conhecimento de integrantes da comunidade acadêmica da UFSM (na região sul), observaram que os TAEs, em geral, possuíam pouco conhecimento sobre o PLS e demais temáticas sustentáveis na ADF; sendo, portanto, uma possível barreira para a concretização das práticas sustentáveis planejadas. Do mesmo modo, a pesquisa desenvolvida por Yuan, Zuo e Huisingh (2013) em uma IES chinesa também obteve achados similares. Nela constatou-se que membros da comunidade acadêmica possuem baixa consciência ambiental.

Após a apresentação dos resultados da percepção dos servidores acerca do conceito de sustentabilidade e o grau de conhecimento do PLS, as subseções posteriores identificam as práticas sustentáveis no CCSA/UFPB mencionadas pelos participantes.

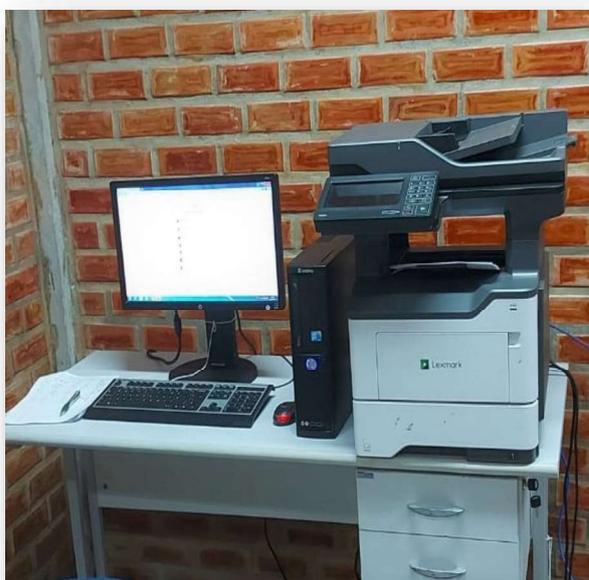
4.3.3 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘uso racional de material de consumo’

Com o objetivo de compreender a característica dos elementos presentes neste eixo temático, esclarece-se que material de consumo é aquele que perde a sua identidade física e/ou tem utilização limitada a dois anos. Para a racionalização do uso desse tipo de objeto, inclui-se as práticas de sustentabilidade focadas na redução e melhoria do dispêndio dos órgãos públicos; a partir do uso eficiente de, pelos menos, papel, copos descartáveis e cartuchos (*toners*) para

impressão (BRASIL, 2012).

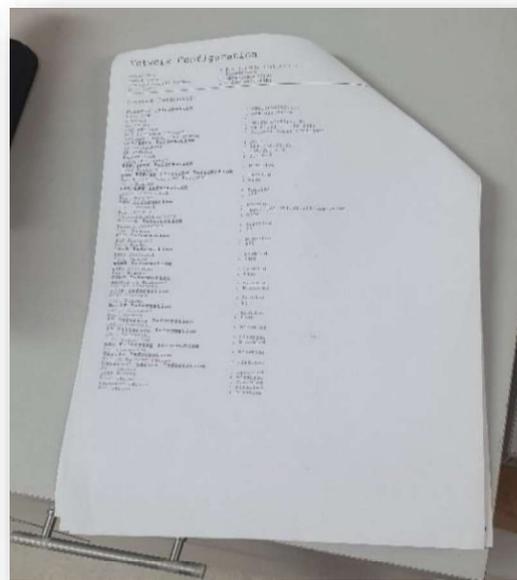
Com base nas percepções e capturas de fotografias dos TAEs sobre práticas sustentáveis em seus ambientes laborais, buscou-se averiguar aquelas adotadas pelos entrevistados, vinculadas a essa categoria. Assim, com base nas fotografias das impressoras coletivas (imagem 3, imagem 5) e do papel para rascunho (imagem 4), foi possível identificar as principais ações realizadas para o uso de papel e cartuchos de impressão. Esclarece-se que o CCSA possui um par de impressoras coletivas, localizadas nos blocos “C” e “D”, vistos no mapa de localização do centro (vide Apêndice D) e está desativando as impressoras individuais localizadas nos setores administrativos.

Imagem 3 - Impressora coletiva do bloco "C"



Fonte: TAE11, 2023.

Imagem 4 - Folha de rascunho



Fonte: TAE13, 2023.

Imagem 5 - Impressora coletiva do bloco "D"



Fonte: TAE4, 2023.

As instalações desses equipamentos nos blocos do CCSA foram consideradas práticas sustentáveis no ambiente laboral por 57% dos entrevistados (oito servidores). Destes, apenas 21% (três servidores) citaram e fotografaram, enquanto outros 36% (cinco TAEs) somente fizeram menção às máquinas. A partir disso, notou-se que os entrevistados percebem as impressoras coletivas como ferramentas de controle de papel para impressão e de economicidade para o centro de ensino, contribuindo, assim, com a eficiência dos gastos públicos. Esse fato foi percebido nos trechos de falas dos entrevistados a seguir:

Aí nós recebemos uma orientação que depois que a impressora acabasse, o *toner* não teria mais substituição, porque tudo ia ser concentrado agora numa sala de reprodução. [...] **essa impressora grande, até cortou custos, né?** Porque antes [...] você tinha que comprar *toner*, tinha que contratar empresa, para uma licitação, não sei o que; manutenção também de impressoras, agora, isso não existe mais. O aluguel de única impressora ele supre todas as demandas do CCSA e você está **economizando**, né, porque agora você só tem um contrato, só o contrato de aluguel (TAE1).

Eu pensei no sentido de economizar, sabe. No aspecto também de **gerar um pouco de economia**. Você pode ver que nem todos os setores tem uma impressora própria, né. [...] porque se você for pensar, cada impressora no devido departamento, com relação ao setor, **vai gerar um custo enorme para a organização**. (TAE4).

É, uma coletiva, que aí também está relacionada com a sustentabilidade, porque se você comprar várias impressoras de modelos diferentes que você tem que aderir a preço e no preço, você não escolhe a marca, então vem impressão digital no modelo, não vem impressão digital no outro modelo e aí você fica com o *toner*, e o *toner* você compra à parte, então isso é um caos. Você **gasta muito dinheiro** e para manter essas impressões também, você gasta muito (TAE7).

Agora talvez isso seja considerado uma espécie de uso racional pela questão do **controle das folhas**, porque se deixar só lá ninguém garante que ia ficar lá e que iam botar só o que tinha que botar ou se não iam levar (TAE10).

Ainda sobre isso, os entrevistados apontaram que em virtude da implantação de processos administrativos na forma virtual, a utilização desses equipamentos foi reduzida, já que o procedimento diminui a necessidade de consumo de papel. Por esse efeito, os TAEs destacaram os processos eletrônicos como o principal instrumento responsável pela prática sustentável relacionada **ao uso eficiente de papel**, sendo apontada por 86% dos participantes (12 servidores). Observou-se esse fato nos trechos dos discursos seguintes:

[...] Então, se você for observar, eu acho que o **processo** dá uma ideia também de sustentabilidade [...] vai gerar economia nesse sentido de **não utilizar o papel**, né. [...] Então assim, o uso do papel, ele está mais como uma forma de acessório (TAE4).

A impressão aqui relacionada às atividades da Secretaria é bem baixa, porque depois que foi dado início aos **processos eletrônicos**, né, tipo, tudo é feito de forma digital (TAE10).

A questão dos processos eletrônicos, eu acho que já é uma prática sustentável, porque antes era tudo impresso, tudo em papel, então hoje a universidade ela trabalha, vamos dizer que com 100% de processos eletrônicos, né. Então, antigamente a gente imprimia o processo, carimbava, ia no setor, levava. Então eu acho que isso já é um avanço também, né, o processo eletrônico, os documentos eletrônicos, né, porque já é **menos utilização de papel** (TAE13).

Os processos eletrônicos não limitam-se somente à redução do uso de papel, assim como dos insumos utilizados para sua fabricação, a exemplo de água, energia, árvores; estendendo-se a diferentes tipos de material de consumo, tais como pastas, grampos, etiquetas, cartuchos de impressora e etc. Dentre os seus objetivos, está a ampliação da sustentabilidade ambiental, segurança, transparência das informações para os usuários e a otimização dos recursos financeiros (BRASIL, 2015). Aponta-se que esse procedimento possui natureza compulsória e deve ser adotado por todos os órgãos vinculados à ADF.

Nessa categoria percebeu-se ainda que 36% dos entrevistados (cinco servidores) associam as atividades laborais no formato remoto durante o período da pandemia como um estímulo para a implementação dessa e de outras iniciativas com reflexo direto no consumo racional de papel, tais como a utilização de mensagens eletrônicas (*e-mail*) para comunicação e digitalização de papéis, conforme identificadas nos trechos a seguir:

Então, **durante a pandemia**, a gente excluiu essa questão de ter papel e não tem mais papel. [...] o aluno manda por *e-mail*. E não existe mais impressão de papel [...] não existe mais você usar esses recursos agora todo o recurso é no *e-mail*, é digital (TAE1).

Tem uma coisa interessante que desde a **pandemia** que a gente utiliza muito o nosso *e-mail*, né, para receber. [...] pouco imprime (TAE12).

[...] Desde então a gente usou pouquíssimo papel assim e principalmente após a **pandemia**, né, que criou-se mais essa prática de tratar tudo digitalmente, né, *on-line*, através de *e-mails*, *chats*, enfim. [...] eu não me lembro a última vez que eu imprimi um papel (TAE14).

Ainda identificou-se nos discursos de 21% entrevistados (três servidores) outras práticas relacionadas a esse tópico, a exemplo de uso de reaproveitamento de papel já impresso e inutilizado para confecção de rascunho, visto na imagem 4. Outros 14% dos participantes (dois servidores) citaram a reutilização de sacos de lixos (imagem 6).

Nesse ponto, observou-se que o TAE13 enfatizou a situação econômica da universidade

como um provável incentivo para a realização dessa última ação. Notou-se esse fato nos seguintes discursos:

[...] Essa foto é da lixeirinha que a gente tem aqui, que o pessoal da limpeza vem, eles retiram o lixo, mas continuam o plástico, só não quando é a coisa, se a gente for jogar uma casca de banana, uma fruta, uma coisa que é resto orgânico, aí não tem como ficar. Mas fora isso a gente faz essa prática aí de **reutilizar o mesmo saco de lixo** (TAE6).

As meninas da higienização, pelo que eu percebo assim né, é sempre usam sacola plástica, mas elas não trocam essa sacola todo dia, elas coletam lixo e botam todo num, assim, não estão usando sacolas plásticas todo dia, entendeu. [...] Eu sei que é **a questão econômica** também, mas também não deixa de ser uma prática sustentável né, **reutilizar aquela sacola plástica** em vez de trocar todo dia uma sacola que tá com pouco lixo (TAE13).

Imagem 6 - Saco de lixo reaproveitado



Fonte: TAE13, 2023.

É notório que parte das atividades administrativas realizadas no formato remoto durante o período pandêmico tiveram uma significativa contribuição para o aumento de ações sustentáveis nessa categoria (corroborado com os resultados divulgados nos RGs da instituição), no entanto, ressalta-se que o PLS da UFPB já tem um expressivo tempo de existência, remetendo ao ano de 2013. Soma-se a isso o fato da adesão de processos totalmente eletrônicos ter sido realizada ainda no ano de 2019 (RG, 2019), conquanto a norma norteadora (Decreto 8.539/2015) estipulasse o prazo de implantação entre 2015 a 2018. Dessa forma, pôde-se inferir que o processo de institucionalização de práticas sustentáveis está sendo implantado tardiamente.

Concernente ao uso racional de **copos descartáveis**, notou-se que 36% dos servidores (cinco participantes) buscam substituí-los por outros utensílios de material durável, como garrafas e xícaras - essa prática está representada na imagem 7. Já outros 21% dos entrevistados (três TAEs), optam por utilizar um único copo até o horário que perduram suas atividades laborais. Frisa-se, no entanto, que estas são iniciativas voluntárias dos servidores, não havendo incentivo da IFES para estimular essas ações, como demonstraram os discursos dos participantes:

A gente pega no almoxarifado os copos descartáveis, mas a gente tem nossas **garrafinhas**, usamos mais nossas garrafinhas (TAE3).

A gente só usa garrafa. [...] As meninas têm aqui, mas só usa quando às vezes tem uma festinha, que eles gostam de usar, né, que ninguém traz seus copos, mas de resto a gente sempre usa a **garrafinha**, já para não usar os copos (TAE5).

Por exemplo, esses copos descartáveis, né, a gente aqui mesmo não vou dizer direto, mas às vezes pra não jogar na rua, não jogar no *Campus* né da universidade, a gente **usa várias** [...] muitas vezes (TAE8).

Eu uso um (*copo*) **por dia**, assim que eu pego, aí que eu só tomando uma água, entendeu (TAE7).

Por iniciativa própria eu levo **minha garrafa** né, mas a gente tem uma cota lá de copos assim disponíveis (TAE14).

Imagem 7 - Garrafa de água utilizada por participante



Fonte: TAE6, 2023

Nesse tópico, ainda se observou que três entrevistados (21%) mencionaram o controle no fornecimento dos copos. Os TAEs argumentaram que a diminuição ocorreu em virtude da restrição do orçamento do centro. Explica-se, portanto, que ainda há esse tipo de produto no setor responsável pelo armazenamento do material (almojarifado) do CCSA, sendo sua distribuição entre os setores racionado por questões orçamentárias.

Teve uma época que a gente quase não tinha garrafinha [...] **no almojarifado não tinha copo descartável**, então a gente trazia, cada um trazia o seu copinho descartável (TAE6).

A única coisa que me recorde em relação a copo, não foi por causa de sustentabilidade, foi por causa de **restrição orçamentária** mesmo, aí só teria direito a, sei lá, um pacote desse de copo descartável por mês (TAE11).

A gente tem **uma cota** lá de de copos assim disponíveis né [...] o *Campus* recebe né, a gente pega lá um saco de copos plásticos (TAE14).

Embora seja apontado pelos TAEs como um motivador para a realização de iniciativas sustentáveis nesse tópico, o fator orçamentário é um dos principais entraves para implementação de práticas sustentáveis nas IES (LARRÁN JORGE *et al.*, 2015; ÁVILA *et al.*, 2017). A partir dos resultados dos RGs (2019 a 2022), é perceptível que a UFPB tem sido afetada pelos expressivos cortes financeiros ocorridos. Contudo, nos referidos documentos, não identificou-se registros de valores orçamentários específicos para ações voltadas à sustentabilidade em seus espaços, conquanto seja especificada no seu PDI como uma das suas prioridades.

Sobre essa questão, Shawe *et al.* (2019) enfatiza a falta de interesse e compromisso institucional como mais um limitante para a concretização de ações voltadas para a sustentabilidade nas universidades. Os resultados da pesquisa de Leal Filho *et al.* (2021), realizada junto a IES latino-americanas, evidenciaram que, dentre os desafios existentes para a implementação de práticas sustentáveis em seus âmbitos, a falta de financiamento foi o mais destacado (por 74% dos entrevistados). Para os autores, esse resultado alinha-se a várias pesquisas que investigaram questões semelhantes, os quais relataram a falta de recursos financeiros como um desafio, tanto em regiões específicas quanto globalmente.

As práticas relacionadas ao tópico ‘**cartucho**’ não foram mencionadas pelos servidores, visto que parcela dos entrevistados não possuem impressoras em seus ambientes laborais e aqueles que dispõem fazem pouco uso delas, em virtude das locações de impressoras coletivas de terceiros pelo CCSA. Dessa forma, os resultados evidenciaram que a implantação dos

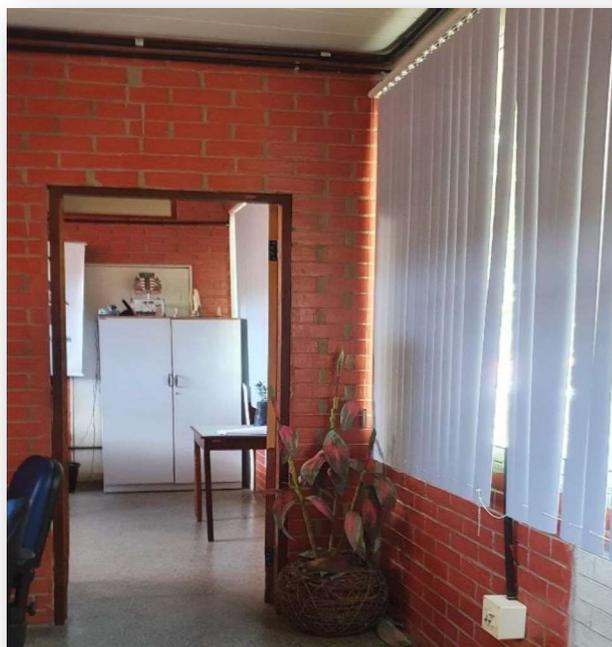
processos eletrônicos e dos equipamentos supracitados estão imbricadas e apresentam contribuições para essa questão.

4.3.4 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘uso racional de energia elétrica’

A norma que trata da elaboração do PLS dos órgãos públicos da ADF (IN nº 10/2012), apresenta um rol com 12 sugestões relacionadas a esse tópico, já apresentadas no quadro 6. Entre elas, o plano institucional elegeu três para execução na UFPB: *i)* quantificar e monitorar o consumo; *ii)* promover a redução do consumo e; *iii)* realizar campanhas de educação ambiental junto aos integrantes da comunidade acadêmica.

As práticas do uso racional de **energia elétrica** foram identificadas com menor frequência nos discursos dos participantes. De maneira unânime, os 29% dos entrevistados (quatro servidores) que citaram esse ponto, referiram-se ao desligamento dos aparelhos de ar-condicionado e lâmpadas em períodos de ausência do ambiente de trabalho, como as práticas sustentáveis realizadas por eles em seus ambientes laborais, mostrada na imagem 8.

Imagem 8 - Ambiente com lâmpada desligada



Fonte: TAE12, 2023.

Esse fatos foram corroborados nas falas dos servidores na sequência:

[...] a gente bota aviso para ao sair, **desligar a luz, desligar o ar-condicionado**, se a gente faz campanha de uso, de racionalizar energia, essas coisas. [...] a gente tenta fazer isso e tenta estimular, realmente tenta estimular

mais a questão da energia da luz, para os obrigar, a gente tem porteiro que faz ronda quando ligar a energia, a lâmpada, né, para economizar (TAE7).

A coordenadora, ela só vem mais na parte da tarde [...] a gente fica na outra sala, a gente sempre mantém essa sala, você viu, né, sempre com **a luz, o ar-condicionado desligado** pra gente economizar (TAE8).

A recomendação é o professor usou, o professor tem que sair, tem que deixar tudo desligado, justamente para não **ter o desperdício da energia e tal e dos ar condicionados**, né? [...] E outra coisa, a questão do protocolo que o próprio diretor desenvolveu depois que entrou, que é fechamento das salas de aula, fechamento e abertura da sala de aula. Se não tem aula, porque vai tá gastando ar condicionado, vai tá gastando energia, então esse está sendo um controle bem realizado aqui. [...] a ordem é tipo: fecha tudo, entendeu? Deixa tudo fechadinho por conta disso. Então os porteiros já tão todos avisados vai ter aula, abre, não vai ter aula, tá no mapa, não tá no mapa fecha, entendeu (TAE10).

Os resultados vistos nesta pesquisa são divergentes daqueles encontrados no estudo de Dotto *et al.*, (2019). Nele os autores buscaram verificar quais ações do PLS estavam sendo efetivadas em uma IFES na região sul, a partir da percepção de alguns atores da comunidade acadêmica. Desse modo, identificaram que dentre os tópicos existentes, considerando todos os eixos temáticos, mais de 80% dos participantes mencionaram as ações relacionadas a economia de energia como as mais praticadas por eles.

Outro aspecto importante mencionado por outros três servidores (21%) foi a sugestão de parcerias com empresas privadas e aproveitamento do clima da região para buscar o desenvolvimento de alternativas objetivando a redução do consumo de energia, a exemplo de utilização de energia renovável, conforme destacado nos trechos a seguir:

Nessa questão da matriz energética, que hoje está em alta também é a energia solar, né. Então, muitos órgãos já têm adotado a **energia solar** como forma de susten...de desenvolvimento sustentável, tanto você economizaria na sua conta, quanto você é, tipo assim, aliviava mais o sistema, o sistema elétrico [...] é uma energia que ela é renovável, o sol está ali todo dia. [...] **aqui no nordeste principalmente**. Energia solar é a mudança, né? Então você, tendo essa noção aí de aproveitar esses recursos que eles são, vamos dizer assim, renováveis, como o sol, vento, isso aí aliviaria muito o sistema (TAE1).

Às vezes para a instituição, seria interessante fazer parceria, **parcerias** com as empresas aqui [...] parceria com **empresas privadas** [...] parcerias para que a universidade tivesse algum retorno. Tipo essa parte, né [...] **energia solar**, fazendo uma parceria com alguma empresa aqui, algum projeto de pesquisa que pudesse utilizar isso (TAE2).

Eu acho que deve ser feito aqui na universidade, urgente, **energia renovável**, porque a universidade é muito grande, isso aqui é um mundo, né (TAE11).

Nessa lógica, salienta-se que as parcerias, sejam elas públicas ou privadas, é um dos requisitos sugeridos por Velazquez *et al.*, (2006) e Lozano, *et al.*, (2015) para uma universidade baseada em preceitos sustentáveis. Ademais, a região nordeste, na qual encontra-se a UFPB, por sua localização geográfica, tem um considerável potencial para a geração de fontes renováveis, como a eólica e a solar. Pelo exposto, tal cenário pode ser visto como um ponto favorável para a instituição no tocante a iniciativas em prol de práticas sustentáveis na questão energética.

No entanto, com base nos resultados divulgados pelos RGs (2019 a 2022) desta IFES, percebeu-se que os planos de ações visando à redução do consumo energético são predominantemente direcionados para manutenção e melhoria das iniciativas já existentes (a partir de fontes não-renováveis), sendo a inclusão de energias renováveis colocadas em segundo plano. Notou-se que, dentre os quatro anos analisados, a menção a esse tipo de energia ocorreu somente no ano de 2019, devido às instalações de painéis fotovoltaicos. Ainda que a instituição aponte os ganhos econômicos alcançados a partir dessa iniciativa, evidenciando estar ciente de que práticas notoriamente ambientais implicam em vantagens financeiras para a própria universidade, o padrão de investimentos observado com base nos RGs citados corrobora com o que afirmam Shawe *et al.*, (2019) de que a falta de interesse e compromisso institucional influenciam na real efetividade do processo de sustentabilidade nas IES.

4.3.5 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘qualidade de vida no ambiente de trabalho’

Ainda que não seja apresentada na IN nº 10/2012 e no PLS da UFPB, a noção de Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho (QVT) engloba, além da questão financeira, aspectos físicos e ambientais, assim como os aspectos psicológicos do local de trabalho. Dessa maneira, tem como finalidade atender as necessidades do servidor e desenvolver ações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional (BRASIL, 2018).

Segundo o que preconiza o PLS/ UFPB, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), buscando empenhar-se nessa questão, estruturou-se em três coordenações (figura 13), sendo feitas divisões de atribuições entre elas, conforme ilustrado a seguir:

- Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas: responsável pelo gerenciamento e controle de processos de gestão de pessoas;
- Coordenação de Processos de Gestão de Pessoas: dentre suas atribuições constam a elaboração de programas de educação e capacitação profissional; e
- Coordenação de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho: cuja atribuição

remete à promoção de ações para a melhoria da qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho.

Figura 14 - Organograma da PROGEP



Fonte: elaborada pela autora, adaptado de PLS/UFPB (2013).

Com o propósito de identificar as percepções dos TAEs com relação às práticas sustentáveis vinculadas a esse ponto, inicialmente foi perguntado o seu entendimento a respeito do termo “qualidade de vida no ambiente de trabalho” e a partir disso, se também percebiam ações da PROGEP ou do CCSA focadas na melhoria da sua qualidade de vida no ambiente laboral, saúde e segurança de trabalho. Para 43% (seis TAEs) dos entrevistados, qualidade de vida no ambiente de trabalho refere-se a um ambiente físico adequado, contendo uma infraestrutura propícia ao exercício laboral e relacionamentos interpessoais harmônicos. Observou-se tais fatos nos comentários seguintes:

Qualidade de vida é [...], ter **meios** para trabalhar, **para desempenhar suas funções** [...] Fora isso, vamos dizer assim, física, eu preciso ter **uma boa relação** [...] com meus colegas de trabalho com meu chefe (TAE1).

A qualidade de vida é você [...] ter um **bom relacionamento** dentro do setor (TAE7).

Pra mim, qualidade de vida **vem da equipe** que você trabalha também, que influencia né. [...] a relação com seu chefe, com seus trabalhos, **relações interpessoais** no trabalho. [...] **ter cadeiras adequadas, computadores também adequados** (TAE13).

Qualidade de vida assim né no exercício da profissão que eu vejo é ter **boas condições de trabalho**, ter uma sala bem equipada, um material que eu preciso trabalhar, um **bom computador**, que funciona o **ar-condicionado**, que isso a gente sabe que muitas vezes nem isso a gente tem direito (TAE14).

Em complemento, os servidores TAE3 e TAE4 acrescentaram que um ambiente saudável resulta em melhor desempenho da equipe:

O bom convívio com os meus colegas de trabalho, né. Porque se você não tiver uma boa relação, você não terá saúde dentro do seu ambiente de trabalho, você não conseguirá produzir, até produz, mas não **com tanta eficiência** quanto deveria produzir (TAE3).

Qualidade de vida está associada, no contexto, em vários aspectos, né, principalmente social, não é? **Se você tem uma equipe que você consegue** se relacionar melhor, vai gerar impacto **positivamente no resultado**. Então, qualidade de vida também está relacionado também a ter **um relacionamento saudável** no ambiente de trabalho (TAE4).

Por esse prisma, dois participantes (14%) registraram a fotografia de um ambiente do CCSA (imagem 9), no qual identificaram características que proporcionam bem estar, qualidade de vida. Adicionalmente, o TAE 5 acrescentou que tais peculiaridades despertam o interesse de outros servidores; inclusive discentes e prestadores de serviços, que costumam dirigir-se ao local por conta da sua organização, sendo comum a solicitação de fotos do ambiente. Em face disso, outros servidores passaram a disseminar ações semelhantes em seus ambientes laborais, a exemplo de aquisição de plantas.

Imagem 9 - Ambiente do CCSA associado à qualidade de vida



Fonte: TAE5, 2023.

Foi possível notar as informações nos trechos a seguir:

[...] Acho ele super aconchegante, [...] dá uma paz interior, sabe, aquele ambiente que você entra e você se sente bem. [...] **Além do bem-estar físico**, o ambiente dela também causa, porque ela tem essa preocupação em organizar e deixar bonito, deixar limpo, deixar cheiroso, bem perfumado [...] toda hora que você entra, você vê que ele tá bem perfumado e eu acho que isso tudo é um conjunto **que causa o bem estar, a sustentabilidade** (TAE3).

Ah, **eles adoram**. [...] tem um menino aqui da limpeza que todo dia entra aqui [...] Os professores também às vezes entram aqui e falam “ah, que coisa é

essa?"[...] porque aluno entra muito aqui. Eu não atendo aluno não, mas eles passam, viu. Aí entraram e pediram pra tirar umas fotos. [...] É, para você ver, elas dizendo ah eu **vou botar duas plantas**, vou botar não sei o quê, sabe (TAE5).

Quanto às práticas de **interação social** realizadas pela PROGEP, 71% dos participantes (dez servidores) citaram eventos ligados a atividades comunitárias, tais como danças, caminhadas, corridas de rua e etc, porém enfatizaram que essas ações acontecem apenas em épocas sazonais, por isso, não surte efeitos no cotidiano dos servidores. Além disso, as divulgações dessas iniciativas são insuficientes, muitas vezes, não atingindo o centro de ensino. As questões foram identificadas nas falas dos servidores a seguir:

A qualidade de vida que eu acho que a universidade dá [...] é de fazer **uma corrida em homenagem a dia tal**, fazer coisa desse tipo, mas assim que na prática no dia a dia pra gente que é servidor público, não acho que **surte muito efeito não**, pelo menos pra mim (TAE2).

Eu vejo que eles tem umas **coisas pontuais** lá na PROGEP. [...] mas às vezes **não é muito estendido para o centro**. [...] às vezes a gente vê assim ações assim, **da semana do dia das mulheres**, né (TAE6).

[...] eu sei que **eles fornecem mais nas datas comemorativas**, mas no resto do ano, que é que esse setor oferece para os servidores? Então, eu acho que ainda é algo que poderia ser divulgado mais, né? Porque assim, que eu falo, que eu sei é em relação às datas comemorativas, mas durante o ano todo, **quais são as ações que o setor está desenvolvendo, né?** (TAE13).

Já vi algumas vezes, algumas iniciativas, sei lá um encontro [...] **alguns exames** mais rápido, medir pressão, alguma coisa do tipo, algumas dúvidas em alguns plantões, **algumas caminhadas** pelo *Campus* e também tem a questão das atividades físicas [...] Mas eu acho que poderia ser **mais divulgado** e acontecer **com mais frequência**. Digamos tem um mês, amarelo, sei lá, chutando aqui um fator, aí faz uma iniciativa, mas depois passa três meses e não fazem nada (TAE14).

Na mesma lógica, ao tratar das práticas oferecidas pelo CCSA isoladamente, 50% dos entrevistados (sete TAEs) indicaram que elas, normalmente, são realizadas em datas comemorativas, a exemplo de festejos juninos e natalinos, sendo geradas de maneira voluntária pelos TAEs. Contudo, apontaram que após o retorno das atividades laborais na forma presencial, ocorrido devido à estabilização da pandemia COVID-19, tais eventos foram reduzidos. Percebeu-se essa questão nos discursos dos servidores TAE3, TAE7, TAE12 e TAE14:

Antes a gente tinha aqui São João que proporcionava esse momento de interação, **São João e Natal**, o centro fazia uma confraternização [...] Depois

da pandemia, tudo mudou, né. Mas, **antes da pandemia**, a gente mesmo se organizava, só nós aqui [...] tomava aquele cafezinho (TAE3).

[...] **a pandemia atrapalhou muita coisa** agora, mas a gente tinha **no final do ano, a gente sempre tinha uma confraternização** que era feita aqui no Centro. Quando é no **São João**, a gente faz uma confraternizaçãozinha (TAE7).

No começo, **antes da pandemia**, ainda tinha as principais comemorações **Natal, São João**, sempre tinha uma confraternização, mas aí veio a pandemia e desde então tá todo mundo, cada um no seu quadrado. Então acho pouco essa interação. Inclusive tem pessoas que trabalham no centro, que você nem conhece (TAE13).

Eu acho que o centro deixa **muito a cargo dos próprios servidores**, dos técnicos, assim no caso, mas é quando tem uma iniciativa digamos assim de **São João**, que está chegando agora, aí o pessoal resolve se juntar não sei o que, aí é quando a direção entra, né (TAE14).

Diante desse cenário, três entrevistados sugeriram a construção de um espaço físico (de uso coletivo) no CCSA. O ambiente seria utilizado para descanso nos intervalos da jornada de trabalho, assim como um espaço de convivência entre os servidores, proporcionando maior interação entre eles. O fato foi notado conforme os trechos das falas dos TAE1, TAE2 e TAE13:

Eu acho que o centro falha um pouco nessas questões de interagir, porque fica o pessoal muito isolado, sabe. Não existe um ambiente de convivência. **Deveria ter um ambiente, um ambiente físico de convivência**, um ambiente onde você pudesse almoçar, um sofá onde você pudesse ficar sentado, então, assim, incentivar mais essa **questão da interação em um intervalo de trabalho** (TAE1).

Eu vou dizer a você assim para quem fica mais às oito horas aqui, **eu acho que ambientes**, eu vou dizer da universidade de um modo geral, não vou dizer só o centro, assim ambientes que proporcionasse para os servidores, eles poderiam ficar **aquela hora de trabalho**, que uma hora de descanso [...] caso fosse ficar para realizar não somente a refeição, mas aquela **aquele encontro entre os servidores** e ficar ali (TAE2).

Assim, em relação à qualidade de vida dos servidores, por exemplo, ter **um ambiente específico**, porque agora muita gente trabalha oito horas e então não tem um ambiente que possa **descansar depois do almoço** (TAE13).

Na questão da **capacitação**, 86% dos participantes (12 servidores) reconheceram que existem ofertas regulares de cursos, principalmente, voltados às atividades administrativas cotidianas. No entanto, indicaram a necessidade de ampliação para outros campos de conhecimento. Isso ficou evidenciado nos comentários dos servidores TAE10, TAE11 e TAE13:

O CCSA em si, não. Mas nesse caso de **curtos pontuais** para não sei melhorar uma atividade, uma ferramenta ou outra, isso aí eu pelo menos quando eu entrei, não sei se pela questão da pandemia que estava remoto, mas realmente eu fiz bastante curso fornecido pela PROGEP (TAE10).

A **universidade oferece** via CEDESP²⁶, CEDESP ou é CEDESQ, que é o centro de ensino que nós temos aqui. E eu fiz várias capacitações lá (TAE11).

[...] Eu **recebo com frequência** né, assim a divulgação de cursos realizados pela PROGEP, mas assim relacionada a coisa administrativa, SIPAC²⁷ [...] são ofertados alguns cursos, mas o que eu acho que são **sempre os mesmos cursos**, então acho que poderia ter mais variedade de cursos (TAE13).

Ainda nesse ponto, notou-se que três participantes (21%) apontaram que, embora sejam ofertadas vagas para capacitação, existem dificuldades para a liberação de afastamentos de servidores para cursar os programas de pós-graduações. Esse fato foi observado no discursos dos TAE10, TAE13 e TAE14:

Eu acho que **na teoria sim, na prática não**, porque quando a gente vai, por exemplo, se afastar pra algo é uma **burocracia bem grande** [...] mas se você for analisar, eu tava conferindo com o colega ali, que dos técnicos só tem 2% com doutorado da universidade, do serviço público federal, não é nem daqui da universidade, das IFES, né, no caso. E só 12% têm mestrado, então assim, no universo de TAEs, isso é muito ínfimo (TAE10).

[...] **Ficou mais difícil**, inclusive o afastamento, né, porque antes era mais fácil e **agora tem impedimento**, que o afastamento tem que ser na área e o curso que você vai fazer tem que ser na área relacionada com seu ambiente de trabalho. [...] agora onde, de acordo com as novas normas né, tem que ser relacionada, né. Não sei se é obrigatoriamente, mas eles dão prioridades aos afastamentos que são relacionados ao seu ambiente de trabalho (TAE13)

Eu acho que tem boa oferta, né de vagas e tudo, mas o problema que **desestimula** o servidor muitas vezes é **a questão do afastamento**, porque nem sempre o chefe e o colegiado do setor, se for o caso, quer ceder né, conceder o afastamento, **tem essa questão burocrática do edital**, do afastamento. Enfim, são umas séries de requisitos que têm que ser preenchidos para poder o servidor sair (TAE14).

Com relação ao ponto de **saúde ocupacional**, notou-se que 43% dos servidores (seis participantes), possuem conhecimento de algumas práticas existentes, porém mostraram-se inseguros a respeito do seu funcionamento, modo de acessá-las e a unidade administrativa institucional responsável pela oferta dos serviços. Para uma melhor compreensão, acrescenta-se que o CRAS refere-se ao Centro de Referência de Atenção em Saúde e o SIASS trata-se do

²⁶ Centro de Desenvolvimento do Servidor Público.

²⁷ Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - sistema operacional usado na UFPB para atividades administrativas.

Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal. Essa questão foi identificada nos trechos das falas a seguir:

Eu nunca usei, não utilizei do serviço, mas eu **tenho um conhecimento** de que lá tem consultas, se não me engano consultas nutricionistas, odontólogas (TAE3).

Tem o CRAS [...] tem gastroenterologista (*especialidade médica*), tem para as mulheres ginecologista, tem clínico geral, tem psicólogo (TAE8).

Não sei se é o SIASS, porque aqui a gente também tem o CRAS (TAE9).

Eu acho que até, se **não me engano**, no Sougov²⁸, eles disponibilizam a marcação para fazer exames, acho que é no **SIASS**, se não me engano (TAE10).

O SIASS resulta de previsão legal (Decreto nº 6833/2009), em obediência à Constituição Federal/1988 e abrange todos os órgãos da ADF. O seu objetivo central é a coordenação e integração de ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores, sendo seu funcionamento realizado por meio de unidades sediadas em entidades públicas federais. A inauguração do espaço ligado à UFPB consta de junho de 2022.

Já o CRAS surgiu a partir de um projeto piloto de servidoras docentes vinculadas ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) no ano de 2010, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços básicos de saúde e atenção médico ambulatorial à comunidade universitária. Contudo, somente em 2014 tornou-se um órgão suplementar da reitoria (Resolução nº 04/2014 do CONSUNI).

Desse modo, a relevância dos projetos é notável no tocante à saúde ocupacional dos servidores, entretanto, a partir das datas de suas criações, deduziu-se que elas não são provenientes do PLS institucional. Cabe reiterar que esse documento originou-se no ano de 2013, e, ao tratar dessa questão, limitou-se a informar que a área encontrava-se em fase de planejamento.

Ao tratar do quesito **segurança do trabalho**, observou-se que 57% dos participantes (oito TAEs) demonstraram dificuldade em compreender a sua abrangência, bem como as ações vinculadas à categoria. Sendo assim, relacionaram o termo, principalmente, às questões ligadas à segurança física no ambiente de trabalho, tais como vigilância do *Campus* e a necessidade de policiamento. Ainda notou-se que, por conta da natureza das atividades realizadas nos seus

²⁸ Aplicativo com serviços de gestão de pessoas exclusivos para servidores públicos federais do poder Executivo Federal.

exercícios laborais, outros dois TAEs (14%) acreditaram não haver necessidade de observar essa questão. O quantitativo de entendimento pôde ser visto nos trechos dos entrevistados na sequência:

Segurança do trabalho é [...] principalmente, você está trabalhando **exposto a riscos, elementos químicos ou outros elementos físicos**. Como eu acredito que aqui na UFPB, meu trabalho em si, **eu não estou exposto** a muitos riscos, vamos dizer assim. Eu tô exposto a eventualidades. É, pode ser um curto-circuito dentro do ambiente e tal, então, pra que eu me sentisse mais seguro, deveria ter mais uma **questão de manutenção na parte elétrica** e tal (TAE1).

Aqui na universidade, eu acho que não seria necessário levar em consideração as **questões do EPIs** (*Equipamentos de Proteção Individual*), que é o equipamento de proteção individual, porque **são tarefas aqui que não necessitam**, eu acho, pelo menos aqui onde eu vejo, não seria necessário (TAE10).

Não tem muita segurança e já houve aqui alguns semestres atrás, houve **assalto** em sala de aula né (TAE12).

Assim né, porque a questão segurança eu acho que é geral na universidade, eu acho que poderia melhorar a questão da segurança, o **policimento** mesmo, porque, inclusive quando era no outro bloco, era tudo muito esquisito. Então sempre batia um medo, **aquela insegurança de assalto**, inclusive, que já teve assalto, inclusive dentro de sala de aula (TAE13).

É necessário destacar que o discurso do TAE14 destoou dos demais supracitados, ao mencionar a sua participação em um curso oferecido pela PROGEP, cuja temática relacionava-se à questão de segurança do trabalho. Esse fato foi identificado na fala do servidor a seguir:

[...] Quando a gente estava prestes a entregar esse prédio, a gente teve um encontro, [...] foi formada, eu me esqueci o termo agora, mas é um grupo selecionado para justamente lidar **com questões de segurança do trabalho**, inclusive caso de emergência [...] eu participei do grupo, da comissão [...] o curso era mais explicativo. Então, sei lá, se tiver um incêndio por aqui, qual o tipo de extintor que você vai usar, então, foi coisas assim novas, tem vários tipos de extintores, com pó, disso, pó daquilo, com água, você ter que utilizar ali para sanar o problema (TAE14).

Acrescenta-se que, além da questão apontada pelos entrevistados, a área de segurança do trabalho engloba questões relacionadas a informações periciais, licenças médicas, acidentes de trabalho, doenças profissionais, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais, conforme as diretrizes previstas no SIASS (PLS, 2013). O PLS/UFPB mencionou os exames periódicos disponibilizados aos servidores como uma diretriz para a estruturação da área de vigilância e segurança no trabalho.

Em complementaridade ao ponto QVT, 57% dos entrevistados (oito TAEs) informaram que uma possível mudança no formato de jornada laboral, com adoção do modelo teletrabalho

ou a flexibilidade da carga horária de trabalho para 30 horas (seis horas diárias), geraria impactos positivos na sua melhoria de qualidade de vida, com benefícios estendidos, inclusive, à própria instituição, considerando a economia dos seus recursos financeiros. Enfatiza-se que, no momento de realização desta pesquisa, a carga horária de trabalho dos TAEs é de 40 horas semanais (oito horas diárias). Os discursos dos TAE, TAE10 e TAE14 representaram essa categoria:

[...] às vezes eu venho para cá, não uma demanda para fazer e fico aqui só ocupando um espaço que eu poderia tá em casa, trabalhando de forma remota e tal. Eu acredito que isso não ia interferir **na questão do meu rendimento**, ia ser a mesma coisa, tanto ia ficar mais satisfeito com o servidor, como **a universidade ia economizar mais os recursos dela**. Isso aí é muito claro pra mim [...] **teletrabalho como prática sustentável** (TAE1).

Qualidade de vida hoje em dia, considerando que hoje em menos tempo se faz mais coisas, eu acredito que **a própria questão da flexibilização** do horário dentro da universidade era pra ser regra e não exceção, porque não me venha qualquer pessoa falar que oito horas traz algum benefício, porque não traz mais. [...] A pandemia ensinou assim, que muita coisa pode ser feita remota, sem prejuízo nenhum para administração, pelo contrário, **com a economia de recursos tremenda**, você não está gastando energia da universidade, você não está gastando dinheiro para seu deslocamento, entendeu (TAE10).

Um ponto importante, que eu até esqueci de mencionar, quando se falou da qualidade de vida e no exercício das atividades, é **essa manutenção das seis horas** (TAE14).

Nesse ponto, ressalta-se que as organizações precisam repensar suas práticas considerando os anseios de uma sociedade mais consciente e o dinamismo do seu processo evolutivo, o qual modifica o comportamento social. Destarte, a necessidade de compreender que as experiências vivenciadas na vida social e ambiente de trabalho são indissociáveis. Nesse sentido, na visão de Greenhaus e Powell (2006), existem vantagem para ambos os contextos, se pensados de forma integrativa.

Ademais, o investimento na qualidade de vida do servidor tem como princípio o fato de que as pessoas são mais produtivas quando mais satisfeitas e envolvidas com o trabalho, existindo a tendência de melhoria na produtividade e eficiência do órgão (BRASIL, 2012). No entanto, independente das condições oferecidas para atingir a qualidade de vida de seus funcionários, o apoio da gestão é fundamental no processo de transformação da cultura organizacional.

4.3.6 Práticas sustentáveis vinculadas ao eixo ‘coleta seletiva’

Essa nova categoria surgiu em virtude dos discursos dos entrevistados, apesar de não constar dentre as categorias selecionadas inicialmente. Em face disso, observou-se diversas menções a esse tópico no processo de entrevistas, sendo incluídas tanto em suas falas, quanto nos registros de fotografias. Por isso, considerou-se necessária a sua inclusão na análise.

A coleta seletiva é o termo adotado para a prática de recolhimento de resíduos sólidos, previamente segregados conforme sua constituição ou composição. Entre os principais objetivos dessa categoria estão o incentivo à reciclagem dos resíduos, redução do consumo de recursos naturais e impacto ambiental gerado pela destinação incorreta dessas matérias primas, responsável pelo aumento de lixões e aterros sanitários (BRASIL, 2001).

Essa questão foi citada por 50% dos entrevistados (sete TAEs), sendo observado o registro de imagens por quatro deles (29%), vistas nas imagens 10 e 11.

Imagem 10 - Coletores de coleta seletiva



Fonte: TAE10, 2023.

Imagem 11 - Baterias de computadores



Fonte: TAE2, 2023.

O grupo composto por cinco entrevistados (36%) citou os coletores instalados nos corredores do CCSA (imagem 10) como uma prática sustentável; no entanto, apresentaram dúvidas quanto à existência de padronização adequada dos coletores. Notou-se esse fatos nos trechos dos entrevistados a seguir:

Aqui no centro a gente percebe por exemplo que tem **aquelas lixeiras de reciclado**, que você pode a partir daquilo, **você separar o lixo orgânico**, aquele ali não, mas vai ser mais plástico e papel, né. Então você pode trabalhar com isso, papelão, **eu não sei se aqui tem algum local** que faz um descarte, por exemplo, de papelão (TAE6).

Nos corredores do CCSA, eu sei que **tem os coletores de coleta seletiva**, o verde, o vermelho e o amarelo, aqui no prédio da pós que não, que **senti falta**, inclusive quando a gente tava procurando os objetos pra tirar as fotos, coleta seletiva, que já é algo muito importante, **é destinar os resíduos da forma adequada**, fazer essa separação para depois dar uma adequada destinação (TAE13).

É assim, pelas andanças eu vejo algumas atitudes assim. Principalmente **a questão relacionada ao lixo**, assim né, **a coleta e tal**, sempre vejo aqui movimentando, mas eu vejo que talvez **dê pra fazer mais** (TAE14).

No seu ambiente laboral, o TAE2 enfatizou a iniciativa de coleta de resíduos eletrônicos (imagem 11), oriundos do tipo de material utilizado em suas atividades de trabalho, como uma prática sustentável. Contudo, esclareceu que a iniciativa foi gerada a partir de parceria com um docente lotado no CT, responsável por um projeto voltado a essa questão. Portanto, a ação surgiu de uma iniciativa individual. Constatou-se o fato nas falas do servidor na sequência:

Com relação às baterias, né, **a gente faz a substituição** das placas mães de alguns equipamentos que a gente tem aqui, que utiliza pilhas, e o servidor daqui, ele faz essa leva desse material para uma unidade no CT, que vai **fazer a distribuição de forma, vamos dizer sustentável**, pelo meu entendimento de sustentabilidade. [...] Então a gente sempre faz, faz não, a gente está tentando **fazer juntamente com o pessoal do CT**, lá tem um professor **que tem um projeto** que ele faz esse descarte (TAE2).

Sobre os coletores instalados no espaço do CCSA, notou-se com base nas fotografias e nas falas dos entrevistados, que eles estão em desacordo com a classificação prevista na Resolução CONAMA nº 275/2001. Esse documento estipula dez tipos de padrão de cores, sendo elas: azul (papel/papelão); vermelho (plástico); verde (vidro); amarelo (metal); preto (madeira); laranja (resíduos perigosos); branco (resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde); roxo (resíduos radioativos); marrom (resíduos orgânicos) e cinza (resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação).

Com base na imagem 11 e nas informações geradas pelas entrevistas, percebeu-se que os coletores são compostos por basicamente duas cores: verde e azul. Porém, a IN nº 10/2012 indica a utilização de cores padronizadas conforme a supracitada Resolução, ou seja, a cor verde e azul para vidro e papel/papelão, respectivamente. Desse modo, interpretou-se que as práticas relativas a esse item estão parcialmente atendidas, sendo imprescindível a sua adequação às exigências da norma que regulamenta o PLS institucional.

4.4 Síntese conclusiva

A UFPB indica em seus documentos formais a pretensão de incluir a sustentabilidade em seus ambientes, de modo a integrar e atingir todos os membros da comunidade acadêmica, conforme apontado na análise dos principais instrumentos normativos internos. Porém, tal como evidenciado nas próprias falas de alguns dos entrevistados, a falta de informações acerca dos direitos sociais básicos dos servidores TAEs (a exemplo do próprio acesso à informação), presume-se que tais medidas ainda estejam majoritariamente concentradas na fase teórica. Dessa maneira, percebe-se que o percurso direcionado à sustentabilidade na instituição está ocorrendo paulatinamente.

Apresentada como um critério básico e integrador, a sustentabilidade deverá estimular as responsabilidades éticas da sociedade (JACOBI, 2003) e de suas organizações. Desse modo, pode-se afirmar que a questão ética é transversal às dimensões que compreendem a sustentabilidade, independente do quantitativo proposto pela literatura, sendo algumas delas trazidas na discussão do arcabouço teórico dessa pesquisa. Nesse ponto, os resultados deste estudo evidenciaram que algumas práticas sustentáveis adotadas na UFPB estão em consôncio com o marco regulatório que envolve a temática na administração pública, especialmente o PLS. Contudo, considerando que a ética está intrinsecamente ligada à noção de sustentabilidade, é importante refletir sobre as reais motivações que vêm estimulando essas iniciativas.

Observado pelo aspecto institucional, percebe-se que parte delas derivam de obrigações legais direcionada à UFPB, na condição de órgão vinculado à ADF (adoção de processos administrativos eletrônicos e criação de programas para fortalecimento da qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho). Por outro lado, ainda que sejam pouco expressivas, outras iniciativas decorrentes de ações individuais de alguns servidores TAEs são percebidas, a exemplo da substituição de copos descartáveis por outros materiais duráveis, reaproveitamento de papel, desligamento de lâmpadas e aparelhos de ar condicionado, entre outras ações, apesar do limitado conhecimento a respeito das normas sustentáveis e da temática sustentável trabalhada dentro da instituição.

Assim, nota-se que a real motivação da universidade rumo à sustentabilidade, presumivelmente, não deriva de um pensamento reflexivo unicamente, movido pela vontade de incluir uma aprendizagem transformadora nos seus espaços, mas em razão da hierarquia organizacional existente, através da implementação de políticas públicas na estratégia *top-down*. Diante desse cenário, e com base nos recortes da pesquisa em questão, constata-se que

tais práticas vêm sendo implementadas com o objetivo de que a IFES atue em *compliance* às normas da ADF; sendo isto evidenciado, inclusive, pela assimetria de informação no que diz respeito às práticas sustentáveis planejadas e àquelas realmente executadas pela instituição, como observado nos Relatórios de Gestão.

Portanto, a sustentabilidade deve ser pensada para além da busca por melhoria do desempenho sustentável de uma organização, já que deverá ser incorporada em todos os níveis organizacionais. No caso da UFPB, em especial, na formação de cidadania ambiental dos integrantes que compõem sua comunidade acadêmica para enfrentar a questão. Em face disso, Jacobi (2003) reforça que, a sustentabilidade representa uma possibilidade de abertura para espaços incentivadores, com o objetivo de implementar alternativas múltiplas de democracia participativa, a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços sociais e a pluralidade de conquistas de ordem política, institucional e científica alcançadas na área ambiental contribuíram para que a temática da sustentabilidade passasse a ser prioridade na agenda das políticas públicas brasileiras. Nessa conjuntura, a adequação das estruturas dos órgãos e entidades públicas é fundamental para a construção de uma nova cultura institucional que inclua a sustentabilidade como princípio central (BRASIL, 2018).

Esse processo de mudanças em atitudes e comportamentos sociais, muito provavelmente, é influenciado pela notável participação das IES, especialmente devido ao seu papel na formação de futuros profissionais e tomadores de decisão, bem como no fornecimento de conhecimento. Por esse viés, teoricamente, essas instituições devem disseminar práticas sustentáveis nos seus contextos, seja por meio de suas atividades operacionais cotidianas, atividades fim ou no processo de conscientização dos membros da comunidade.

Nesse sentido, o presente estudo buscou analisar como tem ocorrido o processo de implementação de práticas sustentáveis no âmbito da UFPB, à luz do seu PLS institucional, a partir da percepção dos servidores TAEs lotados no CCSA, localizado no *Campus* I. Destaca-se que, embora o plano contenha sete Objetivos Estratégicos, essa investigação restringiu-se a apenas quatro deles: material de consumo, energia elétrica, qualidade de vida no ambiente de trabalho e coleta seletiva. Com o propósito de traçar um diagnóstico das ações sustentáveis já existentes nesse contexto, realizou-se uma análise documental dos principais instrumentos normativos institucionais que abordam o assunto: PDI (2019-2023), PLS e Relatórios de Gestão (2019 a 2022).

Com base nos dados colhidos, percebeu-se que o PDI apresenta diretrizes sustentáveis, principalmente focadas nos aspectos social e ambiental; logo, oferece indícios de que a gestão universitária tem pretensão de incluir a temática em suas ações. Contudo, os tópicos são apresentados sem muito aprofundamento, sem especificar, por exemplo, como ocorrerá o processo de implementação. No mesmo sentido, notou-se que os resultados dos RGs analisados apresentaram ações em sentido amplo e de forma concisa; com isso, nem todos os eixos temáticos foram contemplados. Frisa-se, no entanto, que tais documentos não são ferramentas específicas de apresentação dos resultados do PLS. Ainda, observou-se que a universidade não dispõe de orçamento próprio para ações de sustentabilidade.

O PLS institucional foi delineado de acordo com os preceitos da IN nº 10/2012, porém, a ausência de divulgação dos relatórios semestrais (sendo a última realizada em 2018) e dos

relatórios de acompanhamentos anuais no *website* da instituição, mostrou-se discrepante à determinação da norma reguladora. Em face disso, percebeu-se a necessidade de maior transparência na divulgação das práticas sustentáveis pela UFPB, de modo a permitir o acesso às informações dessa política pública e, por conseguinte, um acompanhamento mais efetivo dos interessados.

Com relação aos resultados obtidos pelas entrevistas, constatou-se que 93% dos TAEs (13 servidores) possuem desconhecimento acerca do PLS, já materializado há 10 anos, assim como de outras normas sustentáveis da ADF. Aqueles que informaram conhecer algum desses instrumentos, obtiveram acesso por meio alheio à gestão da universidade. Isto evidencia uma fragilidade nos instrumentos de comunicação da instituição no tocante à temática, o que pode ser interpretado como um fator limitante à disseminação de práticas sustentáveis entre os integrantes da comunidade acadêmica.

A implantação dos processos eletrônicos e as impressoras coletivas são as práticas mais destacadas pelos servidores no que diz respeito ao uso racional de material de consumo, em específico, no quesito do uso de papel; sendo reconhecidas como práticas sustentáveis incentivadas pela gestão. Todavia, notou-se que ações visando à redução de copos descartáveis, a exemplo da sua substituição por materiais duráveis, são resultantes de ações individuais dos próprios servidores. Desse modo, percebe-se que nesse tópico, a UFPB cumpre parcialmente às práticas previstas no PLS.

As práticas referentes à redução de energia foram as menos citadas nos discursos dos entrevistados, sendo resumidas pela iniciativa de desligamento dos aparelhos de ar-condicionado e lâmpadas nos períodos de ausência do ambiente de trabalho, apesar de menções a campanhas de conscientização executadas pela direção do centro. Ressalta-se, portanto, a urgência de implantação de normas institucionais voltadas para essa área.

Concernente ao tópico da qualidade de vida no ambiente de trabalho, foi possível perceber que a percepção dos entrevistados sobre esse ponto não está totalmente condizente ao que determina o PLS; a exemplo do evidenciado no ponto segurança do trabalho, o qual foi associado somente a questões relacionadas à segurança física do ambiente, como a necessidade de maior policiamento. Nas práticas promovidas para a interação social, foram indicadas algumas ações, porém, normalmente ofertadas em períodos sazonais. A mesma situação ocorre no CCSA, haja vista que as práticas são realizadas basicamente em datas comemorativas, como o festivo natalino, e por iniciativa dos próprios servidores. No que diz respeito às capacitações, os entrevistados, em sua maioria, estão cientes da promoção de iniciativas nesse âmbito, embora ressaltem a necessidade de ampliação dos temas ofertados e dificuldades na concessão de

afastamentos relacionados à pós-graduação. Por fim, houve dúvidas quanto ao funcionamento e às unidades administrativas responsáveis pelas ações relativas à saúde ocupacional.

Ainda foram apontadas práticas referentes à coleta seletiva, tais como os coletores de lixo e o recolhimento de baterias de computadores de um setor específico para destinação adequada. Apesar disso, percebeu-se que tais coletores de lixo estão em desacordo com o que estabelece a IN nº 10/2012. A coleta de bateria, por sua vez, é possível por meio de um projeto de iniciativa individual de um docente vinculado a outro centro de ensino (CT). Dessa forma, pode-se constatar que a gestão adequada dos variados resíduos não está devidamente concretizada, sendo vital ajustes nas ações já existentes e inclusão de novas iniciativas visando esse fim.

Diante desse cenário, a presente pesquisa evidenciou que, apesar da temática da sustentabilidade estar contemplada nos principais documentos institucionais, a universidade precisa avançar para uma política institucional efetiva em relação à sustentabilidade. Em face disso, recomenda-se a reestruturação do canal institucional de comunicação, propiciando a disseminação contínua e transparente das práticas a fim de engajar todos os membros da comunidade acadêmica. Neste ponto, a comunicação com os servidores, em especial os TAEs, deve ser ajustada com a finalidade de não somente incluí-los na execução das práticas, como assegurar que as ações destinadas a este grupo sejam concretizadas. Ressalta-se que iniciativas fragmentadas oriundas de esforços individuais e ações parciais são fatores limitadores à mudança organizacional e, por conseguinte, para práticas sustentáveis sistemáticas.

Por fim, considera-se que o objetivo dessa pesquisa foi atingido, expandindo o rol de novos conhecimentos no campo das organizações públicas e auxiliando na reflexão acerca da importância de práticas sustentáveis no ambiente organizacional, particularmente nas IES. Ademais, oportuniza o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas para a relação das IES e a sustentabilidade. A disponibilização do roteiro semiestruturado para entrevistas, bem como descrição detalhada da metodologia empregada, possibilitam a replicação do presente estudo em outros contextos da ADF, especialmente nas IFES.

Além das limitações já citadas nessa seção, inclui-se o fato do estudo englobar somente um centro de ensino, o que pode representar um viés de limitação à realidade do contexto da IFES. Além disso, o estudo não considerou todos os O.Es do PLS institucional, o que aponta para a sugestão de estudos futuros que analisem os O.Es integralmente, estendam a investigação a outros *Campi* da UFPB, assim como outros ambientes no *Campus* I. Outra possibilidade seria a ampliação da unidade de análise a fim de compreender os demais atores da comunidade acadêmica, como docentes, discentes, TAEs e prestadores de serviços.

REFERÊNCIAS

- ALBA-HIDALGO, D.; ÁLAMO, J.B. del; GUTIÉRREZ-PÉREZ, J. Towards a Definition of Environmental Sustainability Evaluation in Higher Education. **Higher Education Policy**, [S.L.], v. 31, n. 4, p. 447-470, 1 nov. 2018. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1057/s41307-018-0106-8>
- ALEIXO, A. M.; LEAL, S.; AZEITEIRO, U. M. Higher education students' perceptions of sustainable development in Portugal. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 327, pp. 129429, dez. 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.129429>
- ALEIXO, A.M., LEAL, S.; AZEITEIRO, U.M. The implementation of sustainability practices in Portuguese higher education institutions, **International Journal of Sustainability in Higher Education**, Vol. 19 No. 1, pp. 146-178, 2018. <https://doi-org.ez15.periodicos.capes.gov.br/10.1108/IJSHE-02-2017-0016>
- ALEIXO, A.M., LEAL, S.; AZEITEIRO, U.M. Toward Sustainability Through Higher Education: Sustainable Development Incorporation into Portuguese Higher Education Institutions. In: Davim, J., Leal Filho, W. (eds) **Challenges in Higher Education for Sustainability**. Management and Industrial Engineering. Springer, Cham, 2016. https://doi.org/10.1007/978-3-319-23705-3_7
- ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. da. Percepção Ambiental e Políticas Públicas: Dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 43-64, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20150004r1v2012017>
- ALSHUWAIKHAT, H.M, *et al.* The Development of a GIS-Based Model for Campus Environmental Sustainability Assessment Sustainability, v.9, n.3, pp. 439-462, 2017. <http://dx.doi.org/10.3390/su9030439>
- ALSHUWAIKHAT, H.M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 16, n. 16, p. 1777-1785, nov. 2008. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2007.12.002>
- AMARAL, L. P.; MARTINS, N.; GOUVEIA, J. B. Quest for a sustainable university: a review. **International Journal of Sustainability In Higher Education**, [S.L.], v. 16, n. 2, pp. 155-172, 2 mar. 2015. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/ijshe-02-2013-0017>
- ÁVILA, L. *et al.* Barriers to innovation and sustainability at universities around the world. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 164, pp. 1268-1278, out. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.07.025>
- AXELSSON, R., *et al.* Sustainable development and sustainability: Landscape approach as a practical interpretation of principles and implementation concepts. **Journal of Landscape Ecology**, v. 4, n. 3, p. 5-30, 2011.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Editora Vozes,

2020.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D.. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *Ram. Revista de Administração Mackenzie*, [S.L.], v. 12, n. 3, pp. 51-82, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-69712011000300004>

BARBOSA, G. S.; DRACH, P. R.; CORBELLA, O. D. A Conceptual Review of the Terms Sustainable Development and Sustainability. *International Journal of Social Sciences*, v. III, n. 2, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BARROS, A. C. de S., *et al.* Práticas de Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior (IES): uma Análise Preliminar dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) dos Institutos Federais (IFs). **21º USP International Conference in Accounting**. São Paulo, v. 28, 2021.

BIAGE, V. S. M. de; CALADO, L. R. Análise dos resultados das contratações públicas sustentáveis. **Read. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 21, n. 3, pp. 601-621, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.0612014.54781>

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. 5ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Revista Ampliada, 2017.

BRANDLI, L. *et al.* Avaliação da presença da sustentabilidade ambiental no ensino dos cursos de graduação da Universidade de Passo Fundo. **Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas**, v.17, n.2, pp. 433-454, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772012000200008>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 06 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm . Acesso em 30 out.2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009**. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades

da administração pública federal direta, autárquica e fundacional Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.746 de 05 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria em sustentabilidade na administração pública federal**. Brasília. 2016. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-em-sustentabilidade-na-administracao-publica-federal.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

BRASIL. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **IN SLTI-MP Nº 10, de 12 de novembro de 2012**. 2012b. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: www.portal.tcu.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 275/2001**. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=291>. Acesso em: 21 de jun. 2023.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020**. Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes. Diário Oficial da União (DOU), Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental da Administração**, 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 19 de maio de 2023

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho**, 2012. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/527-eixos-tem%C3%A1ticos-qualidade-de-vida-no-ambiente-de-trabalho.html>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

BURSZTYN, M. A. A.; BURSZTYN, M. **Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito**. In: NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. S. (Orgs.). Economia, meio ambiente e comunicação. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CAMPOS, S. A. P.; PALMA, L. C.; PEDROZO, E. A. Universidades e transformações socioambientais: contribuições da aprendizagem transformadora e da teoria da atividade histórico cultural. **Revista de Administração IMED**, v. 7, n. 2, pp. 3-26, jul./dez., 2017.

CARVALHO, I.C.M. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas.

Revista Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental. FURG, Volume especial, nov.-dez., 2008, pp. 46-54.

CCSA. **Histórico.** João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/ccsa/contents/menu/institucional/trajetoria-1/resumo-historico>. Acesso em: 08 de nov. 2022.

CCSA. **Mapa do CCSA.** João Pessoa: UFPB, 2022. Disponível em: <https://www.ccsa.ufpb.br/atuariais/contents/menu/institucional/mapa-do-ccsa>. Acesso em: 21 de jun. 2023.

COSTA, E.; FERREZIN, N. B.. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 79-95, 2 ago. 2021. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v24i2p79-95>.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa:** Escolhendo entre Cinco Abordagens. Penso Editora, 2014.

DALAL-CLAYTON, D. B.; BASS, S. **Sustainable Development Strategies:** A Resource Book, Earthscan, London, Sterling, VA, 2002.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** In: Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2017

DIAS, R. **Sustentabilidade:** Origem e Fundamentos; Educação e Governança Global: Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2015.

DISTERHEFT, A.; CAEIRO, S.; AZEITEIRO, U.M.; FILHO, W.L. Sustainability science and education for sustainable development in universities: a way for transition, In CAEIRO, S.; LEAL FILHO, W.; JABBOUR, C.; AZEITEIRO, U.M. (Eds), **Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions:** Mapping Trends and Good Practices around the World, Springer International Publishing: Cardiff, 2013.

DZIMINSKA, M.; FIJAŁKOWSKA, J.; SUŁKOWSKI, Ł. A Conceptual Model Proposal: universities as culture change agents for sustainable development. **Sustainability**, [S.L.], v. 12, n. 11, p. 4635, 5 jun. 2020. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su12114635>.

DOTTO, D. M. R. *et al.* Sustentabilidade em organizações públicas: estudo de uma instituição federal de ensino brasileira. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - GeAS*, v. 8, n. 2, p. 235-259, 2019.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2001.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados.** *Cadernos Ebape.Br*, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 667-681, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679->

395157473.

FLICK, U.; BANKS, M. *In: Dados visuais para pesquisa qualitativa*. 2009. pp. 176-176.

GALLELI, B. **Sustentabilidade nas organizações**: uma proposta de gestão a partir das inter-relações entre estratégia, competências organizacionais e competências humanas. 2017. 218 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GAZZONI, F., *et al.* O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da universidade federal de santa maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [S.L.], p. 48-70, 1 jan. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p48>

GAZZONI, F. **A utilização do Plano de Gestão de Logística Sustentável como ferramenta de Gestão: um olhar dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria**. 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

GIMENEZ, A. M.; BONACELLI, M. B. M. As multifaces da relação universidade-sociedade: dimensões da terceira missão. XI Jornadas Latino Americanas de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología, 2016.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE MELLO, R.; SILVA, A.B.* Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GREENHAUS, J. H.; POWELL, G. N. When work and family are allies: a theory of work-family enrichment. *Academy of Management Review*, v. 31, p. 72-70, 2006.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 118, pp. 189-206, mar. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008>

JACOBI, P. Meio ambiente e sustentabilidade. O Município no século XXI: cenários e perspectivas. **Cepam—Centro de Estudos e Pesquisas de administração Municipal**, pp. 175-183, 1999.

KESTIN, T. *et al.* Getting started with the SDGs in universities. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Australia/Pacific, Melbourne: **Sustainable Development Solutions Network**, 2017.

KLARIN, T. The Concept of Sustainable Development: from its beginning to the contemporary issues. **Zagreb International Review Of Economics And Business**, [S.L.], v. 21, n. 1, pp. 67-94, 1 maio 2018. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.2478/zireb-2018-0005>

KRAEMER, M. E. P. A Universidade do Século XXI rumo ao Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica de Ciências Administrativas**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 1-21, 20

nov. 2004. IBEPES (Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais).
<http://dx.doi.org/10.5329/recadm.20040302006>.

LANKOSKI, L. Alternative conceptions of sustainability in a business context. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 139, p. 847-857, dez. 2016. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.08.087>.

LARRÁN JORGE, *et al.* An approach to the implementation of sustainability practices in spanish universities. **Journal of Cleaner Production**, v.106, p.34-44, 2015.
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.07.035>

LAURELL, H. *et al.* G. Re-testing and validating a triple bottom line dominant logic for business Sustainability, **Management of Environmental Quality**, Vol. 30 No. 3, pp. 518-537, 2019. <https://doi.org/10.1108/MEQ-02-2018-0024>

LEAL FILHO, W, *et al.* Sustainable Development Goals and sustainability teaching at universities: falling behind or getting ahead of the pack? **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 232, pp. 285-294, set. 2019. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.05.309>

LEIVA-BRONDO, M. *et al.* Spanish University Students' Awareness and Perception of Sustainable Development Goals and Sustainability Literacy. **Sustainability**, v. 14, n. 8, pp. 4552, 2022. <https://doi.org/10.3390/su14084552>

LÉLÉ, S.M. Sustainable development: A critical review. *World Development*, v.19, n.6, p.607-621, 1991.

LOPES, U. de M.;TENÓRIO, R. M. Educação como fundamento da sustentabilidade. Salvador: Edufba, 2011.

LOZANO, R. *et. al.* Declarations for sustainability in higher education: becoming better leaders, through addressing the university system. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 48, p. 10-19, jun. 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.10.006>.

LOZANO, R. *et.al.* A review of commitment and implementation of sustainable development in higher education: results from a worldwide survey. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 108, p. 1-18, dez. 2015. Elsevier BV.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.048>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATIAS, E. P. B. **Promoção e Percepção de Aplicação da Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras**. 2022. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento e Uso de Recursos Renováveis, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba,

2022.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research**: a guide to design and implementation. 3a Ed. San Francisco: Jossey-Bass Inc. Publishers, 2009.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n.16, 2004.

MOURA, A. M. M. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: MOURA, A. M. M. (org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016. pp. 13-44.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, pp. 51-64, 2012.

NETTO ALEXANDRE, C. Repensando a Educação Superior na América Latina e Al Caribe: princípio e valores institucionais. In: GUAJARDO, P. H. (Coord.) **El papel estratégico de la educación superior en el desarrollo sostenible de América Latina y el Caribe**. UNESCO – IESALC y UNC: Córdoba, 2018.

NORMAN, W.; MACDONALD, C. Getting to the Bottom of “Triple Bottom Line”. *Business Ethics Quarterly*, [S.L.], v. 14, n. 2, pp. 243-262, abr. 2004. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.5840/beq200414211>

PALMA, L. C.; PEDROZO, E. Á. Transformation for sustainability and its promoting elements in educational institutions: a case study in an institution focused on transformative learning. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, pp. 359-382, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9260898>

POPESCU, F. *et al.* How Do Students Assess the Sustainability of Their University? A Comparison between Dutch and Romanian Students from Business Schools. **Amfiteatru Economic**, v. 22, n. 54, pp. 411-431, 2020. <https://doi.org/10.24818/EA/2020/54/412>.

REIS, G. B. Dos; PAIXÃO M. V. de. Técnico-administrativos em educação das IFES: carreira e institucionalidade. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 6, pp. 199–208, 2022. <https://doi.org/10.15536/reducarmais.6.2022.2611>

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 24, n. 68, pp. 25-38, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142010000100005>

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, pp. 1-22, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SERRANO, A.; REVILLA, J. C.; ARNAL, M. Narrar con imágenes: entrevistas fotográficas en un estudio comparado de “resiliencia” social y resistencia ante la crisis. *Empiria: Revista de metodología de ciencias sociales*, n. 35, p. 71-104, 2016.

SHAW, et al. Mapping of sustainability policies and initiatives in higher education institutes. *Environmental Science & Policy*, [S.L.], v. 99, p. 80-88, set. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.envsci.2019.04.015>

SHRIBERG, M. Institutional assessment tools for sustainability in higher education: strengths, weaknesses, and implications for practice and theory. *Higher Education Policy*, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 153-167, jun. 2002. Springer Science and Business Media LLC. [http://dx.doi.org/10.1016/s0952-8733\(02\)00006-5](http://dx.doi.org/10.1016/s0952-8733(02)00006-5)

SIQUEIRA, L. C. Política ambiental para quem? *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 2, p. 425-437, jul.-dez. 2008.

SILVA, G. S. da; ALMEIDA, L. de A. Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior: uma proposta baseada na revisão de literatura. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 123-144, 30 abr. 2019. University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/geas.v8i1.13767>.

SILVA JUNIOR, G. C. da. **A Educação para a Sustentabilidade e os vínculos na formação de estudantes do Ensino Superior**. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SONETTI, G.; SARRICA, M.; NORTON, L.S. Conceptualization of sustainability among students, administrative and teaching staff of a university community: an exploratory study in Italy. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 316, pp. 128292, set. 2021. Elsevier BV.: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.128292>

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S.C. M.dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 31 dez. 2020. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 503-515, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-530x2006000300012>

UFPB. **Comissão de Gestão de Ambiental (CGA)**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cga>. Acesso em 14 de ago. de 2022.

UFPB. **Relatório do Plano de Gestão de Logística Sustentável (jul 2018 – dez 2018)**. Comissão de Gestão de Ambiental (CGA), 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cga>.

Acesso em 14 de ago. de 2022.

UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional -2019-2023**. João Pessoa: UFPB, 2019. Disponível em:

<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/acoes/pdi/revisao/pdi-ufpb-2019-2023-documento-de-revisao.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

UFPB. **Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS)**. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/cga/contents/documentos/plano-de-logistica-sustentavel-2013-2015-final.pdf/view>. Acesso em 14 de ago. de 2022.

UFPB. Resolução 17/2018. **Estabelece a política ambiental da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa, 2018. Disponível em:

https://www.ufpb.br/prac/contents/paginas/portaarquivos/ResoluoCONSUNI17_2018.pdf. Acesso em 22 de out. 2022.

UFPB. **Relatório de Gestão 2019**. João Pessoa: UFPB. Disponível em:

<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 de abr . 2022.

UFPB. **Relatório de Gestão 2020**. João Pessoa: UFPB. Disponível em:

<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 de abr . 2022.

UFPB. **Relatório de Gestão 2021**. João Pessoa: UFPB. Disponível em:

<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 de abr . 2022.

UFPB. **Relatório de Gestão 2022**. João Pessoa: UFPB. Disponível em:

<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 10 de abr . 2022.

UFPB. **Centro de Referência em Atenção à Saúde(CRAS)**. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/cras/contents/menu/nossa-historia>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

UFPB. **Inaugurado novo Espaço de Saúde do Servidor UFPB**. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/inaugurado-novo-espaco-de-saude-do-servidor-da-ufpb>. Acesso em 20 de junho de 2023.

ULSF. Talloires Declaration. **Association of University Leaders for a Sustainable Future**, 2015. Disponível em: <http://ulsf.org/talloires-declaration/>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

ULSF. **Sustainability Assessment Questionnaire for Colleges and Universities. University Leaders for a Sustainable Future**. 2009. Disponível em: <http://ulsf.org/wpcontent/uploads/2015/06/SAQforHigherEd09.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.

VEIGA, J. E. da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. Editora 34, 2015.

VELAZQUEZ, L., *et al.* Sustainable university: what can be the matter?. **Journal Of Cleaner Production**, [S.L.], v. 14, n. 9-11, p. 810-819, jan. 2006. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.12.008>.

VILHA, A. M. Ciência, tecnologia, inovação e a terceira missão no ensino superior para o desenvolvimento sustentável. *In*: GUAJARDO, P. H. (Coord.) **El papel estratégico de la educación superior en el desarrollo sostenible de América Latina y el Caribe**. UNESCO – IESALC y UNC: Córdoba, 2018.

WAAS, T.; *et al.* Sustainable Development: a birds eye view. **Sustainability**, [S.L.], v. 3, n. 10, p. 1637-1661, 27 set. 2011. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su3101637>

YUAN, X.; ZUO, J.; HUISINGH, D. Green universities in China—what matters? **Journal of Cleaner Production**, v. 61, pp. 36-45, 2013. <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.030>.

ZULPO, M.; MORAES, A. B.; TEDESCO, C. D. Universidades e as dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental, uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, [S.L.], v. 11, n. 4, pp. 406-415, 28 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.6008/cbpc2179-6858.2020.004.0033>.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Título do projeto de pesquisa: Práticas Sustentáveis na Administração Pública: a Percepção de Servidores Técnicos-Administrativos da UFPB

Prezado(a) participante da pesquisa,

As pesquisadores Querli Maria Bezerra Mourão (discente) e profa. Dra. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho (docente) convidam você a participar da pesquisa intitulada Práticas Sustentáveis na Administração Pública: a Percepção de Servidores Técnicos-Administrativos da UFPB. Com esse objetivo, você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso), e ainda não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Objetivo da pesquisa:

O objetivo geral é compreender as práticas sustentáveis de servidores técnico-administrativos na promoção da sustentabilidade no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Quanto aos objetivos específicos: contextualizar as ações direcionadas à sustentabilidade no contexto da UFPB, *Campus I*; descrever o entendimento dos servidores TAEs do CCSA, a respeito da temática da sustentabilidade em seus ambientes laborais e identificar as práticas sustentáveis vivenciadas nos ambientes laborais pela ótica dos servidores técnicos-administrativos do CCSA/UFPB.

Metodologia:

Após os esclarecimentos, aprovação e autorização do participante quanto a esse documento será dado início a fase posterior: antes do início da entrevista, será solicitado que o participante faça registro de fotografias para auxiliar o processo da entrevista. O tempo estipulado para essas capturas ficará de acordo com a necessidade do participante. Posteriormente, será iniciada a fase de entrevista semiestruturada, que deverá seguir um roteiro de perguntas. Os participantes

serão selecionados de forma aleatória conforme disponibilidade, a partir dos setores do CCSA/UFPB.

A partir daí, almeja-se englobar pelo menos metade da totalidade de cada subdivisão escolhida, proporcionando uma representatividade de participantes. Ou seja, pretende-se incluir, pelo menos, metade das 4 unidades administrativas de apoio (2 servidores), 6 departamentos (3 servidores), 9 secretarias de graduações (5 servidores), 6 secretarias de pós-graduações (3 servidores) e, por fim, direção do centro (1 servidor).

Ainda será feito levantamento de dados junto a sites oficiais de Órgãos da Administração Pública Federal e da unidade de análise, a UFPB. Com observância de normas legais, principalmente instrumentos normativos internos, tais como: Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Política Ambiental da IFES e Relatórios de Gestão, com a finalidade de obter informações que possam auxiliar no diagnóstico de como tem sido enfrentada, do ponto de vista institucional, a questão de sustentabilidade.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

No caso de dúvidas, entrar em contato com a mestrandia Querli Maria Bezerra Mourão, matriculada no Programa de Pós Graduação de Gestão Pública e Cooperação Internacional (PGPCI)/UFPB pelos seguintes contatos: telefones (83)9813-7404 ou (68)99971-2404, e-mail: querlimourao@gmail.com ou profa. Ana Lúcia Coelho no e-mail: ana.coelho@academico.ufpb.br, docente do Curso de Administração, vinculado à Universidade Federal da Paraíba, *Campus I*.

Endereço e Informações de Contato da Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Campus I. Lotamento Cidade Universitária, Paraíba, CEP: 58051-900, site: www.ufpb.br, telefone, 3216-7200, atendimento ao público das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba

Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

Riscos ao (à) Participante da Pesquisa

As entrevistas podem gerar desconforto e constrangimentos aos participantes, pois as perguntas da entrevista relacionam-se com seus ambientes laborais.

Benefícios ao (à) Participante da Pesquisa

A pesquisa poderá possibilitar aos participantes a reflexão acerca da temática, informá-los a respeito de políticas públicas criadas com esses fins na IFES na qual são vinculados para conhecimento pessoal.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua rubrica em todas as páginas e assinatura ao final deste documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu consentimento livre e esclarecido para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, sobre a presente investigação. E receberá uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pela Pesquisadora Responsável.

João Pessoa, _____ de _____ de 2023

Participante da Pesquisa

Pesquisadora responsável

() Aceito

() Não aceito

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada

(Adaptado de Silva Júnior, 2021)

Momento Inicial:

- Fazer uma apresentação pessoal e informar qual o papel a ser desempenhado no processo da entrevista;
- Explicar qual o objetivo da entrevista e qual a temática a ser tratada, nesse caso temática de sustentabilidade;
- Esclarecer como ocorrerá o processo da entrevista, qual a motivação da gravação, o tempo estimado de realização e quais os recursos usados para obter a gravação;
- Informar aos entrevistados que as informações contidas nas entrevistas são sigilosas, usadas somente para fins acadêmicos;
- Esclarecer aos participantes que não existem julgamentos a respeito das suas falas sobre o assunto, que haverá autonomia para expressar seus pontos de vista.
- Solicitar a assinatura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) pelo participante.

PARTE I – Questões sócio-profissionais:

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual o seu grau de instrução?
- 3) Qual o seu cargo/função?
- 4) No caso de função: qual o seu tempo de experiência?
- 6) Há quanto tempo você trabalha na UFPB?
- 7) Quais funções você já exerceu na UFPB?
- 8) Em que setores você já trabalhou?

Parte II – Entrevista com uso de imagem:

Com o intuito de despertar a reflexão dos participantes sobre a questão, será solicitado que faça captura de fotos em seus ambientes laborais sobre o que entende por sustentabilidade e/ ou práticas sustentáveis.

09) Você poderia falar sobre as práticas sustentáveis que você identificou no contexto da Universidade Federal da Paraíba ou no CCSA?

10) Você conhece o chamado Plano de Gestão e Logística Sustentável (PGLS), da UFPB? Se sim, de qual maneira chegou ao seu conhecimento?

11) Na sua opinião, por que essa foto relaciona-se com práticas de sustentabilidade?

PARTE III – Percepção do (a)servidor(a) sobre sustentabilidade e práticas sustentáveis:

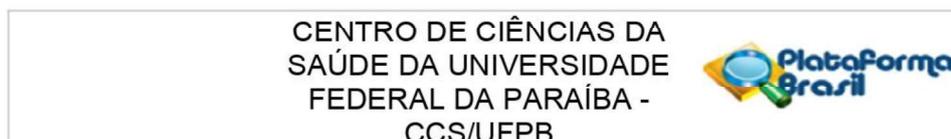
12) Como você, em suas atividades cotidianas, percebe o “uso racional de material de consumo”, apontado no PGLS da UFPB?

13) Na sua opinião, de que forma a UFPB promove ações para melhoria da sua qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho?

14) Como você identifica a sustentabilidade em sua prática profissional cotidiana?

15) Quais práticas você acredita serem adequadas para melhoria de seu ambiente de trabalho e dos espaços coletivos da UFPB?

APÊNDICE C – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UFPB

Pesquisador: QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67084623.7.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA UFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.925.869

Apresentação do Projeto:

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso, haja vista a investigação de um caso singular, em um contexto limitado, nesse caso a Universidade Federal da Paraíba, no âmbito de um centro de ensino (Centro de Ciências Sociais Aplicadas [CCSA]).

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as práticas sustentáveis de servidores técnico-administrativos na promoção da sustentabilidade no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

SEGUNDO AS PESQUISADORAS:

Riscos:

As entrevistas podem gerar desconforto e constrangimentos aos participantes, pois as perguntas relacionam-se com seus ambientes laborais.

Nesse sentido, caso ocorra, a pesquisadora informará da garantia legal de anonimato e sigilo, a fim de deixá-los mais seguros e da não obrigação de responder as questões que julgar necessária.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB ç 1º Andar	CEP: 58.051-900
Bairro: Cidade Universitária	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791
	E-mail: comiteeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.925.869

Benefícios:

A pesquisa poderá possibilitar aos participantes a reflexão acerca da temática, informá-los a respeito de políticas públicas criadas com esses fins na IFES na qual são vinculados para conhecimento pessoal.

RISCOS E BENEFÍCIOS ADEQUADOS AO PROJETO.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) precisam observar programas e políticas públicas propostas em auxílio à Administração Pública Federal (ADF) para disseminar práticas sustentáveis nos seus órgãos, dentre as quais destaca-se o Plano de Gestão e Logística Sustentável (PGLS), cuja elaboração deve estar de acordo com o planejamento estratégico e atividades das IFES. Vinculada à ADF, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) elaborou o seu PGLS no ano de 2013, sendo relevante a sua avaliação junto à comunidade acadêmica.

Dentre os membros dessa comunidade, os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) apresentam-se como um dos atores estratégicos na disseminação e implementação de práticas consideradas sustentáveis, isto porque estão conectados e integrados com setores diversos.

modo, o presente trabalho busca investigar as práticas sustentáveis de servidores técnico-administrativos na promoção da sustentabilidade na UFPB, junto ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), enquanto um dos centros de ensino. O percurso metodológico é qualitativo, centrado em um estudo de caso de caráter descritivo. À vista disso, o método de coleta de dados são entrevistas semiestruturadas com servidores TAEs

lotados no CCSA, com auxílio de entrevista fotográfica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FORAM DEVIDAMENTE E TEMPESTIVAMENTE APRESENTADOS.

Recomendações:

- RETIRAR OS DADOS DA CONEP DO TERMO DE CONSENTIMENTO.
- INCLUIR QUE É NECESSÁRIO RUBRICAR AS DEMAIS FOLHAS, ALÉM DA ASSINTAURA NO FIM DO TCLE.
- RECOMENDAMOS QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), O PESQUISADOR RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETTER EMENDA INFORMANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar	CEP: 58.051-900
Bairro: Cidade Universitária	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791
E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.925.869

NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA O PESQUISADOR RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA A NÃO OBSERVÂNCIA DE ÔBICES ÉTICOS, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2082124.pdf	03/02/2023 20:44:56		Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_PROJETO.pdf	03/02/2023 20:41:55	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito
Outros	8_ROTUIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	03/02/2023 20:40:46	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	03/02/2023 20:40:33	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito
Orçamento	6_ORCAMENTO.pdf	03/02/2023 20:40:25	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES.pdf	03/02/2023 20:40:18	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_PROJETO_DETALHADO.pdf	03/02/2023 20:40:09	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB c/ 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 5.925.869

Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	03/02/2023 20:39:54	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	03/02/2023 13:52:29	QUERLI MARIA BEZERRA MOURAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 06 de Março de 2023

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 4 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO A – Mapa de Localização do CCSA



Fonte: CCSA, 2022.